



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

SÉRGIO PEREIRA DE ARAÚJO

**PROGRAMA PROJOVEM CAMPO SABERES DA TERRA NA PARAÍBA
EDIÇÃO 2018: AVANÇOS E DESAFIOS**

**CAMPINA GRANDE
2024**

SÉRGIO PEREIRA DE ARAÚJO

**PROGRAMA PROJOVEM CAMPO SABERES DA TERRA NA PARAÍBA
EDIÇÃO 2018: AVANÇOS E DESAFIOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: 1- História, política e gestão educacionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro Silva

CAMPINA GRANDE - PB

2024

A663p

Araújo, Sérgio Pereira de.

Programa Projovem campo saberes da terra na Paraíba edição 2018: avanços e desafios / Sérgio Pereira de Araújo – Campina Grande, 2024. 127 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2023.

"Orientação: Profa. Dra. Maria do Socorro Silva."

Referências.

1. Projovem Campo Saberes da Terra. 2. Educação do Campo. 3. Educação de Jovens e Adultos do Campo. 4. Direito a Educação. 5. Paraíba. I. Silva, Maria do Socorro. II. Título.

CDU 374.7(043)

SÉRGIO PEREIRA DE ARAÚJO

**PROGRAMA PROJOVEM CAMPO SABERES DA TERRA NA PARAÍBA-
EDIÇÃO 2018: AVANÇOS E DESAFIOS**

Dissertação aprovada em: 07/12/2023

BANCA EXAMINADORA

Maria do Socorro Silva

Prof.^a Dra. Maria do Socorro Silva – UFCG/ PPGED

Orientadora

 Documento assinado digitalmente
ANA CELIA SILVA MENEZES
Data: 13/03/2024 08:31:38-0300
Verifique em <https://validar.ib.gov.br>

Prof. Dra. Ana Célia Silva Menezes – UFPB/PPGDH

Membro externo

Melânia Mendonça Rodrigues

Prof.^a Dra. Melânia Mendonça Rodrigues – UFCG/PPGED

Membro interna

Campina Grande, dezembro de 2023

“O convite é para que todos, pais, alunos, sociedade, repensemos nossos papéis e nossas atitudes, pois com elas demonstramos o compromisso com a educação que queremos. Aos professores, fica o convite para que não descuidem de sua missão de educar, nem desanimem diante dos desafios, nem deixem de educar as pessoas para serem “águias” e não “galinhas”. Pois, se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda”.

(Paulo Freire)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus! Por me conceder a vida, a saúde e as oportunidades que se apresentaram ao longo da caminhada.

Agradeço a minha amada esposa Magna Célia e aos meus filhos Marcos e Milenna, cujo apoio inabalável foi meu pilar ao longo deste processo, tão significativo para minha formação acadêmica. As palavras encorajadoras e compreensivas foram luzes que me guiaram nos momentos mais difíceis da caminhada. Minha fonte inesgotável de força é graças a cada um de vocês. Este sucesso é tão meu quanto de vocês!

Gostaria de agradecer a Prof^a Renally Costa, uma figura incrível, que não apenas me incentivou a concorrer a uma vaga no mestrado, mas com muita generosidade compartilhou conhecimentos e me encorajou para que o tão sonhado mestrado torna-se realidade em minha jornada acadêmica. Minha gratidão!

Quero expressar minha profunda gratidão à minha orientadora, Prof^a. Dra. Maria do Socorro Silva, por sua notável paciência, dedicação e compreensão ao longo de cada etapa deste desafiador e recompensador percurso de pesquisa. Agradeço por sua dedicação incansável em guiar-me através dos desafios, contribuir de forma valiosa para enriquecer este trabalho.

Aos companheiros de disciplinas, que com suas formações distintas e visões de mundo particulares, me fizeram crescer como ser humano e profissional. Aos meus amigos, Emmanuel Barbosa, Tiago, Danilo que compartilharam risos, paciência, ajuda e compreensão. A troca de conhecimento e a camaradagem fizeram desta jornada acadêmica uma rica experiência. Agradeço do fundo do meu coração!

Agradeço a professora Prof^a. Dra. Melânia Mendonça Rodrigues e a Prof^a. Dra. Ana Célia Silva Menezes pelas valiosas contribuições na qualificação, cuja sabedoria e orientação foram fundamentais para a construção deste trabalho. As críticas construtivas e direcionamentos colaboraram de maneira significativa.

Expresso minha profunda gratidão a todos os respeitadores professores do PPGEd/UFCEG que contribuíram significativamente em minha formação acadêmica. Estou profundamente grato pela oportunidade de aprender com os melhores!

Este marco não representa apenas o término de uma dissertação, mas sim o começo de uma nova fase. Espero continuar a contar com o apoio e a amizade de

todos vocês. Obrigado por fazerem parte desta conquista e por tornarem esta jornada memorável.

Com gratidão a todos e todas!

RESUMO

Esta dissertação de mestrado está inserida na Linha de Pesquisa de História, Política e Gestão Educacionais do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED) do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Também se vincula ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação do Campo, Formação de Professores e Prática Pedagógica - Nupeforp. A pesquisa tem como questão central: Quais os avanços e desafios na organização do Projovem Campo Saberes da Terra – edição 2018, na Paraíba? No processo de investigação e elaboração deste trabalho, alguns estudiosos contribuíram com seus estudos, tais como: Freire (1996), Arroyo (2005, 2007, 2011), Caldart (2009, 2011, 2012), Molina (2006, 2012), Silva (2006, 2009, 2015, 2018). Esses autores, ofereceram subsídios teóricos robustos para a compreensão mais aprofundada das dinâmicas educacionais e sociais envolvidas no Projovem Campo - Saberes da Terra. Este trabalho teve como objeto de estudo o Programa Projovem Campo Saberes da Terra no Estado da Paraíba, edição 2018-2020, nosso recorte espacial e temporal. Trata-se de um programa de escolarização na modalidade da Educação de Jovens e Adultos para agricultores familiares entre 18 e 29 anos de idade integrado com qualificação social e profissional, implementando na Paraíba, a partir de 2005. Como objetivo geral, buscamos compreender o processo da organização da edição (2018) do Programa Projovem Campo - Saberes da Terra no estado da Paraíba. Para atender ao objetivo maior, a pesquisa discutiu acerca dos fundamentos, princípios e marcos legais da Educação de Jovens e Adultos e a Educação do Campo; identificou e refletiu por meio da análise de seus condicionantes históricos, políticos e educacionais o Programa Projovem Campo – Saberes da Terra, enquadrando-o como uma política educacional específica para EJA Campo; conheceu e analisou a estrutura organizacional do Programa Projovem Campo Saberes da Terra na Paraíba, avanços e desafios observadas na edição de 2018. Nossa abordagem de pesquisa buscou fundamentos na abordagem do Materialismo Histórico e Dialético, utilizando como procedimentos o estudo exploratório, pesquisa documental e pesquisa de campo baseado em Minayo (2013), Gamboa (2013) e Triviños (1987). A análise de conteúdo na perspectiva da análise temática de Bardin (2016) foi o referencial adotado para análise e interpretação das informações produzidas durante a pesquisa. Os resultados obtidos evidenciaram a importância do Estado ter implementado o Programa nas diferentes

edições, com envolvimento de diferentes atores sociais do poder público, universidade e entidades da sociedade civil, com diferentes níveis de participação, inclusive, na formação dos educadores/as, todavia, identificamos desafios, tais como: a concentração da gestão no poder público estadual, as descontinuidades nos cronogramas e financiamento, devido as mudanças na gestão estadual, a inconsistência na formação dos educadores(as) e coordenadores(as) pedagógicos nas diferentes edições, inclusive na efetivação curricular integrada das áreas de conhecimento com o arco ocupacional, o afastamento sistemático ao longo das edições dos movimentos sociais, e especificamente, nesta edição a dificuldade financeira, visto que seu funcionamento ocorreu com as sobras dos recursos de edições anteriores, o que acentuou a precariedade da infraestrutura, devido as dificuldades dos municípios, do monitoramento e acompanhamentos das atividades.

Palavras-chave: Projovem Campo Saberes da Terra. Educação do Campo. Educação de Jovens e Adultos do Campo. Direito a Educação. Paraíba.

ABSTRACT

This master's thesis is part of the Educational History, Policy and Management Research Line of the Postgraduate Program in Education (PPGED) of the Humanities Center of the Federal University of Campina Grande (UFCG). It is also linked to the Center for Studies and Research in Rural Education, Teacher Training and Pedagogical Practice - Nupeforp. The research has as its central question: What are the advances and challenges in the organization of Projovem Campo Saberes da Terra – 2018 edition, in Paraíba? In the process of investigating and preparing this work, some scholars contributed with their studies, such as: Freire (1996), Arroyo (2005, 2007, 2011), Caldart (2009, 2011, 2012), Molina (2006, 2012), Silva (2006, 2009, 2015, 2018). These authors offered robust theoretical support for a deeper understanding of the educational and social dynamics involved in Projovem Campo - Saberes da Terra. This work had as its object of study the Projovem Campo Saberes da Terra Program in the State of Paraíba, 2018-2020 edition, our spatial and temporal focus. This is a schooling program in the form of Youth and Adult Education for family farmers between 18 and 29 years of age integrated with social and professional qualification, implemented in Paraíba, from 2005. As a general objective, we seek to understand the process of the organization of the edition (2018) of the Projovem Campo Program - Saberes da Terra in the state of Paraíba. To meet the greater objective, the research discussed the foundations, principles and legal frameworks of Youth and Adult Education and Rural Education; identified and reflected on the Projovem Campo – Saberes da Terra Program through the analysis of its historical, political and educational conditions, framing it as a specific educational policy for EJA Campo; learned about and analyzed the organizational structure of the Projovem Campo Saberes da Terra Program in Paraíba, advances and challenges observed in the 2018 edition. Our research approach sought foundations in the Historical and Dialectical Materialism approach, using exploratory study, documentary research and research as procedures. field-based Minayo (2013), Gamboa (2013) e Triviños (1987). Content analysis from the perspective of thematic Bardin (2016) analysis was the framework adopted for analyzing and interpreting the information produced during the research. The results obtained highlighted the importance of the State having implemented the Program in different editions, with the involvement of different social actors from public authorities, universities and civil society entities, with different levels

of participation, including in the training of educators, however, we identified challenges, such as: the concentration of management in the state public power, discontinuities in schedules and financing, due to changes in state management, the inconsistency in the training of educators and pedagogical coordinators in different editions, including the integrated curricular implementation of areas of knowledge with the occupational arc, the systematic distancing throughout the editions of social movements, and specifically, in this edition, the financial difficulty, since its operation occurred with the leftover resources from previous editions, which accentuated the precariousness of infrastructure, due to difficulties faced by municipalities in monitoring and monitoring activities.

Palavras-chave: Projovem Campo Saberes da Terra. Countryside Education. Education for Rural Youth and Adults. Right to education. Paraíba.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Participantes da pesquisa.....	29
Quadro 2 – Teses e Dissertações sobre Projovem Campo Saberes da Terra – BDTD CAPES – 2005-2020.....	32
Quadro 3 – Corpus Documental Nacional.....	38
Quadro 4 – Legislação Projovem Campo – Saberes da Terra.....	39
Quadro 5 – Unidades de contexto e Registro das respostas das 5 participantes do estudo.....	42
Quadro 6 – Procedimento para a constituição das Categorias de Análises.....	44
Quadro 7 – Artigos da CF/1988 que asseguram o direito da EJA e Educação do Campo.....	58
Quadro 8 – Marco normativo da Educação de Jovens e Adultos.....	67
Quadro 9 – Arco Produção Rural Familiar.....	77
Quadro 10 – Das funções - pré-requisitos da formação e remuneração.....	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Realidades diversificadas e características particulares de comunidades rurais e de agricultores familiares na Paraíba.....	27
Tabela 2 – Mapeamento da Produção Acadêmica no Banco digital de Teses e Dissertações da Capes – 2005-2020.....	31
Tabela 3 – Grupos Temáticos GT 3 Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos da ANPED (2005-2020)	34
Tabela 4 – Mapeamento da Produção do Grupo Temático GT 18 da ANPED (2005-2020)	35
Tabela 5 – Mapeamento das teses e dissertações do PPGE- UFPB- (2005-2020)	37

LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS

Figura 1 – Mapa representativo de atuação piloto do Projeto Piloto do Saberes da Terra (2005-2006)	11
Gráfico 1 – Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade, por Brasil e Grande Região – 2012-2021.....	13
Gráfico 2 – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente no campo	14
Figura 2 – Mapa de Localização da Paraíba na região Nordeste do Brasil.....	26
Figura 3 – Mapa do Estado da Paraíba e suas mesorregiões	27
Figura 4 – Esquema: Procedimentos e instrumentos da pesquisa.....	30
Figura 5 – Fontes da produção acadêmica.....	31
Gráfico 3 – Codificação dos Dados da Pesquisa.....	43
Gráfico 4 – Metas Educação de Jovens e Adultos PNE 2014-2024	68
Figura 6 – O Eixo Articulador e os Eixos Temáticos	74
Figura 7 – Dimensões da Organização e Operacionalização do Programa....	93
Figura 8 – Desafios da Edição Especial do Programa Saberes da Terra na Paraíba, edição 2018	103

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior
CEB/CNE	Câmara de Educação Básica/Conselho nacional de Educação
CGEC	Coordenação Geral de Educação do Campo
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
EFA	Escolas Famílias Agrícolas
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENERA	Encontro Nacional de Educadores(as) da Reforma Agrária
GPT	Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGED	Programa de Pós-graduação em Educação
p.p.	Pontos Percentuais
PRONERA	Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SNJ/SG/PR	Secretaria Nacional de Juventude/Presidência da República
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
1.1 Motivação para realização da pesquisa	7
1.2 Contextualizando o objeto de estudo	7
1.3 Delimitação do objeto: problematização e objetivos	14
1.4 Organização do trabalho	17
2. OS CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	19
2.1 Categorias metodológicas da pesquisa	19
2.2 Categorias de Conteúdo	22
2.3 Campo de Pesquisa: Estado da Paraíba	25
2.4 Participantes da Pesquisa	28
2.5 Procedimentos e instrumentos de Pesquisa	29
2.5.1 Estudo Exploratório: mapeamento da produção acadêmica	30
2.5.2 Pesquisa Documental	38
2.5.3 Pesquisa de Campo: Entrevista semiestruturada	40
2.6 Análise e Tratamento das Informações	41
3. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A EDUCAÇÃO DO CAMPO: DA INVISIBILIDADE A LUTA PELO DIREITO	46
3.1 Educação de Jovens e Adultos do/no campo: um campo de lutas e contradições	46
3.2 A Educação de Adultos na ditadura militar: controle e assistencialismo	52
3.3 Educação de Jovens e Adultos na redemocratização: um período de transição	53
3.4 O direito à Educação de Jovens e Adultos e à Educação do Campo na legislação: pontos de diálogos	57
3.5 Planos Nacionais de Educação: a inserção da EJA e da Educação do Campo	60
4. O PROGRAMA PROJOVEM CAMPO SABERES DA TERRA NA PARAÍBA	70

4.1 Proposta pedagógica e curricular do Programa Projovem Campo Saberes da Terra	70
4.1.1 A organização curricular	72
4.2 As Edições do Escola da Terra na Paraíba.....	78
4.2.1 A Edição Piloto de 2005.....	79
4.3 O Programa Projovem Campo Saberes da Terra na Paraíba - edição 2008 ..	83
4.4 O Programa Projovem Campo Saberes da Terra na Paraíba, Edição 2014...	86
5. O PROJOVEM CAMPO SABERES DA TERRA EDIÇÃO DE 2018 NA PARAÍBA	89
5.1 Dimensões da Organização e Operacionalização do Programa	93
5.1.1 Seleção de Pessoal	93
5.1.2 Adesão e Parcerias na gestão	94
5.1.3 Acompanhamento e monitoramento do Programa	96
5.1.4 Formação da Equipe Coordenadora e planejamento do trabalho	97
5.2 Dimensões político-pedagógicos e educacionais do Programa.....	98
5.2.1 Coordenação e formação dos educadores(as)	99
5.2.2 Processo ensino-aprendizagem.....	100
5.2.3 Projeto Político Pedagógico do Programa.....	101
5.2.4 Desafios da “Edição Especia-2018” do Programa Saberes da Terra na Paraíba	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	115
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	122
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO (MODELO)	124
ANEXO – PARECER DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA	127

1. INTRODUÇÃO

“Se não posso estimular sonhos impossíveis, não devo negar o direito de sonhar com quem sonha”.

Paulo Freire (1996)

Este trabalho se vincula à Linha de Pesquisa: História, Política e Gestão Educacional do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE), do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), e se propôs a investigar a organização do Programa Projovem Campo – Saberes da Terra na Paraíba, em sua edição (2018-2020).

O Projovem Campo Saberes da Terra é um Programa Nacional de escolarização no âmbito do ensino fundamental integrado à qualificação social e profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), da agricultura familiar. A qualificação e profissionalização de jovens e adultos do campo se insere numa compreensão da integração da diversidade brasileira e tem como ponto de partida a pesquisa sobre a dinâmica sociocultural e o processo produtivo em que estão envolvidos esses sujeitos do campo. Um conhecimento na relação entre ser humano e natureza e nas relações sociais que se efetivam no manejo com a terra, as florestas e as águas

Esse programa fez parte do conjunto de ações e políticas governamentais implementadas na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva¹. Antes de sua presidência, Lula se propunha a representar os interesses dos trabalhadores e grupos marginalizados ao articular demandas por justiça social, direitos trabalhistas e inclusão política. Sua trajetória simboliza a ascensão de uma liderança oriunda das bases populares, moldado por suas origens sindicais e pela busca por transformações sociais e econômicas no país.

Em julho de 2005, durante o governo do presidente Lula da Silva, o Ministério da Educação é assumido por Fernando Haddad. Ele permaneceu no cargo até março de 2012. Haddad desempenhou um papel importante na implementação de políticas

¹ Luiz Inácio Lula da Silva, conhecido como Lula, foi o presidente do Brasil por dois mandatos consecutivos, de 1º de janeiro de 2003 a 1º de janeiro de 2011. Seu primeiro mandato iniciou-se em 2003, e o segundo em 2007, após ser reeleito nas eleições de 2006.

educacionais durante esse período, como por exemplo, o Programa Projovem e suas modalidades.

1.1 Motivação para realização da pesquisa

A realização de uma pesquisa é uma atividade complexa, desafiadora e instigante para qualquer pesquisador. Ela proporciona a oportunidade de coletar dados e informações relevantes sobre um determinado tópico ou área de interesse. Sendo assim, a temática da Educação do Campo, especialmente a Educação de Jovens e Adultos do Campo, que está intrinsecamente ligado ao meu contexto social como agricultor familiar, foi proposta temática de estudo apresentada neste trabalho.

Durante minha infância, adolescência e juventude, enfrentei consideráveis desafios em relação aos meus percursos formativos educacionais, dentre eles: a escassez de escolas na comunidade rural, a necessidade de conciliar os estudos com as demandas do trabalho no campo e a falta de políticas educacionais adequadas para atender às especificidades da vida no campo. Com muito esforço, apesar de algumas interrupções nos estudos, concluí o curso superior em licenciatura em História.

Como professor licenciado em História, durante a minha experiência profissional, foi possível atuar como educador no Programa Projovem Campo Saberes da Terra em 2008, na cidade de Montadas, na Paraíba. A experiência significativa nunca foi esquecida, o que despertou o interesse em aprofundar a compreensão sobre essa política educacional no contexto paraibano.

A realização desta pesquisa expandiu horizontes em minha formação acadêmica, onde foi possível refletir, discutir e contribuir no avanço da produção científica no campo das políticas públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos no Campo, sobretudo, repensar a realidade de atuação profissional, enquanto professor que leciona em escolas localizadas no campo.

1.2 Contextualizando o objeto de estudo

Segundo Arroyo (2007), o campo foi visto por muito tempo como um lugar de atraso, em detrimento do espaço urbano concebido como superior, avançado, moderno, o lugar ideal para se viver.

Diante dessa visão marginalizada e inferiorizada atribuídas ao campo², movimentos de resistência e luta por reforma agrária e pelo direito à Educação do Campo, como sindicatos, pastorais sociais, o MST e outros grupos semelhantes, desempenham um papel fundamental no fortalecimento e validação dos movimentos sociais organizados que buscavam políticas públicas educacionais adequadas para atender às diversas e singulares necessidades das populações do campo (Caldart, 2009).

Com efeito, na década 1990, potencializou-se a força dos movimentos sociais do campo, que juntamente com o direito à terra e ao trabalho, pautou-se também o direito à educação. Segundo Molina (2012), a efetiva promoção do direito à educação em todos os níveis de ensino para a população do campo, requer adoção de políticas e programas que sejam capazes de aduzir, na prática da ação do Estado, os princípios da igualdade formal e da igualdade material determinados na Constituição Federal de 1988.

Nesta perspectiva, no final da década de 1990, com a articulação do Movimento da Educação do Campo várias políticas e programas foram sendo disputadas junto ao Estado Brasileiro. Um dos programas pioneiros foi o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera³, para escolarização de jovens e adultos assentados/as da Reforma Agrária. Os princípios e fundamentos do Pronera foram uma das referências para reinvidicação de um programa que ampliasse o atendimento da escolarização para a diversidade dos sujeitos jovens e adultos da agricultura familiar⁴.

² O campo compreendido a partir do conceito de territorialidade é o lugar marcado pelo humano e pela diversidade cultural, étnico-racial, pela multiplicidade de geração de saberes, de conhecimentos que são organizados com lógicas diferentes, de lutas, de mobilização social, de estratégias de sustentabilidade. (Brasil, 2008)

³ Pela força e luta dos movimentos sociais e sindicais, o referido Programa foi criado em 16 de abril de 1998, por meio da Portaria nº 10/98 (Brasil, 1998), vinculado, inicialmente, ao então Ministério Extraordinário da Política Fundiária, e, hoje, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, incorporado, a partir de 2001, ao INCRA. Constituído inicialmente como política de governo, o PRONERA ascendeu ao status de política de Estado em 04 de novembro de 2010, pelo Decreto n.º 7.352/2010 (Brasil, 2010), ampliando o atendimento às populações do campo e ratificando de maneira explícita a centralização da sua gestão no âmbito do INCRA.

⁴ A definição de agricultor familiar se dá pela Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011); IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Após a publicação das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo em 2001, e com a posse do Governo Lula, em 1º de janeiro de 2003, foi reivindicado junto ao Ministério da Educação (MEC) a formação de um Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, formado por representantes das diversas secretarias do MEC, a saber: Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD); a Secretária de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC); a Secretária de Agricultura Familiar (SAF), e por representantes de outros ministérios como, o Ministério do Desenvolvimento Territorial (SDT) e o Ministério do Trabalho e Emprego. Além, dos movimentos sociais, entre eles, a Comissão Pastoral da Terra (CPTA), sindicatos de trabalhadores rurais e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o (MST), e por universidades que já contavam com práticas em Educação do Campo (Munarim, 2006).

Em 2003, foi constituído o Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo (GPT), que passou a ser um espaço de discussão e formulação das discussões sobre as políticas de Educação do Campo, que a partir de 2008, foi reformulado na sua constituição e passou a ser denominada de Comissão Nacional de Educação do Campo (CONEC), que teve uma atuação junto a SECADI-MEC, na proposição e avaliação das políticas até o golpe parlamentar e midiático ocorrido no ano de 2016.

No ano de 2004, a partir da mobilização dos movimentos sociais, em especial da “Marcha das Margaridas⁵”, foi criada na estrutura do Ministério da Educação (MEC), a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD)⁶, cuja principal função era propor políticas específicas para as questões de gênero, pessoas com deficiências e populações camponesas, a partir da articulação junto as três secretarias do MEC responsáveis por gerir a educação escolar: Secretaria de Educação Básica (SEB), Secretaria de Educação Tecnológica (SETEC) e Secretaria do Ensino Superior (SESU).

⁵ A Marcha das Margaridas é uma ação estratégica das mulheres do campo e da floresta que integra a agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e de movimentos feministas e de mulheres. Realizada a partir de 2000, tem revelado grande capacidade de mobilização e organização. Pelo caráter formativo, de denúncia e pressão, mas também de proposição, diálogo e negociação política com o governo federal, tornou-se amplamente reconhecida como a maior e mais efetiva ação das mulheres da América Latina.

⁶ Secretaria Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade SECAD foi reconfigurada em 2012 dando origem à Secretaria Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), à qual se ‘acrescentou’ o eixo da inclusão.

Na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) foi constituída a Coordenação da Educação do Campo, que ficou responsável pela gestão das políticas e programas para a Educação do Campo, como reivindicação dos Movimentos Sociais. Neste momento os movimentos sociais do campo propuseram junto ao Grupo de Trabalho Permanente da Educação do Campo, uma discussão para formulação de um Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos para agricultura familiar (Munarim, 2006).

Dessa mobilização surgiu a experiência piloto no Programa Saberes da Terra - Programa Nacional de Educação Integrada com Qualificação Social e Profissional para agricultores familiares. Nessa perspectiva, para agricultores que trabalhavam principalmente em pequenas propriedades rurais ou arrendavam parcelas de terra, geralmente desenvolvendo suas atividades do campo com o auxílio da família, muitas vezes com o auxílio de mão de obra contratada em menor escala. Eles desempenhavam um papel fundamental na produção de alimentos ao cultivar uma variedade de culturas, e assim praticando a agricultura de subsistência, produzindo alimentos para consumo próprio, além de venderem parte de sua produção.

O agricultor(a) familiar agrega em seu trabalho diversas especializações, pois a sua relação com o território e com a produção é diversa, é plural, geralmente desenvolve diferentes ocupações no lugar onde mora e vive. Nesse sentido, daí a necessidade da escolarização de jovens e adultos, estabelecer um diálogo com o mundo do trabalho, como possibilidade de melhoria das condições de vida da população do campo (Brasil, 2008).

A experiência piloto do Programa Saberes da Terra, iniciada em 2005 em 12 Unidades da Federação, conforme nos mostra a Figura 1, resultou da colaboração estratégica entre o Ministério da Educação, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a cooperação ativa do Conselho dos Secretários Estaduais de Educação, representantes estaduais da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), universidades públicas e movimentos sociais rurais envolvidos nos comitês e fóruns estaduais de Educação do Campo (Brasil, 2009).

Figura 1 – Mapa representativo de atuação piloto do Projeto Piloto do Saberes da Terra (2005-2006)



Fonte: Oliveira, 2015.

Durante os anos de 2005-2006, o Programa atingiu um público de cinco mil jovens e adultos da agricultura familiar: ribeirinhos, quilombolas, indígenas, posseiros, meeiros, pequenos proprietários. Essa diversidade étnico-cultural geracional e de gênero, vivenciada pelo Programa, passou a existir nos debates e produções realizadas durante os quatro Seminários Nacionais de Formação de Formadores/as, dezenas de Seminários Estaduais de Formação de Educadores e na produção de materiais pedagógicos durante esse período e se apresenta ao mesmo tempo como um desafio e uma potencialidade política e educacional do Programa (Brasil, 2009).

Neste mesmo período, considerando um diagnóstico que foi realizado sobre a situação da juventude no Brasil, o Governo Federal institucionalizou, com a publicação da lei nº11.129/2005, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude – SNJ,

como meio de promover políticas públicas voltadas para juventude brasileira, de três dimensões: universais – educação e geração de emprego; e emergenciais – oportunizar jovens em situação de vulnerabilidade social; e específicas – reconhecer e promover o potencial e as particularidades da condição juvenil.

No ano de 2007, o Ministério da Educação, por meio da SECAD, participou da construção do Programa Nacional da Juventude, conduzido pela Secretaria Nacional de Juventude/Presidência da República (SNJ/SG/PR), nesse processo foram integrados a ele seis programas, que já estavam em andamento no país, voltados para a formação da juventude: o Agente Jovem, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; o ProJovem, da Casa Civil; o Saberes da Terra e Escola de Fábrica, do Ministério da Educação; e o Consórcio Social da Juventude e Juventude Cidadã, do Ministério do Trabalho e Emprego (Brasil, 2008). Ainda em 2007, o programa Saberes da Terra é redimensionado por meio da Medida Provisória nº 411/07, passando a ser denominado de Projovem Campo – Saberes da Terra.

Como resultado desse processo, o Programa Saberes da Terra, em 2008, foi incorporado ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem. A partir de então, o ProJovem se organizou em quatro modalidades: ProJovem Adolescente; ProJovem Urbano; ProJovem Trabalhador; e ProJovem Campo – Saberes da Terra.

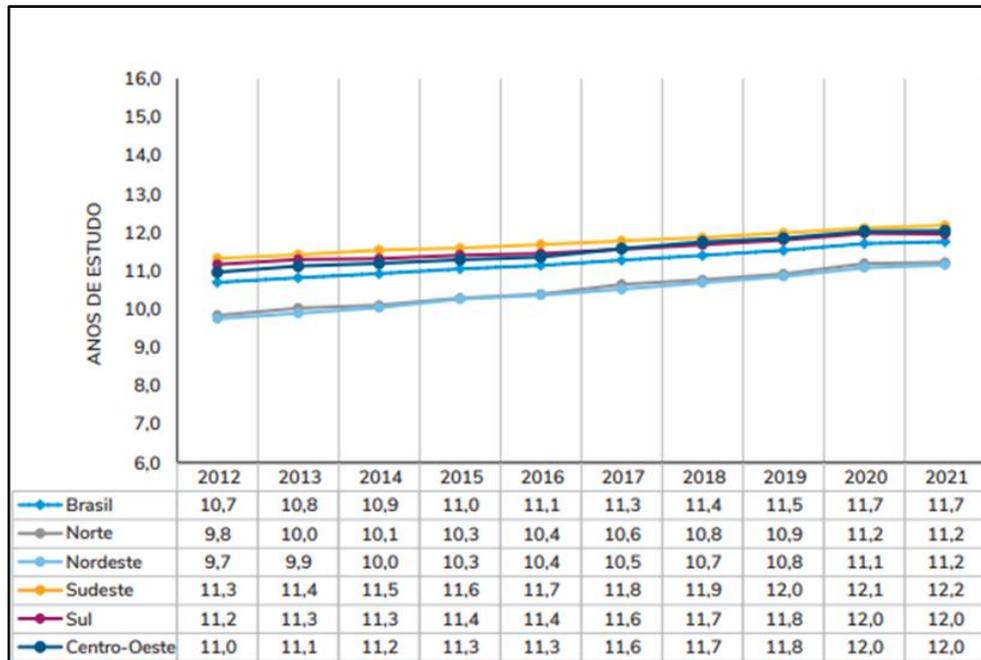
O Projovem Campo – Saberes da Terra direcionou o atendimento para um público, situado na faixa etária de 18 a 29 anos de idade, diferencia-se da faixa etária do Saberes da Terra executado como projeto piloto no período de 2005-2006, que atendia educandos a partir dos 15 anos de idade sem limites para idade máxima. Ainda, em 2008, as secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal e prefeituras dos municípios com maior número de escolas no campo ou integrantes dos Territórios da Cidadania⁷ poderiam fazer sua própria adesão ao Programa.

Este programa é voltado para aqueles que têm habilidades de leitura e escrita, mas que, devido a circunstâncias adversas ou à negação do direito de concluir o Ensino Fundamental, não conseguiram fazê-lo. Os resultados de um estudo conduzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP sobre a média de anos de estudo para essa população revela

⁷ Os Territórios da Cidadania é uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltado às regiões do país que mais precisam, com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania (Brasil, 2008).

disparidades regionais, sobretudo, os indicadores das Regiões Norte e Nordeste em relação as outras regiões do país, conforme são apresentados no gráfico 1.

Gráfico 1 - Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade, por Brasil e Grande Região – 2012-2021

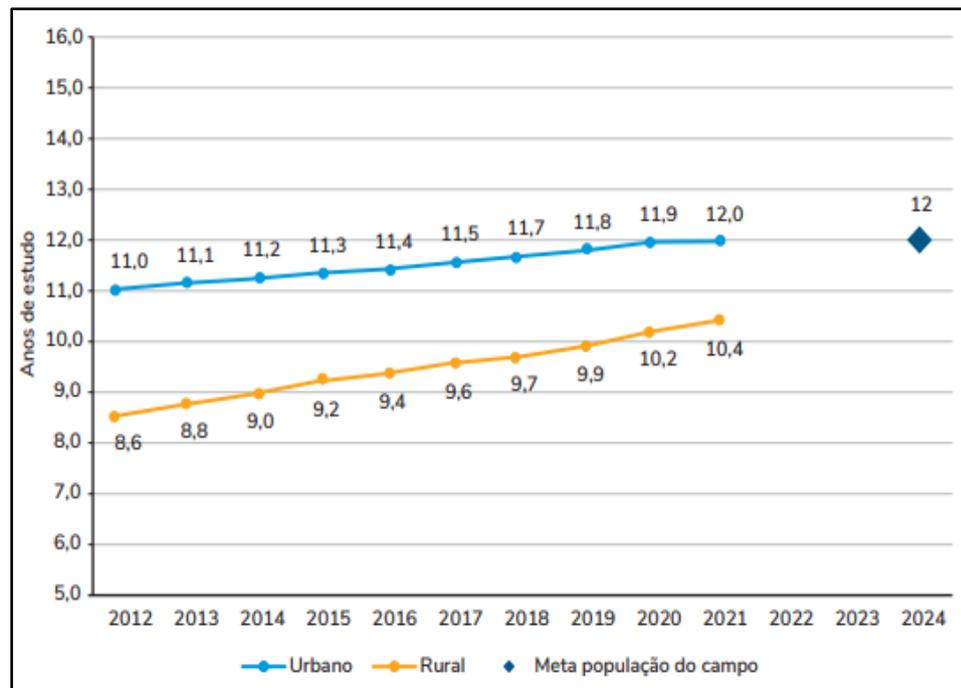


Fonte: Brasil, 2022.

De acordo com os dados da figura 2, observa-se que a média de anos de estudo da população com idades entre 18 e 29 anos estão majoritariamente concentradas nas regiões (Sul e Sudeste), as mais ricas do país. Os números dessas regiões superar a média nacional para o período analisado. As Regiões Norte e Nordeste aparecem com índices praticamente iguais, mas inferiores em relação às demais regiões do país e abaixo da média nacional.

O estudo realizado pelo INEP também acompanhou a média de anos de estudo da população com idades entre 18 e 29 anos que vive no campo, no período de 2012 a 2021, como indicado no gráfico 2.

Gráfico 2 – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente no campo



Fonte: Brasil, 2022.

Considerando os dados da figura 3, observa-se que é evidente a presença de níveis de escolaridade significativamente inferiores nessas populações do campo em comparação com as áreas urbanas. Analisando a situação que ocorre na educação básica, em 2021 e 2022, pode-se observar como indicado no gráfico, o distanciamento no percentual de anos de estudo entre o urbano e o rural. Essa realidade representa uma das principais facetas da desigualdade educacional em nosso país, evidenciadas, sobretudo, em períodos pandêmicos e de crise política. Ademais, o sistema escolar brasileiro reproduz diversas desigualdades sociais.

1.3 Delimitação do objeto: problematização e objetivos

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil está intrinsecamente ligada à história da educação no país. Portanto, sujeita às contradições dadas em cada tempo, por isso, é também resultado das disputas das suas diversas concepções pedagógicas e das políticas públicas, e das ações de diferentes governos e da sociedade civil.

A emergência do paradigma/movimento da Educação do Campo no Brasil a partir do final dos anos 1990 trouxe à tona o importante debate sobre o acesso à

educação básica e superior para a população camponesa, em seu próprio território. Esse movimento se pauta em princípios, fundamentos e metodologias profundamente enraizados na realidade do trabalho, da vida e da cultura do campo, o que vai resultar numa das primeiras políticas de escolarização de jovens e adultos do Campo, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, em 1997.

A partir desta experiência se aprofunda o debate no movimento da Educação do Campo para elaboração de um Programa que pudesse atender a demanda de escolarização da diversidade de sujeitos vinculados a agricultura familiar, que não podiam ser atendidos pelo Pronera. Mediante os dados coletados no Censo Escolar identificou-se uma demanda reprimida de escolarização para jovens e adultos, no ensino fundamental. E desta demanda que se formula o Programa Saberes da Terra com a Qualificação social e profissionalização como política educacional voltada para a esse fim.

Conforme o estudo de Oliveira (2015), a primeira experiência do Saberes da Terra – projeto piloto, no Estado da Paraíba teve como marco inicial o Encontro de Formação dos coordenadores, instrutores e professores, evento realizado em João Pessoa em julho de 2005. Esse encontro contou com representantes de todos os municípios do estado que tinham se comprometido por meio de parcerias promover o funcionamento de turmas do Programa.

Na edição do projeto piloto do Programa na Paraíba, coube a Secretaria de Educação do Estado a responsabilidade pela escolarização de 24 turmas, as quais eram formadas por um número de 20 a 24 alunos, em 12 municípios. Por outro lado, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR/PB, oferecia cursos profissionalizantes, o que contraria o que definia a proposta pedagógica do programa que colocava a formação por arco ocupacional, a ser desenvolvido com o acompanhamento de universidades públicas.

Como dissemos anteriormente, em 2008 o Saberes da Terra passa por mudanças, ao ser incorporado ao Programa do Projovem, passando a se denominar Projovem Campo – Saberes da Terra. Esse processo mudou na apenas o lócus de vinculação do Programa – que saiu da SECADI e passou a se vincular a Secretaria Nacional da Juventude da Presidência da República, como também redefine o público, que passa a focar a juventude na faixa etária de 15 a 29 anos, o que na ocasião gerou um descontentamento nas universidades pioneiras na execução do Programa, como nos movimentos sociais do campo, que tinham participado da formulação e gestão do

Saberes da Terra pois, consideravam que restringia a oferta do Programa, e não atingia o público adulto, que apresentava uma maior demanda de alfabetização e primeiro ciclo da EJA.

Outra mudança ocorrida ao se tornar um Programa do Projovem, foi que os educandos(as) passaram a receber a cada dois meses um auxílio no valor de R\$ 100,00 (cem reais), isto também ocasionou um tensionamento, pois outras ações vinculadas ao Projovem recebiam bolsas com valores superiores portanto, não considerava as especificidades do território camponês e dos sujeitos sociais em sua diversidade.

A minha atuação como professor na edição (2010-2012) no Programa suscitou o desejo de investigar sobre o Projovem Campo – Saberes da Terra na Paraíba. Nesta edição, já sentia algumas dificuldades na implementação do Programa, inclusive, na fragilidade da formação destinada aos educadores(as) e ao processo de monitoramento e acompanhamento.

Apolônio (2019), apontou em estudo dificuldades na implementação da edição 2014, na Paraíba. Considerando que, a edição de 2018, não teve repasse do governo federal, sendo realizado apenas repasses para os Estados, que tinham recursos de edições anteriores e que vivenciou dois anos de pandemia – 2020 e 2021. O que despertou o interesse na pesquisa no sentido de compreender a implementação desta “edição especial”. Desse modo, nos colocamos como questão central da pesquisa compreender: Quais os avanços e desafios na organização do Projovem Campo Saberes da Terra – edição 2018, na Paraíba?

Com a intencionalidade de responder a esta problemática, tivemos como objetivo geral: Compreender o processo da organização da edição (2018) do Programa Projovem Campo - Saberes da Terra no estado da Paraíba. Nesta direção, definimos os seguintes objetivos específicos para guiar o processo investigativo que buscou responder a nossa questão central, a saber:

- Identificar a interface entre a Educação de Jovens e Adultos e a Educação do Campo, inclusive no que se refere aos seus fundamentos, princípios e marcos legais;
- Refletir por meio da análise de seus condicionantes históricos, políticos e educacionais o Programa Projovem Campo – Saberes da Terra, enquadrando-o como uma política educacional específica para EJA Campo.

- Investigar a estrutura organizacional do Programa Projovem Campo Saberes da Terra na Paraíba, quais os avanços e desafios observadas na edição de 2018.

Os objetivos traçados tiveram como interesse central desvendar o objeto de estudo, se aproximando da realidade pesquisada o máximo possível e considerando as limitações que o estudo encontra durante os percursos da realização da pesquisa.

1.4 Organização do trabalho

A fim de atender os objetivos estabelecidos na pesquisa, optamos em primeiro lugar, estruturar esta introdução situando o objeto de estudo, apresentando a motivação para a pesquisa, a problematização do objeto e seus objetivos.

No primeiro capítulo, tratamos acerca do caminho teórico-metodológico adotado no estudo, abordagem metodológica, contextualização do objeto de pesquisa, recorte espacial, e os procedimentos e instrumentos que foram utilizados para produção e análise dos dados coletados.

No segundo capítulo, estruturamos a discussão com base em dois enfoques: O primeiro enfoque, a partir da pesquisa bibliográfica, onde realizamos o resgate histórico, político e educacional inserido no contexto da Educação de Jovens e Adultos, projetos e ações pensadas para o setor educacional brasileiro, e paraibano, como: Educação Rural, Campanhas de Alfabetização, Educação Popular, cultura Popular. O segundo enfoque, trazendo marcos legais da educação de jovens e adultos no contexto da Educação do Campo.

No terceiro capítulo, destacamos o processo organizacional da gestão do Programa Projovem Campo Saberes da Terra na Paraíba. Este capítulo destaca, de maneira elucidativa, a interconexão entre a estrutura do programa e os princípios fundamentais da educação popular, com um foco específico na edição de 2018 do referido programa.

No quarto capítulo, abordamos acerca da organização do Programa Projovem Campo - Saberes da Terra na realidade do estado da Paraíba, contextualizando o cenário histórico, político e educacional no qual se efetivaram as edições do Programa no Estado.

No quinto capítulo, realizamos a análise e discussão com base nos dados coletados sobre a organização da 'Edição Especial', 2018, do ProJovem Campo – Saberes da Terra na Paraíba.

Por fim, trazemos as considerações finais discutindo os principais resultados obtidos durante a realização do estudo e o que este sinalizou para que possamos pensar a Educação de Jovens e Adultos do Campo, sobretudo, na Paraíba.

2. OS CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O rigor não é universal. Universal é a necessidade de ser rigoroso.

Paulo Freire (1986)

Este capítulo discute a abordagem metodológica da pesquisa, destacando a importância na escolha e aplicação dos métodos do estudo. Explora os diversos aspectos relacionados a essa abordagem, sublinhando sua relevância para o desenvolvimento do trabalho.

O processo de investigação tem como base os pressupostos epistemológicos e metodológicos do materialismo histórico-dialético. De acordo com Cury (1985, p. 26), a dialética é entendida como um “processo e movimento de reflexão do próprio real não visa apenas conhecer e interpretar o real, mas por transformá-lo no interior da história das lutas de classes”.

2.1 Categorias metodológicas da pesquisa

As categorias refletem realidades históricas e sociais criadas por sujeitos concretos que buscam transformar o mundo em que vivem. Escolhemos as categorias com base nesse princípio, para auxiliar na compreensão do nosso objeto de estudo, considerando que são concepções fundamentais que reproduzem aspectos do real. Portanto, reproduzem dimensões do real. Pois,

[...] as categorias só adquirem real consistência quando elaboradas a partir de um contexto econômico-social e político, historicamente determinando, pois, a realidade não é uma petrificação de modelos ou um congelamento de movimentos (CURY, 1987, p. 21).

Nesse sentido, tendo como pressuposto metodológico o materialismo histórico-dialético, nossa abordagem investigativa será desenvolvida em consonância com às categorias de análise desse método, a saber: historicidade, totalidade, contradição e mediação.

a) Historicidade

Segundo Marx (2011), a realidade social é concebida como uma concretude, isto é, um complexo de relações de produção que define um determinado período histórico.

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2011, p.25).

A história dá sentido aos fatos, ao mesmo tempo pode anunciar pontos de ruptura ou reflexões em eventos, ideias e tendências históricas. E esse movimento do processo histórico passa a fornecer uma visão mais profunda e contextualizada das relações sociais em seus conflitos e contradições.

b) Totalidade

Ao adotar a perspectiva da totalidade nessa pesquisa, buscou-se compreender os elementos em seu contexto mais amplo, considerando suas interconexões e influências recíprocas. Nesse sentido, a categoria da totalidade é a categoria que constitui no interior do método dialético o conjunto articulado de várias determinações para pensar a realidade dos fatos sociais.

Na verdade, totalidade não implica abranger todos os fatos. Totalidade representa: a realidade como um todo estruturado e dialético, no qual ou a partir do qual um determinado fato (seja uma classe de fatos ou um conjunto de fatos) pode ser compreendido de maneira racional (Kosik, 1985).

Nesse sentido, a totalidade como categoria de análise da realidade concreta não tem a pretensão de dar conta do estudo de tudo que é real, nem se dispõe a esgotar todas as determinações que envolvem o objeto que está sendo analisado. Entretanto, é preciso atentar que os desdobramentos dessa categoria estão fundamentalmente relacionados uns como os outros de forma articulada.

c) Contradição

A categoria da contradição como metodologia assume uma posição notória quanto ao seu amplo alcance conceitual e explicativo da realidade concreta, permitindo a identificação e compreensão de conflitos, oposições e tensões presentes no movimento dialético que parte da sua concepção ontológica da realidade social.

Por isso, a presença da contradição no movimento histórico é fundamental, à medida que ela é sempre refeita de totalidades cada vez mais densas e complexas da realidade. Cury (1985), ressalta:

A contradição é destruidora, mas também criadora, já que se obriga à superação, pois a contradição é intolerável. Os contrários em luta e movimento buscam a superação da contradição, superando-se a si próprios. Na superação, a solução da contradição aparece enriquecida e reconquistada em nova unidade de nível superior. Cada coisa é uma totalidade de movimentos e de momentos e elementos provenientes de suas relações, de sua gênese e de sua abertura. (CURY, 1985, p.30).

O movimento da realidade não se constitui em uma obra do acaso, mas das várias dimensões e especificidades que o determina. A categoria da contradição utilizada para compreensão da realidade concreta desdobra-se em múltiplas determinações e manifestações.

Ao olhar para as contradições e diferentes perspectivas envolvidas, poderemos obter uma compreensão mais abrangente em relação ao objeto da nossa análise e suas nuances. Essa categoria, também, ajuda a identificar quaisquer inconsistências nas narrativas que são apresentadas, desvendando a realidade mais profunda do objeto de pesquisa.

d) Mediação

O processo pelo qual as relações sociais e as contradições são intermediadas e influenciam o desenvolvimento histórico, as mediações, que representam as formas e instituições sociais que conectam diferentes elementos em uma sociedade desempenham um papel fundamental na compreensão das mudanças sociais e na dinâmica das relações de classe.

Na análise do movimento da realidade social como possibilidade crítica do desvendamento profundo de suas múltiplas determinações, existe uma dimensão imediata e outra dimensão mediata (Konder, 2008). Portanto, os mecanismos pelos quais as forças sociais e econômicas interagem, influenciando as condições materiais e as estruturas sociais e como as relações sociais são moldadas e transformadas ao longo do tempo. Pois,

Não é possível compreender imediatamente a estrutura da coisa ou a coisa em si mediante a contemplação ou a mera reflexão, mas sim mediante uma determinada atividade. (Kosik, 1985 p. 22).

2. 2 Categorias de Conteúdo

As categorias de conteúdo desempenham um papel fundamental na pesquisa científica. Elas ajudam a estabelecer uma hierarquia de informações, facilitando a identificação de informações relevantes para o estudo e a organização de dados e resultados significativos do processo investigativo. “configurando-se assim um movimento que vai do geral ao particular na exposição, e do particular ao geral na investigação e na exposição” (Kuenzer, 1998, p. 66). Nesse sentido, estaremos nos acercando de alguns conceitos que são fundamentais para que possamos tratar do nosso objeto, dentre estas destacamos: Educação do Campo, Educação de Jovens e Adultos do Campo.

a) Educação do Campo

O conceito de Educação do Campo neste trabalho está sendo entendido a partir das lutas e mobilizações que se organizam no Brasil, principalmente a partir do final dos anos de 1990 Caldart (2002, 2005, 2007, 2009, 2012); Silva (2006, 2009, 2015, 2018). Consideramos, Educação do Campo como:

um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no

projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública [...] (CALDART, 2012, p. 257).

Conforme Caldart (2009), a compreensão da categoria Educação do Campo transcende sua mera definição histórica, abrangendo a exploração das intrincadas contradições e tensões que moldaram a realidade em que ela emergiu.

Por um lado, que se traduza em atender as necessidades e tratar a diversidade na educação brasileira, discutindo especificidades e ampliando a qualidade de ensino. Por outro lado, que leve em consideração as peculiaridades sociais da realidade camponesa, ou seja, uma educação que seja do campo e no campo, conforme entende Caldart (2002, p. 18), “No: o povo tem direito de ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura, às suas necessidades humanas e sociais”. Por isto que, a Educação do Campo

[...] trata-se de uma educação dos e não para os sujeitos do campo. Feita sim através de políticas públicas, mas construídas com os próprios sujeitos dos direitos que as exigem [...] identifica uma reflexão pedagógica que nasce das diversas práticas de educação desenvolvidas no campo e ou pelos sujeitos do campo (CALDART, 2002, p. 18, 22).

A Educação do Campo não nasceu logo como uma teoria educacional. Suas primeiras questões foram práticas, e a partir destas condições sociais e educacionais foi se constituindo nas lutas e mobilizações dos movimentos sociais.

Essa estreita vinculação do movimento educativo com a sociedade coloca um problema crucial dos limites e das possibilidades da educação como instrumento de conservação e de mudança social. Essa limitação da educação precisa ser entendida dentro das contradições do Estado na sociedade capitalista, do contexto social e da escola, ou seja, nos encaminhamentos das lutas políticas e ações coletivas, da construção de novas sociabilidades, das relações com a natureza e de uma formação humana emancipatória essa disputa ocorre dentro da materialidade do capitalismo que busca frear todas as perspectivas de mudanças e emancipação do ser humano. E é dentro desta abordagem que nos situamos na compreensão do papel da escola permeada pelo movimento contraditório da sociedade e da prática e das relações sociais dos seus sujeitos (SILVA, 2018, p. 18).

Dentro dessa concepção, o diálogo principal para a implementação do projeto de campo e de sociedade que integra o projeto da Educação do Campo, terá que

acontecer dentro de uma determinada tradição pedagógica crítica que tenha vínculo com objetivos políticos de emancipação e de luta por justiça e igualdade social. O que coloca o movimento da Educação do Campo em um desafio permanente no processo de disputa das políticas públicas. Assim como Caldart (2009), entendemos que

uma das características constitutivas da Educação do campo é a de se mover desde o início sobre um 'fio de navalha', que somente se consegue compreender pela análise das contradições reais em que está envolvida e que, nunca é demais repetir, não são as contradições do território estrito da pedagogia, mas da luta de classes, particularmente de como se desenvolve hoje no campo brasileiro, em todas as dimensões de sua realidade (CALDART, 2009, p. 38).

Nessa perspectiva, os desafios, avanços e conquistas voltadas para campo implica uma conotação política de continuidade das lutas camponesas no campo, sobretudo, quando se trata de políticas públicas voltadas para essa esfera da sociedade.

b) Educação de Jovens e Adultos do Campo

A Educação de Jovens e Adultos retoma a concepção freiriana de formação integral do ser humano, da educação como uma dimensão da formação humana (Freire, 1982), que ocorre na família, no trabalho, na comunidade, na organização social e na escola, portanto, a escolarização desses sujeitos necessita de uma articulação e diálogo com os saberes e as demandas provenientes de sua vida.

Sob a perspectiva social, os estudantes matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA) configuram um grupo coletivo, composto por sujeitos que, por diversas razões, foram impedidos de concluir sua trajetória educacional. Predominantemente, são trabalhadores da cidade e do campo que buscam o acesso a escolarização para acessar oportunidades sociais postas por uma sociedade baseada no letramento. Ao considerarmos o viés cultural, esse contingente revela-se notavelmente diversificado. Diferem-se em aspectos como local de residência, faixa etária, níveis de escolaridade e perspectivas de mundo, configurando assim um coletivo marcado pela heterogeneidade (ARROYO, 2011).

A EJA atende toda a população acima dos quinze anos que foi excluída do sistema educacional, seja por falta de acesso, evasão escolar ou desigualdades

sociais, que não possibilitou sua entrada na escola na idade certa. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre as 49 milhões de pessoas de 15 a 29 anos de idade no Brasil, 20,0% não estavam ocupadas nem estudando, 15,7% estavam ocupadas e estudando, 25,2% não estavam ocupadas, porém estudavam e 39,1% estavam ocupadas e não estudavam.

A inclusão do segmento jovem ao campo da educação de adultos, é marcada por uma exclusão histórica das classes populares do campo e da cidade, a escola na idade certa, dada a marcante desigualdade social em nosso país, esse público é oriundo das camadas populares. São também predominantemente oriundos da população negra e parda das periferias e do campo brasileiro. Na Paraíba, segundo Censo da Educação Básica de 2020, dos matriculados na Educação de Jovens e Adultos no Estado, 80,4% se auto reconhecem como preto/pardo.

Para Arroyo (2005, p. 19), é preciso um olhar mais positivo, reconhecendo que os sujeitos da EJA, "protagonizam trajetórias de humanização", participando em lutas sociais pela garantia de seus direitos. No campo brasileiro, esses sujeitos do campo são caracterizados por suas vivências, culturas e formas de organização social relacionadas às suas realidades e que podem variar amplamente entre diferentes regiões e países, levando em conta aspectos culturais, históricos, sociais e econômicos específicos de cada contexto. Portanto, é necessário considerar a diversidade e a particularidade ao abordar as questões relacionadas aos povos do campo.

Essas populações frequentemente enfrentam desafios e desigualdades, como falta de infraestrutura básica, acesso limitado a serviços públicos, dificuldades de transporte e comunicação, concentração de terras, conflitos agrários e acesso limitado a políticas e programas sociais. Essas realidades contribuem para a luta por direitos e melhores condições de vida no campo.

A EJA, neste aspecto, constitui um instrumento importante de enfrentamento e de afirmação de ações e de políticas educativas que incluam os sujeitos do campo na busca de valorização de sua história, cultura e cidadania.

2.3 Campo de Pesquisa: Estado da Paraíba

A escolha do Estado da Paraíba como campo empírico da pesquisa sobre o Programa ProJovem Campo - Saberes da Terra foi motivada por diversos fatores, que

torna essa região particularmente relevante para investigar, dentre eles, por ser o espaço da nossa atuação como educador do Programa na sua edição de 2009; o estado ter participado em todas as edições do Programa, desde a edição piloto Saberes da Terra, em 2005; o número de matrículas da EJA que apresentou uma queda de 17,7% de 2016 a 2020, chegando a 107.974 matrículas em 2020; por possuir diferentes ações de Educação do Campo no Estado, envolvendo movimentos sociais, pastorais sociais, universidades e poder público e por fim, possuir comitê estadual de Educação do Campo organizado durante o recorte temporal das edições do Programa – 2005-2008.

Esses números podem ser bem maiores se considerarmos esse contexto na realidade do campo. Ademais, o estado foi pioneiro na implantação do Programa Projovem Campo e possui várias outras ações em Educação do Campo realizado por universidades, movimentos e pastorais sociais.

Conforme o último Censo no ano de 2022 realizado pelo IBGE, a Paraíba têm uma população de 3.974.495 pessoas. Com uma área da unidade territorial de 56.467,242 km², corresponde a 3,12% da região Nordeste e 0,66% do Brasil, está localizado precisamente na porção oriental, tendo como limites, ao Norte, o Estado do Rio Grande do Norte; ao Sul, o Estado de Pernambuco; ao Leste, o Oceano Atlântico; e a Oeste, o Estado do Ceará, conforme aponta a figura 4.

Figura 4 – Mapa de Localização da Paraíba na região Nordeste do Brasil



Fonte: Melo; Rodriguez, (2012).

O clima semiárido do Estado envolvendo três das mesorregiões, do Agreste ao Sertão Paraibano. As mesorregiões paraibanas se encontram dividida em quatro, a saber, Mata Paraibana, Agreste Paraibano, Borborema e Sertão Paraibano, Conforme demonstrado na figura 5, classificadas de acordo com atributos social, econômico e político, instituídos pelo IBGE.

Figura 5 – Mapa do Estado da Paraíba e suas mesorregiões



Fonte: Melo; Rodriguez, (2012).

O Estado da Paraíba possui um número significativo de comunidades rurais e de agricultores familiares com realidades diversificadas e características particulares no que diz respeito ao acesso à terra, infraestrutura, desenvolvimento econômico e educação nos lugares onde moram e vivem, observe a tabela abaixo:

Tabela 1 - Realidades diversificadas e características particulares de comunidades rurais e de agricultores familiares na Paraíba

Condição do Produtor		Área em Hectares
Proprietário(a) Coproprietários(as) Coletivamente	Inclusive os(as) de Terras Tituladas	2.922.213
Concessionário(a) Titulação Definitiva	ou assentado(a) Aguardando	127.466
Arrendatário(a)		67.698
Parceiro(a)		69.083

Continuação

Condição do Produtor	Área em Hectares
Comodatário(a) (Inclusive com Termo de Autorização de Uso Sustentável - TAUS)	187.651
Ocupante (A Justo Título ou por Simples Ocupação)	50.429

Fonte: Censo Agropecuário, 2017.

A implementação de políticas educacionais voltadas para a população campestre demanda a superação de desafios significativos, tais como a evasão escolar, a escassez de escolas do campo e o distanciamento entre o currículo formal e a especificidade presentes na realidade do campo. Nesse sentido, a Paraíba apresenta aspectos que podem ser explorados para ajudar a compreender a organização e a efetivação do Programa ProJovem Campo Saberes da Terra como política educacional destinada a essa parte da população de jovens e adultos da agricultura familiar.

A Paraíba possui instituições educacionais com oferta de Ensino Superior, inclusive com oferta de cursos específicos relacionados a Educação de Jovens e Adultos e Educação do Campo, dentre elas, podemos citar a UFCG, UFPB, UEPB, IFPB, com campus em diferentes municípios do Estado.

2.4 Participantes da Pesquisa

No intuito de alcançar os objetivos, nos propomos realizar entrevistas semiestruturadas com os sujeitos que tiveram uma vinculação direta ou indireta na implementação do Programa no Estado da Paraíba, atuando nas posições de liderança e coordenação.

No âmbito Secretaria da Educação do Estado a Coordenação Pedagógica do Programa esteve responsável pelos momentos de formação dos professores dos diferentes polos. Esses coordenadores de polos responsáveis pelo monitoramento das turmas, processo de avaliação, frequência, evasão, planejamento junto aos professores, funcionamento adequado das aulas, entre outras. Para resguardar o anonimato foram atribuídos códigos aos participantes da pesquisa durante o processo

de transcrição dos depoimentos. O quadro 1, apresenta os códigos e quantidade de participantes da pesquisa.

Quadro 1 – Participantes da pesquisa

Função	Códigos	Quantidade
Membro da Gerência Estadual de Educação de Jovens e Adultos do Estado – GEEJA	CP (Coordenação Pedagógica da GEEJA)	01
Membro da Coordenação Pedagógica do Programa de Polo	CA (Coordenação de Polo)	01 Continuação
Membro do Comitê Estadual de Educação do Campo (representante dos movimentos sociais)	C1 (Comitê campo)	03
	P1 (Movimentos sociais)	
	P2 (Movimentos sociais)	

Fonte: Pesquisa de Campo – 2023, sistematizado pelo autor, 2022.

2.5 Procedimentos e instrumentos de Pesquisa

A abordagem adotada para a pesquisa influencia a escolha dos procedimentos e instrumentos de pesquisa, que precisam ser escolhidos de acordo com os objetivos do estudo, a especificidade do objeto e do perfil dos participantes. Assim, buscamos compreender o nosso objeto a partir dos seguintes procedimentos: estudo exploratório, análise documental e entrevista semiestruturada, conforme nos apresenta a figura 6.

Figura 6 - Esquema: Procedimentos e instrumentos da pesquisa.

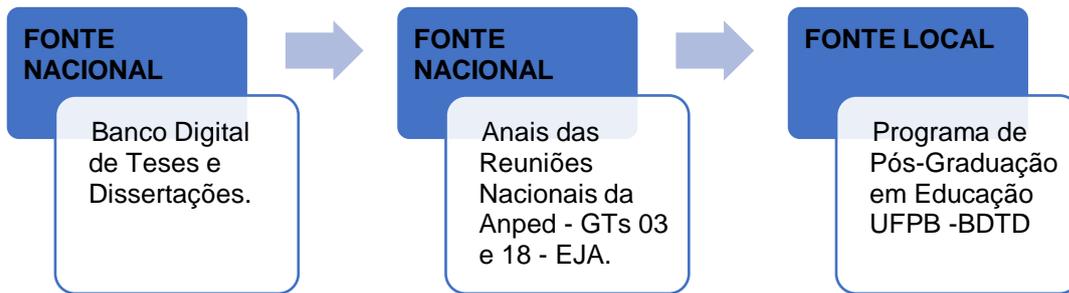


Fonte: Sistematizado pelo autor, 2022.

2.5.1 Estudo Exploratório: mapeamento da produção acadêmica

A necessidade de uma aproximação com a temática da Educação de Jovens e Adultos do Campo, especialmente no que se refere ao Projovem Campo - Saberes da Terra, nos levou a adotar como primeira etapa da investigação, um estudo exploratório em três fontes nacionais: Banco digital de teses e dissertações da Capes (por representar a produção acadêmica dos programas de pós-graduação em Educação); nos anais das reuniões nacionais da Anped (especialmente nos Grupos de Trabalho Educação de Jovens e Adultos (GT 3) Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos e no (GT 18) Educação de Pessoas Jovens e Adultas, pela representatividade acadêmica desta instituição na produção científica da Educação); e como fonte local, no banco de dissertações e teses do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (por ter linhas de pesquisa na área de Educação de Adultos e Educação Popular), conforme representadas na figura 7.

Figura 7 - Fontes da produção acadêmica



Fonte: Sistematizado pelo autor, 2022.

a) Mapeamento do Banco Digital de Teses e Dissertações - BDTD

Para o mapeamento da produção no banco digital de dissertações e teses da Capes, partimos dos seguintes descritores: Educação do Campo, Educação de Jovens e Adultos do Campo (EJA-Campo), Projovem Campo – Saberes da Terra. Na Tabela 2 apresenta-se o resultado do nosso mapeamento das teses e dissertações.

Tabela 2 – Mapeamento da Produção no Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD) da Capes - (2005-2020)

Ano	Educação do Campo		Educação de Jovens e Adultos do Campo		Projovem Campo – Saberes da Terra	
	Dissertação	Tese	dissertação	tese	dissertação	tese
2005	1	1	0	0	0	0
2006	2	1	1	0	0	0
2007	2	0	0	0	0	0
2008	1	3	0	0	0	0
2009	7	1	0	0	0	0
2010	3	4	0	0	0	0
2011	2	1	0	0	1	0
2012	14	2	0	0	1	0
2013	2	7	0	2	0	0
2014	3	3	3	0	3	0
2015	5	4	2	1	2	1

2016	4	2	0	0	0	0
2017	1	4	0	0	0	0
2018	4	2	0	0	0	0
2019	1	2	0	0	0	0
2020	1	0	0	0	0	0
Total	53	37	6	3	7	1

Fonte: Banco de teses e Dissertações – CAPES – 2005-2020, sistematizado pelo autor.

Os dados da Tabela 2 permite afirmar, que os anos de 2009 e 2012 se destacam com o maior número de dissertações, todas elas abordando a temática da Educação do Campo, enquanto o ano de 2013 lidera no que se refere ao número de teses produzidas sobre o mesmo título. Ademais, as políticas públicas afirmativas à Educação do Campo criadas para o período promoveram processos educativos e oportunidades de desenvolvimento da produção. Entre 2019 e 2020, observa-se uma redução do número das produções acadêmicas, sobretudo no contexto da COVID – 19.

No âmbito destes estudos, procuramos enfatizar aqueles que abordaram de maneira específica a temática central de nossa pesquisa, o Projovem Campo Saberes da Terra. Identificamos um total de sete dissertações e uma tese relacionadas a esse tema, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 - Teses e Dissertações sobre Projovem Campo Saberes da Terra – BDTD CAPES – 2005-2020

Ano	Instituição	Autor(a)	Título	Palavras-chave
2011	Universidade Federal de Viçosa - MG	Regina Celi Alvarenga de Moura	Pedagogia da Alternância: limites e perspectivas do Projovem Campo em Minas Gerais	Políticas Pública; Pedagogia da Alternância; Projovem Campo – Saberes da Terra Continuação
2012	Universidade Federal de Pernambuco	Luciana Rufino de Alcântara	O Ensino de conteúdos estatísticos no Projovem Campo - Saberes da Terra em Pernambuco	Ensino de Estatística, Projovem Campo – Saberes da Terra, Integração de Saberes, Educação do Campo.

2014	Universidade Federal de Mato Grosso	Glória Maria Mendes Curvo Gugelmin	Educação do Campo: uma análise do diálogo entre saber escolar e saber local no contexto do Programa Projovem	Educação do Campo; Programa Projovem do Campo; Mulheres do campo
2014	Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro	Leonardo Faé de Almeida	Projovem Campo - Saberes da Terra Capixaba: propostas de elevação de escolaridade e de qualificação social e profissional e seus resultados em duas comunidades do campo no Espírito Santo	Educação de Jovens e Adultos no Campo; Cidadania; Políticas Públicas; Reconhecimento; luta por direitos
2015	Universidade Federal do Espírito Santo	Maria Geovana Merlin Ferreira	A Educação Popular na Práxis do Projovem Campo – Saberes da Terra no Espírito Santo	Alternância Pedagógica. Projovem Campo – Saberes da Terra Educação do Campo. Educação de Jovens e Adultos. Currículo Integrado
2015	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS)	Luciana Pinto Fernandes	Projovem Campo – Saberes da Terra: um olhar crítico sobre a contribuição do programa para a permanência dos jovens no meio campestre	Questão agrária. Política pública educacional. Educação do Campo. Jovens.
2015	Universidade Federal do Paraná	Mara Edilara Batista de Oliveira	As Políticas Públicas em Educação do Campo, entre a subordinação e a autonomia: o Projovem Campo – Saberes da Terra e sua implantação na Paraíba no contexto da questão agrária	Educação do Campo; políticas públicas; questão agrária.

Fonte: Banco de teses e Dissertações – CAPES – 2005-2020, sistematizado pelo autor.

Conduzimos o mapeamento em uma segunda fonte de pesquisa nacional, utilizando os anais das reuniões nacionais da Anped. Nesse contexto, aplicamos o mesmo recorte temporal ao mapear os trabalhos nos grupos específicos: Grupo 3, que aborda movimentos sociais, sujeitos e processos educativos, e Grupo de Trabalho 18, focado na Educação de Pessoas Jovens e Adultas.

b) Anais das Reuniões Nacionais da ANPED

Para levantamento dessas produções utilizamos os seguintes indicadores: Educação do Campo, Educação de Jovens e Adultos do Campo (EJA-Campo), Projovem Campo – Saberes da Terra, para tal adotamos o mesmo recorte temporal de 2005 a 2020.

Tabela 3 – Grupos Temáticos GT 3 Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos da ANPED (2005-2020)

Ano	Reunião Nacional	Número de trabalhos por Descritores		
		Educação do Campo	Educação de Jovens e adultos do Campo	Projovem Campo – Saberes da Terra
2005	28 ^a	1	0	0
2006	29 ^a	1	1	0
2007	30 ^a	0	0	0
2008	31 ^a	1	0	0
2009	32 ^a	1	0	0
2010	33 ^a	0	0	0
2011	34 ^a	7	0	0
2012	35 ^a	1	0	0
2013	36 ^a	1	0	0
2015	37 ^a	2	1	0
2017	38 ^a	0	0	0
2019	39 ^a	0	0	0
Total	12	16	2	0

Fonte: Sistematizado pelo autor, 2022.

No que se refere aos descritores escolhidos, Educação do Campo, é o que apresenta maior número de trabalhos, sendo a edição de 2011, a que apresentou o maior número de trabalho, no GT 3, não encontramos nenhum trabalho que tratasse sobre o Projovem Campo – Saberes da Terra.

Em seguida realizamos o mapeamento da produção do Grupo Temático do GT 18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas. Os resultados que obtivemos encontram-se dispostos na Tabela 4.

Tabela 4 – Mapeamento da Produção do Grupo Temático GT 18 ANPED (2005-2020)

Ano	Reunião Nacional	Número de trabalhos por Descritores		
		Educação do Campo	Educação de Jovens e adultos do Campo	Projovem Campo – Saberes da Terra
2005	28 ^a	1	1	0
2006	29 ^a	0	0	0
2007	30 ^a	0	1	0
2008	31 ^a	1	1	0
2009	32 ^a	0	0	0
2010	33 ^a	0	0	0
2011	34 ^a	0	0	0
2012	35 ^a	0	0	1
2013	36 ^a	0	0	0
2015	37 ^a	0	0	0
2017	38 ^a	0	1	0
2019	39 ^a	0	0	0
Total	12	3	4	1

Fonte: Sistematizado pelo autor, 2022.

Inicialmente, esperávamos encontrar mais trabalhos relacionados a EJA Campo, visto tratar-se de um grupo com a temática específica de Educação de Jovens e Adultos, entretanto, ao longo das doze edições da Anped, encontramos 04 trabalhos que abordaram esta temática: Silva (2005) Carvalho (2007); Di Pierro (2008) e Faria (2017).

A leitura dos trabalhos contribuíram para um maior conhecimento sobre a diversidade de práticas educativas com jovens e adultos do campo, bem como a diversidade de contextos no qual se realiza a ação. A importância dos movimentos sociais na EJA, principalmente, a partir da implementação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, que por sua proposta pedagógica, organização e gestão em parceria entre diferentes instituições, possibilitou muitos pontos de diálogo com a organização do Projovem Campo- Saberes da Terra para agricultores familiares.

Encontramos no que se refere ao Programa Projovem Campo Saberes da Terra um trabalho de Marcelo Pagliosa Carvalho. Carvalho (2012) em seu artigo sob o título, A Educação de Jovens e Adultos nos Governos de Lula de (2003-2010): Incongruências das Políticas e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). O autor analisou as políticas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) adotadas no Brasil durante esses governos, entre os quais estava o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (ProJovem).

O mapeamento da produção dos Grupos Temáticos foi realizado com o intuito de identificar e analisar os trabalhos relacionados ao tema de pesquisa. Nesse processo, buscamos compreender a abordagem e o enfoque adotados pelos estudos existentes nesse campo específico.

c) Fonte Local: Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB

A fonte local para o mapeamento da produção acadêmica foi do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, a escolha foi devido a ser um dos programas mais antigos da região nordeste, dedicado a pesquisa em Educação de Jovens e Adultos e Educação Popular, além disso, foi responsável pelo processo de formação do Projovem Campo Saberes da Terra, em duas edições no estado

Inicialmente realizamos o levantamento utilizando o sistema de biblioteca digital da instituição, a partir dos descritores: Educação do Campo; Educação de Jovens e Adultos do Campo e Projovem Campo Saberes da Terra. A Tabela 4 apresenta os resultados do levantamento das produções acadêmicas.

Tabela 5 — Mapeamento das teses e dissertações do PPGE- UFPB- (2005-2020)

Ano	dissertações do PPGE- UFPB			teses do PPGE- UFPB		
	Educação do Campo	EJA Campo	Projovem Campo – Saberes da Terra	Educação do Campo	EJA Campo	Projovem Campo – Saberes da Terra
2005	0	0	0	0	0	0
2006	0	0	0	0	0	0
2007	0	0	0	0	0	0
2008	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0
2010	2	1	0	0	0	0
2011	4	1	0	0	0	0
2012	1	0	0	1	0	0
2013	2	0	0	1	0	0
2014	2	0	1	1	0	0
2015	3	0	0	0	0	0
2016	3	0	0	2	0	0
2017	1	1	0	1	0	0
2018	1	0	0	3	0	0
2019	1	0	0	2	1	0
2020	0	0	0	0	0	0
Total	20	3	1	11	1	0

Fonte: Banco de teses e Dissertações – CAPES – 2005-2020, sistematizado pelo autor.

Embora apresente uma vasta produção sobre Educação de Jovens e Adultos, no que se refere a essa modalidade de ensino destinada a população do campo, localizamos apenas 03 (três) trabalhos e um (1) especificamente sobre Projovem Campo Saberes da Terra.

A temática da Educação de Jovens e Adultos do Campo, mais alinhada ao nosso objeto de estudo, foi explorada nos trabalhos de Rego (2010), Aragão (2011) e Rolim (2017). Destaca-se ainda o trabalho de Karla Tereza Amélia Fornari de Souza, intitulado “Educação do Campo e Emancipação Humana: Contribuições do Projovem Campo – Saberes da Terra (edição 2008) em Pernambuco”.

2.5.2 Pesquisa Documental

Como primeiro passo no procedimento realizamos um levantamento inicial da legislação nacional que tratava sobre Educação do Campo, Educação de Jovens e Adultos e do Programa Projovem Campo - Saberes da Terra, como podemos observar no quadro 3 abaixo.

Quadro 3 – Corpus Documental Nacional

Documento	Ementa
Constituição Federal de 1988	A Carta Magna estabelece o ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive sua oferta garantida para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria.
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – LEI Nº 9.939/1996).	Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Reafirma os preceitos da CF/1988, além de reconhecer a EJA como modalidade da educação, integrando-a ao sistema regular de ensino, mas garantindo a sua especificidade quanto ao atendimento a ser oferecido.
Resolução CNE/CEB Nº 1, de 3 de abril de 2002.	Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.
Resolução CNE/CEB Nº 2, de 28 de abril de 2008.	Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo
Plano Nacional de Educação – (PNE projeto de lei 2010) para decênio 2011-2020.	Propõe um conjunto abrangente de diretrizes e metas para aprimorar o sistema educacional brasileiro. Abrangendo desde a educação infantil até o ensino superior.
Resolução CNE/CEB Nº 1, de 3 de abril de 2002.	Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.
Decreto Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010.	Dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA
O Plano Nacional de Educação para o decênio 2014/2024, instituído pela Lei nº 13.005/2014.	Definiu 10 diretrizes que devem guiar a educação brasileira neste período e estabeleceu 20 metas a serem cumpridas na vigência.

Fonte: Pesquisa documental - 2022, sistematizado pelo autor.

A legislação relacionada à Educação do Campo, EJA e ao Programa Projovem Campo - Saberes da Terra no Brasil, inclui diversos documentos e leis. A análise desse corpus proporcionou uma compreensão valiosa sobre a dinâmica das conquistas e dos desafios presente no campo das mudanças políticas, evoluções legais, entre outros aspectos relevantes à educação no cenário brasileiro.

No quadro 4, especificamos a legislação que fundamenta os aspectos legais do Programa Projovem Campo – Saberes da Terra, que analisaremos no segundo capítulo deste trabalho.

Quadro 4 — Legislação Projovem Campo – Saberes da Terra

Documento	Ementa
Lei nº 11.129, de 30 de julho 2005	Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nº s 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências.
Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008	Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei no 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nos 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências.
Resolução /CD/FNDE nº 45 de 14 de agosto de 2009	Estabelece os critérios e procedimentos para a transferência automática de recursos financeiros do Programa Projovem Campo – Saberes da Terra aos Estados.
Resolução /CD/FNDE nº 46 de 24 de agosto de 2009	Estabelece os critérios e procedimentos para a transferência de recursos financeiros do Programa Projovem Campo – Saberes da Terra às Instituições de Ensino Superior Públicas a partir de 2009.
Resolução /CD/FNDE Nº 66 de 28 de dezembro de 09	Altera a Resolução CD/FNDE nº 46, de 24 de agosto de 2009, que estabelece os critérios e procedimentos para a transferência de recursos financeiros do Programa Projovem Campo – Saberes da Terra às Instituições de Ensino Superior Públicas a partir de 2009.
Resolução /CD/FNDE nº 01 de 07 de janeiro de 2011	Altera dispositivos na Resolução CD/FNDE nº 45, de 14 de agosto de 2009, para modificar procedimentos e adequar os repasses de

	recursos financeiros aos Estados no âmbito do Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra aos Estados.
Resolução/FNDE/MEC nº 13, de 21 de setembro de 2017	Estabelece critérios e normas para os entes federados que dispõem de saldo na conta específica do Projovem Campo - Saberes da Terra e desejam participar de edição especial do Programa para entrada de estudantes em 2017 e altera a Resolução nº 37, de 15 de julho de 2009

Fonte: Pesquisa documental - 2022, sistematizado pelo autor.

O quadro 4 permite afirmar acerca do aumento gradativo das conquistas legislativas do Projovem Campo – Saberes da Terra, no período de 2005 a 2009, destacando-se como um indicativo positivo do reconhecimento e do comprometimento das lutas dos movimentos sociais do campo em fortalecer a educação voltada para jovens e adultos.

Esse suposto avanço legislativo pode ser interpretado como um reflexo do esforço contínuo, porém, é fundamental que essas medidas estejam realmente resultando em uma inclusão efetiva e no atendimento adequado das necessidades específicas dessa parcela da população, e que não se restrinjam apenas ao âmbito legal.

No que diz respeito às bases legais que orientam a educação em nosso país, é possível observar que contamos com um número considerável delas.

A Lei nº 10.488, de 23 de junho de 2015, que sancionou o Plano Estadual de Educação – PEE, e o Edital nº 006/2018, referente à contratação de pessoal para desempenhar as funções de Educadores das Áreas de Conhecimento no Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra, na sua 'Edição Especial', formaram o arcabouço documental estadual utilizado como base para esta pesquisa.

2.5.3 Pesquisa de Campo: Entrevista semiestruturada

Como pesquisa de campo, realizamos a entrevista semiestruturada com os sujeitos diretamente envolvidos na organização e gestão do Programa Projovem Campo – Saberes da Terra no período de 2018 a 2020 no Estado da Paraíba. A entrevista semiestruturada desempenha um papel fundamental que combina elementos de estruturação e flexibilidade, permitindo aprofundar na compreensão do movimento da realidade estudada. Como afirmado por Ludke e André (1986, p.34),

essa abordagem também concede ao pesquisador a flexibilidade de efetuar correções necessárias, permitindo esclarecimentos e adaptações durante o processo. Essa característica torna a entrevista extremamente eficaz na obtenção de informações de alta qualidade.

Nossa pesquisa está fundamentada na concepção crítica-dialética, empregada para uma análise aprofundada de questões sociais, econômicas e políticas, onde o objetivo é compreender as origens dos problemas e identificar vias potenciais de transformação e superação de desafios. Nesse contexto, o indivíduo é considerado um agente político, integrado ao processo histórico-político e moldado pelas condições de seu ambiente. Ele também é ator ativo nas complexas redes de relações estabelecidas em cada período histórico, especialmente em relação ao objeto de estudo. Para atingir esse entendimento, adotaremos um roteiro composto por perguntas abertas, proporcionando uma análise mais abrangente e contextualizada.

2.6 Análise e Tratamento das Informações

Adotamos a perspectiva da Análise Temática, e realizamos os procedimentos com base nas três etapas definidas por Bardin (2016), para alcançar e atender os objetivos da investigação, as etapas foram: pré-análise; exploração do material e tratamento e interpretação dos dados, recorrendo-se à técnica de análise de conteúdo temática.

Na primeira etapa, foi realizada a leitura flutuante do material das entrevistas, com a finalidade de compreender o cenário que se encontraram nos relatos.

Na etapa seguinte, o material foi revisitado para a realização dos ajuntes e recortes, os excertos do texto. Conforme ressalta Bardin (2016, p. 80) “a Análise de Conteúdo assume, ao longo da pesquisa um movimento, de vai e vem nos dados”, com o objetivo de estabelecer as categorias de análise.

Nesta etapa, realizou-se a cuidadosa seleção dos termos mais relevantes extraídos das entrevistas por meio de uma análise minuciosa que envolveu a identificação de desdobramentos, conexões, convergências e divergências entre as unidades de registro. Com base no referencial teórico, nos objetivos da pesquisa e nas falas pronunciadas pelos sujeitos atribuímos significados aos dados, com o propósito de estabelecer categorias analíticas. Cada unidade de registro foi

devidamente considerada no processo de tratamento dos dados, que se desdobrou na categorização desses termos em subtemas durante a codificação do material, conforme evidenciado nos resultados apresentados no quadro 5.

Quadro 5 — Unidades de contexto e Registro das respostas das 5 participantes do estudo

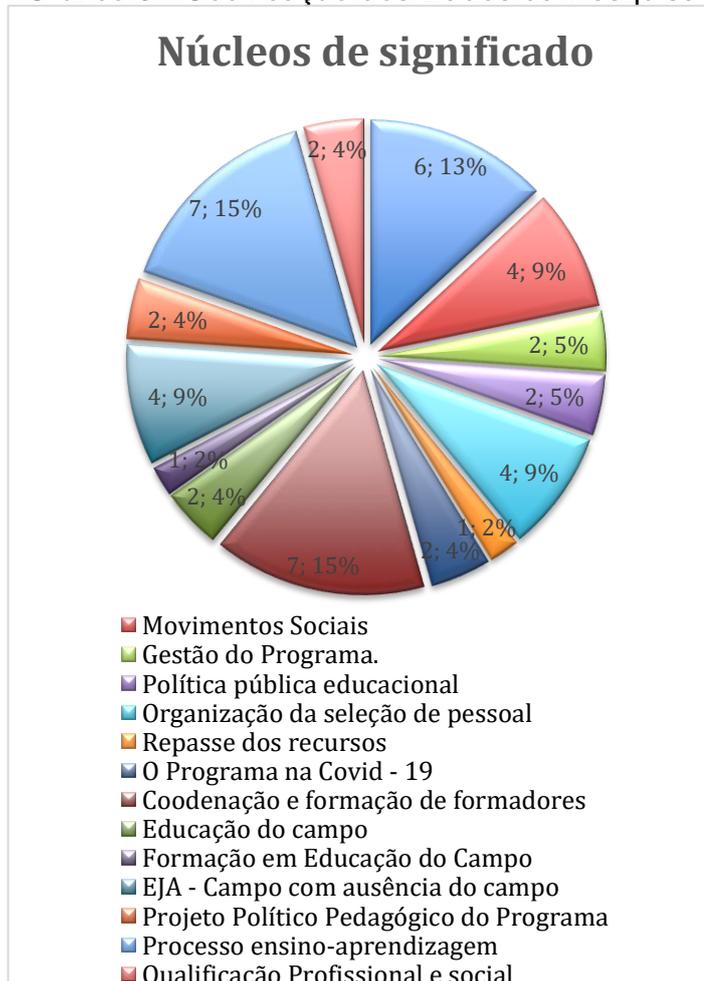
Unidade de Contexto	Unidade de Registro	Frequência
Quem participou no início foi o Estado, quer dizer: assumiu a estruturar do Programa	Adesão e Parcerias	6
Os movimentos sociais não tiveram participação nenhuma, quer dizer o Estado quem definiu tudo nessa edição de 2018-2020	Movimentos Sociais	4
O município estava vinculado às Regionais de Ensino, então, assim as decisões passava muito pela instância do Estado e as Regionais articulavam os professores que iriam ministrar as aulas	Gestão do Programa.	2
Estado tomou o Programa como política pública (Dele) e essa era a estratégia no campo da política de Estado demarcado	Política Pública Educacional	2
Como foi uma edição especial não houve processo seletivo para formadores o processo foi por indicação das pessoas que já tinham experiência com coordenação e com formação de professores.	Organização da seleção de pessoal	4
O repasse dos recursos acontecia por intermédio de uma cooperativa que ganhou a licitação.	Repasse dos recursos	1
Com a covid aí a coisa desanda literalmente, passar dar aula pelo celular, o dinheiro começou a desaparecer tinha um recurso na hora “h” não tinha, e no final eles estavam cortando tudo	O Programa na Covid - 19	2
O planejamento com todos os formadores acontecia em João Pessoa, na Secretaria de Educação do Estado e junto com a coordenação pedagógica do Programa na (GEEJA)	Coordenação e formação de formadores	7
O Projovem Campo é resultado de uma luta de inclusão do camponês, e não é dar voz ao campo, é escutar o camponês que tem voz	Educação do campo	2
A gente observa uma contradição muito grande na execução do projeto, a maioria dessas turmas não funcionavam no campo, mas funcionavam justamente em escolas na cidade, só tinha uma turma no campo que era a de Pitimbu	EJA - Campo com ausência do campo	4

<p>Outro desafio é cumprir a Proposta integral do Programa do Projovem Campo – Saberes da Terra, seus fundamentos e princípios</p>	<p>Projeto Político Pedagógico do Programa</p>	<p>2</p>
<p>Na coordenação pedagógica existia uma equipe, que são os coordenadores de turmas que faziam todo um processo de mapeamento e da quantidade, coordenadores de turmas que iam acompanhar o processo de formação inicial e continuada, o processo das aulas.</p>	<p>Processo ensino-aprendizagem</p>	<p>7</p>
<p>Realizávamos o tempo comunidade onde montava-se feiras para vender os produtos que elas cultivavam. Ainda hoje a comunidade tem um artesanato na palha da bananeira que foi fruto do Programa Saberes da Terra.</p>	<p>Qualificação Profissional e social</p>	<p>2</p>

Fonte: Pesquisa de Campo – 2023, sistematizado pelo autor.

Seguindo o movimento proporcionado pela análise dos dados, chegamos aos seguintes resultados apresentados no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Codificação dos Dados da Pesquisa



Fonte: Pesquisa de Campo – 2023, sistematizado pelo autor.

O gráfico 1 apresenta a codificação dos dados da pesquisa em unidades de base. A unidade de base representa o núcleo de significado atribuído aos trechos extraídos das unidades de contexto. Destaque para as unidades de base 'Coordenação e formação de formadores' e 'Processo ensino-aprendizagem' apresentaram o maior percentual de ocorrências nas falas dos participantes da pesquisa, seguida pelas unidades 'Adesão e parceria', 'Organização da seleção de pessoal', 'EJA - Campo com ausência do campo' e 'Movimentos Sociais'.

Através dos relatos das experiências dos participantes do Programa Projovem Campo Saberes da Terra, torna-se evidente a compreensão das diversas conjunturas que se entrelaçam, em diferentes graus e proporções, nos setores e nas figuras que representam os dados. Essas conjunturas abrangem aspectos humanos, políticos, econômicos, técnicos e educacionais.

À medida que avançamos na aproximação e interligação das unidades de registro durante a fase de tratamento e interpretação dos dados, consolidamos duas categorias analíticas essenciais: "Dimensões da Organização e Operacionalização do Programa" e "Dimensões Político-Pedagógicas e Educacionais do Programa". Para apresentar essas categorias e os resultados obtidos, recorreremos à criação do Quadro 6.

Quadro 6 — Procedimento para a constituição das Categorias de Análises

Unidade de Registro	Eixos Temáticos da Pesquisa	Categorias de Análises da Pesquisa
Adesão e Parcerias	Aspectos Organizacionais do Programa	Dimensões da Organização e Operacionalização do Programa
Movimentos Sociais		
Gestão do Programa.		
Política Pública Educacional		
Organização da seleção de Pessoal		
Repasse dos recursos		

O Programa na Covid - 19		
Coordenação e formação de formadores	Aspectos político-pedagógicos	
Educação do campo		
EJA - Campo com ausência do campo	Dimensões político-pedagógicas do Programa	
Projeto Político Pedagógico do Programa		
Processo ensino-aprendizagem		
Qualificação Profissional e social		

Fonte: Pesquisa de Campo – 2023, sistematizado pelo autor.

Ao fazermos as confluências das unidades de registros por meio da aproximação temática das unidades de base, chegamos aos eixos temáticos. Realizamos o movimento de junção desses eixos temáticos, para enfim chegarmos as categorias de análises.

Dessa forma, empenhamo-nos na definição das categorias, atentos à pertinência em relação ao escopo da pesquisa, aos objetivos estabelecidos e ao embasamento teórico adotado. Nesse contexto, categorizamos as duas vertentes analíticas: as dimensões referentes à organização e operacionalização do programa, e as dimensões de natureza político-pedagógica. A partir dessa classificação, conduzimos o processo de inferência e interpretação, fundamentando nossa análise nos parâmetros estabelecidos por essas categorias.

3. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A EDUCAÇÃO DO CAMPO: DA INVISIBILIDADE A LUTA PELO DIREITO

Neste capítulo, analisamos e discutimos acerca dos desdobramentos históricos, políticos, sociais e educacionais da Educação de Jovens e Adultos e a constituição das bases legais que fundamentam o reconhecimento do direito à Educação do e no Campo a essa parte da população brasileira

3.1 Educação de Jovens e Adultos do/no campo: um campo de lutas e contradições

A Educação de Jovens e Adultos (EJA)⁸ tem uma trajetória histórica significativa no Brasil, marcada por avanços e retrocessos em relação a oferta e à qualidade do ensino para essa população. De acordo com Paiva (1973), trata de uma

[..] educação destinada àqueles que não tiveram oportunidades educacionais em idade própria ou que a tiveram de forma insuficiente, não logrando alfabetizar-se e obter os conhecimentos básicos correspondentes aos primeiros anos do curso elementar” (PAIVA, 1973, p. 16).

A educação voltada para pessoas que vivem no campo, muitas vezes, não foi considerada uma prioridade por parte das elites. Durante grande parte da história do Brasil, a economia baseava-se em um modelo agrário-exportador, com a produção voltada para atender às demandas externas.

Nesse contexto, a formação educacional das populações que vivem e trabalham no campo não foi vista como relevante para os interesses econômicos das elites. Ademais, O Brasil sempre teve uma estrutura social marcada pela desigualdade.

As elites do campo, muitas vezes urbanas e ligadas a setores industriais e comerciais, refletem uma visão hierárquica da sociedade, e as populações pobres do campo como socialmente inferiores, o que refletia no passado, e ainda reflete no

⁸ Segundo Gadotti e Romão (2006), os termos educação de adultos, educação popular, educação não-formal e educação comunitária são usados como sinônimos, mas não o são. Cada termo desse tem uma construção histórica, em alguns momentos se entrelaçam, porém se distinguem nas suas finalidades educativas.

presente a falta de investimentos efetivos voltados para a educação do e no campo em nosso país.

O desenvolvimento do país, especialmente em termos de infraestrutura e serviços, historicamente focou nas áreas urbanas. Isso resultou em uma negligência crônica em relação às necessidades educacionais das comunidades rurais, contribuindo para a perpetuação da disparidade educacional em relação a cidade e o campo.

Segundo Paiva (1973), no ano de 1854 surgiu a primeira escola noturna no Brasil, cujo intuito era de alfabetizar os trabalhadores analfabetos, expandindo-se muito rapidamente. Até 1874 já existiam 117 escolas, sendo que as mesmas, possuíam fins específicos, como por exemplo: no Pará para a alfabetização de indígenas e no Maranhão para esclarecer colonos de seus direitos e deveres. A partir desse contexto, começaram a surgir as escolas técnicas e profissionalizantes, mas o acesso à educação ainda era limitado, especialmente para as classes populares.

Com a República a sociedade brasileira foi fundada a um só tempo sobre os pressupostos da democracia e do direito. No entanto, a afirmação destaca uma contradição fundamental na formação dessa sociedade. Embora os princípios de democracia e direito tenham sido estabelecidos como fundamentais, a implementação prática desses princípios negligenciou as camadas menos privilegiadas da sociedade, sobretudo, as que vivem no campo.

De acordo com Vansuita (2007),

A partir de 1920, houve, no Brasil, um movimento de educadores no provimento de políticas públicas para educação de jovens e adultos, num conjunto de situações que passou a engendrar uma exigência maior do estado, para que este se responsabilizasse pela oferta desses serviços. Essas transformações estavam interligadas com o processo de industrialização e início da aceleração da urbanização, ou seja, à transformação da sociedade brasileira que acontecia no final da década de 1930. Desde então, surge no cenário nacional a preocupação com o ensino de jovens e adultos, configurado no Plano Nacional de Educação. No entanto, apenas na década seguinte, a Educação de Jovens e Adultos define sua identidade tomando forma de uma Campanha Nacional (VANSUITA, 2007, p. 36).

Conforme Silva (2018, p. 26), “O paradigma da Educação Rural emergiu na esfera das políticas governamentais a partir da década de 1930, numa visão

dicotômica (urbano/rural, indústria/agricultura, científico/popular, atrasado/moderno), gerando o modelo urbanocêntrico”. A ideia de que caberia às cidades a responsabilidade de ajudarem a ‘civilizar o homem do campo’.

Nesse sentido, o papel das escolas seria mudar esse sujeito do campo “atrasado”, “agrícola”, em uma força de trabalho produtiva e dinâmica, ou seja, indivíduos das cidades que atendessem as necessidades do projeto desenvolvimentista de sociedade capitalista (Silva, 2018).

Para a autora, o Brasil dos anos 1930 assistia o aumento significativo do fenômeno migratório interno, acompanhado pela miséria no campo e na cidade. Esse cenário fez com se intensificassem as pressões por parte de vários setores da sociedade para área educacional do país, sobretudo, o empresariado para que se tivesse uma capacitação da força de trabalho dos migrantes rurais ou estrangeiros (Silva, 2006 p. 66-67).

Nessa perspectiva, “o campo passou a ser tratado sistematicamente pelo Estado brasileiro com políticas compensatórias, emergenciais e descontinuadas[...]” (Silva, 2018, p.26).

Sendo assim, foram estabelecidos projetos/programas/campanhas voltadas especificamente para a educação rural. A intenção era superar o atraso educacional nas áreas rurais e formar mão de obra qualificada para atender às demandas do setor industrial emergente.

De acordo com Fonseca (1985), na história da educação da classe trabalhadora rural, os anos 1940 representam dois problemas contra os quais ela luta até hoje: a negação da escola para si e seus filhos, ou seja, a impossibilidade real e concreta de acesso ao saber sistematizado e o predomínio de projetos e campanhas pela reprodução ampliada do capital para qualificar mão de obra. Isto leva a autora a

[...] inferir que a negação da escola traz embutida em si a negação da cidadania, isto é, da participação social e política, enquanto os projetos especiais trazem a compulsoriedade de uma ação política pedagógica que acomode e adestre essa mão-de-obra de acordo com as necessidades da divisão social do trabalho e dentro dos estreitos limites de sua utilidade econômica (FONSECA, 1985, p. 19).

Em 1947, o governo instituiu a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), com o propósito de erradicar o analfabetismo, percebido como uma

aflição crônica que prejudicava o progresso do país em âmbito nacional e internacional (Melo, 2019).

Essa campanha foi alvo de críticas devido à percepção de que sua abordagem se limitou à alfabetização da população com o único propósito de atender às demandas do processo eleitoral. Essa estratégia restritiva condicionava o eleitor alfabetizado a simplesmente assinar seu nome para obter o título eleitoral. Além disso, as críticas ressaltavam a insuficiência das medidas adotadas para lidar com a complexidade do problema do analfabetismo, deixando de alcançar efetivamente todas as camadas da população em situação de vulnerabilidade educacional. A estratégia foi percebida como imposta de maneira vertical, sem considerar adequadamente as particularidades regionais e locais, e também, foi apontada a falta de recursos financeiros como um obstáculo adicional.

A Campanha Nacional de Educação Rural em 1952 se separou da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA-1947), considerada a maior no sentido de campanha de educação focada diretamente ao meio rural. A CNER, então, centralizou as suas ações na educação comunitária com as missões rurais⁹ e na formação do professorado leigo (Silva, 2006).

Nesse contexto, a taxa de analfabetismo no Brasil era elevada, principalmente entre a população rural, mesmo com a criação dos grupos escolares nas áreas urbanas, o alto índice do analfabetismo ainda permanecia de forma mais elevada para o território rural. Segundo Pinheiro (2002 p. 216), “para superar a sombria situação da educação escolar no meio rural, apostou Dutra na eficácia da política de expansão das escolas rurais.”

Surgem assim, as primeiras escolas rurais, com financiamento para construção de uma sala de aula geralmente próxima a casa da professora, bem como a publicação das leis orgânicas de ensino, dentre elas a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, que vai beneficiar, principalmente os filhos dos fazendeiros no acesso ao técnico agrícola. Para “A classe trabalhadora era destinada aos cursos técnicos, os quais contribuíram para qualificação dos sujeitos trabalhadores, sem qualquer reflexão sobre a conjuntura da época” (Vansuita, 2007, p.21).

⁹ As Missões Rurais envolveram a mobilização de equipes compostas por profissionais de diversas áreas, como educadores, médicos, assistentes sociais, agrônomos e técnicos, que foram enviadas para regiões rurais para realizar um conjunto de ações integradas. Essas ações tinham como objetivo principal levar serviços e assistência a comunidades rurais, muitas das quais enfrentavam carências significativas em termos de educação, saúde, saneamento básico e desenvolvimento agrícola.

Em 1958, Juscelino Kubitschek de Oliveira, então presidente da república, convoca grupos de vários estados para relatarem suas experiências no “Congresso de Educação de Adultos”. Nesse congresso ganha destaque a experiência do grupo de Pernambuco liderado por Paulo Freire (Gadotti, 2000).

Os movimentos de alfabetização e cultura popular começaram a surgir de forma expressiva após 1958, tentando responder às questões colocadas pelo II Congresso Nacional de Educação de Adultos (Paiva, 1973).

Entre 1947 e 1966, ocorreram outras importantes campanhas e movimentos relacionados à alfabetização, cultura popular e educação popular, como:

[...] o SIRENA – Sistema Rádio Educativo Nacional, e a Mobilização Nacional contra o Analfabetismo; o MCP – Movimento de Cultura Popular de Recife, depois estendido para outros municípios do estado de Pernambuco; a Campanha De Pé no chão também se aprender a ler, de Natal; o CPC – Centro Popular de Cultura, da UNE – União Nacional dos Estudantes, que se desdobrou em vários CPCs estaduais, entre eles o de Belo Horizonte e o de Goiás; o MEB – Movimento de Educação de Base, criado pela CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e que teve inicialmente amplo apoio do governo federal; a CEPLAR – Campanha de Educação Popular da Paraíba; e a experiência do Método de Alfabetização Paulo Freire em Angicos, no Rio Grande do Norte, e a preparação do Plano Nacional de Alfabetização, do início de 1964, que representou uma “síntese” de várias das experiências anteriores (FÁVERO, 1988, p.1).

Além da alfabetização, a valorização da cultura popular também ganhou espaço nesse período. Com o objetivo de implementar uma educação democrática e libertadora, Paulo Freire torna-se um dos precursores em favor da alfabetização de adultos.

Em 1961 a 1964 o campo contou com a assistência do Movimento de Educação de Base (MEB) e a perspectiva do método Paulo Freire.

No horizonte da década de 60, as iniciativas de educação popular, as campanhas de alfabetização, as experiências de alfabetização de jovens e adultos compuseram o cenário no início desse período. O Movimento de Cultura Popular (MCP), tendo como um dos fundadores a figura de Paulo Freire, na gestão de Miguel Arraes como prefeito do Recife, pode ser entendido como um conjunto de iniciativas de educação assentadas nas necessidades dos sujeitos. As experiências de alfabetização ganharam espaço com o método Paulo Freire de

Alfabetização, As 40 horas em Angicos – RN, a campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler, o Movimento de Educação de Base (MEB), o Centro de Cultura Popular de Cultura (CPC), e a Campanha de Educação Popular (CEPLAR) na Paraíba. É primordial destacar o papel da Teologia da Libertação, tendência de esquerda da Igreja Católica considerada revolucionária, no que tange às práticas de educação voltadas para a camada popular, assim como de educação do campo (SOUSA; TRISTÃO, 2018, p.25).

No contexto dessas campanhas e movimentos, é importante ressaltar que o período foi marcado por avanços significativos na promoção da educação e da cultura popular no Brasil, como o Movimento de Cultura Popular¹⁰ – MCP. A alfabetização de adultos foi impulsionada, a valorização da cultura popular ganhou espaço nas discussões e práticas educacionais, e a educação popular se fortaleceu como uma estratégia de mobilização social e conscientização política. Freire defendia a educação como uma prática libertadora, na qual os educandos se tornam sujeitos ativos na construção do conhecimento, refletindo criticamente sobre sua realidade e buscando transformá-la.

Segundo Silva (2006, p. 69) “[...] educação popular passa a ser entendida, não só como um direito de cidadania, mas como a necessidade de encontrar caminhos para um processo educativo, mas, também, político, econômico, social e cultural”.

Segundo Lustosa (2018), na Paraíba dos anos 1960 atuaram três movimentos educativos voltados para alfabetização/educação de adultos: o Sistema Rádio Educativo da Paraíba (SIREPA), a Campanha de Educação Popular (CEPLAR) e a Cruzada de Ação Básica Cristã (Cruzada ABC), sendo esta última uma espécie de reação à atuação da Ceplar pós-abril de 1964.

A autora vai mostrar no seu trabalho o surgimento da Ceplar, em 1961, primeiro em João Pessoa, e depois em Campina Grande, inicialmente envolvendo estudantes universitários, membros da Juventude Universitária Católica – JUC, e como seu

¹⁰ O Movimento de Cultura Popular – MCP, criado em maio de 1960, vinculado à prefeitura de Recife, com a meta de elevar a cultura do povo, preparando-o para a vida e para o trabalho, realizando programas de alfabetização e educação de base como seus pilares. A educação não formal para integrar o educando à vida cultural e política do país e melhoria de vida com programas de formação profissional. Por isso organizava: parques de cultura (oportunidades de lazer, recreação educativa, prática de esportes, apreciação crítica de cinema, teatro e música); praças de cultura (centros de recreação e de educação nas comunidades); e núcleos de cultura onde existiam atividades voltadas para educação infantil (jogos, artes plásticas), educação dos adolescentes (esportes, clube de literatura, teleclubes, cineclubes) e dos adultos (círculos de cultura e de literatura, teatro, clube dos pais) realizando uma articulação permanente entre escolaridade, cultura e formação de base (SILVA, 2006 p. 70).

trabalho de educação de adultos, nas periferias e com os camponeses, possibilitou seu encontro com as Ligas Camponesas, e com a divulgação da concepção de Paulo Freire.

3.2 A Educação de Adultos na ditadura militar: controle e assistencialismo

Segundo Silva (2006), o golpe militar de 1964 violentou a concepção de educação que vinha se desenhando no Brasil a partir das diferentes iniciativas pedagógicas e políticas organizadas pela sociedade civil, com o fechamento dos canais de participação e representação impõe limites e controle aos segmentos populares, aos bens educacionais e sociais.

Todo o trabalho organizado pelos movimentos sociais foi desmantelado, inclusive com o exílio de Paulo Freire, sendo instalados novamente programas de cunho assistencialista e conservador para a alfabetização de adultos, como afirmam Haddad e Di Pierro (2000, p. 113): “No plano oficial, enquanto as ações repressivas ocorriam, alguns programas de caráter conservador foram consentidos ou mesmo incentivados”, entre eles a Cruzada ABC (Ação Básica Cristã), financiada pelo governo federal. Educadores (as) comprometidos e lideranças são perseguidos e exilados, as universidades sofrem intervenções e os movimentos populares são desarticulados.

Em 1967, foi instituído o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), com a finalidade de “erradicar o analfabetismo e propor a educação continuada de adolescentes e adultos” (Brasil, 1967). Esta iniciativa governamental contava com parcerias com instituições privadas e religiosas, e seguia orientações das agências internacionais, em especial a Unesco, “que colocava o combate ao analfabetismo como estratégia de desenvolvimento socioeconômico e manutenção da paz” (Di Pierro; Jóia; Ribeiro, 2001, p. 61).

De acordo com Haddad e Di Pierro (2000), mesmo contando com muitos recursos, propaganda e controle governamental, esse programa não alcançou as metas e foi extinto em 1985, período da redemocratização do país.

Na década de 1970, a Lei nº 5692, de 1971, incorporou mudanças significativas nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Essa legislação introduziu o ensino supletivo para jovens e adultos, reconhecendo-o como um direito de cidadania. Essa iniciativa foi concebida durante o período do regime militar no Brasil (1964 – 1985) e

foi delineada para atender aos interesses da classe dominante da época (Porcaro, 2007).

Apesar de apresentar-se sob o pretexto de erradicar o analfabetismo, a legislação foi, na verdade, orientada para o ensino básico de leitura e escrita, sem um compromisso mais profundo com a formação dos alunos. O enfoque principal era assegurar que os alunos adquirissem habilidades básicas, enquanto, por trás da aparente preocupação com a alfabetização, a motivação subjacente do regime militar era preservar seus próprios interesses e manter o controle sobre a educação de acordo com suas diretrizes.

Nesse contexto, a concepção de Educação Popular que começava a influenciar as práticas de Educação de Adultos que se espalhavam pelo país, principalmente entre os povos camponeses, são reprimidos, e o Estado ditatorial passa a controlar as ações de Educação de Adultos, para retirar a influência da Educação Popular.

Quase que clandestinamente, os remanescentes dos movimentos do pré-64 foram se articulando nos bairros populares, nas áreas rurais, nos locais de trabalho, mais frequentemente apoiados pela Igreja Católica, marcados pelas ações da Pastoral Rural espalhadas pelo Brasil, na Paraíba desde a década de 1970, posteriormente, pela Comissão Pastoral da Terra – CPT/PB, na década de 1980. A experiência da CPT - PB em educação escolar, tem início desde os primeiros anos da luta pela democratização do acesso à terra na região (final da década de 1980), momento que coincide com o seu surgimento; nascida da Pastoral Rural. A priori, essa preocupação era centrada na Alfabetização de Jovens e Adultos, considerando o alto índice de analfabetismo no campo. Era um trabalho desenvolvido pelos seus agentes com colaboração de alguns voluntários (Silva, et al., 2009, p. 140).

3.3 Educação de Jovens e Adultos na redemocratização: um período de transição

Com o advento da redemocratização, a década de 1980 representou um período de transição, marcado pela busca de uma educação mais inclusiva e alinhada aos ideais democráticos. No entanto, esse processo tem sido delineado por desafios e contradições ao longo do tempo. A EJA, ao se tornar um direito reafirmado no novo cenário democrático, confrontou-se com contradições profundas, expressas na luta de classes e na reprodução das desigualdades sociais.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma questão de relevância global, e várias organizações e agendas internacionais têm se dedicado a promover a educação ao longo da vida para todas as faixas etárias.

Algumas das principais iniciativas e organizações envolvidas na agenda internacional sobre a EJA incluem: os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), acordo assinado em 2000; as metas de Educação Para Todos (EPT), criadas em 1990 em Jomtien (Tailândia) e renovadas em 2000 em Dakar (Senegal); e a Declaração de Hamburgo (Alemanha) e Agenda para o Futuro assinadas em 1997 na V Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confinteia).

Com a expansão da EJA nesse contexto ampliou-se o acesso à educação, especialmente para aqueles historicamente excluídos do sistema. No entanto, o acesso, por si só, não é suficiente para superar as estruturas sociais desiguais. A qualidade do ensino, a valorização dos profissionais da educação e a superação das disparidades socioeconômicas continuaram a desafiar os princípios democráticos almejados.

Embora os avanços ainda sejam acanhados, pois a agenda internacional foi gradativamente ganhando relevância nos últimos anos no Brasil, não só pela intensificação do processo de globalização observado em todos os âmbitos da vida, mas também pelo papel que o país passou a desempenhar nos cenários regional e global. Apesar disso, o debate interno sobre essa agenda ainda é pequeno, em especial, no campo da educação e da EJA (Di Pierro; Haddad, 2015).

No seio da correlação de forças que emerge dos campos social e político, os direitos educativos formais dos jovens e adultos, pós 1985, têm se alargado, contudo, enquanto políticas educacionais estas se apresentam, conforme nos coloca Shiroma, Moraes e Evangelista (2004), dentro das contradições das relações de produção das classes sociais, o Estado delimita e determina suas ações no campo das políticas e a economia delimita as ações do Estado, assim,

(...) impossibilitado de superar contradições que são constitutivas da sociedade – e dele próprio (...) – administra-as, suprimindo-as no plano formal, mantendo-as sob controle no plano real, como um poder que, procedendo da sociedade, coloca-se acima dela (...). As políticas públicas emanadas do Estado [especialmente as sociais] anunciam-se nessa correlação de forças (...) são mediatizadas pelas lutas, pressões e conflitos entre elas (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2004, p. 8-9).

Conforme sinaliza Arroyo (2011, p.19), “[...] é um campo ainda não consolidado nas áreas de pesquisa, de políticas públicas e diretrizes educacionais, da formação de educadores e intervenções pedagógicas”.

O desafio reside em superar as contradições inerentes ao sistema educacional, de modo a garantir que a educação de jovens e adultos seja verdadeiramente libertadora.

Dentro deste contexto, surgem mobilizações para constituição de marcos legais para a Educação de Jovens e Adultos, propostas pedagógicas diferenciadas e articulações de setores da sociedade civil que passam a reivindicar e propor sobre este direito. Os fóruns de EJA são um destes exemplos. Constituídos por diversos setores da sociedade civil - ONGs, sindicatos, movimentos sociais – os fóruns passaram a ser espaços de diálogos com representantes dos setores públicos, acadêmicos e professores das redes públicas e privadas, entre outros. Os fóruns multiplicaram-se por todo o país, hoje existindo em todos os estados brasileiros, interagindo com as três esferas da administração pública¹¹.

O contexto de 1990 no Brasil foi marcado por diversos desafios sociais e econômicos, incluindo a persistência de altas taxas de analfabetismo. Nesse cenário, o governo brasileiro lançou o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) com o ambicioso objetivo de reduzir o analfabetismo em 70% em um período de cinco anos. O presidente da República, Collor de Melo, com o objetivo de recuperar o apoio da população frente ao Governo Federal, atribuindo à educação o resgate de uma dívida social. Para Ventura (2011), por sua vez, este Programa foi criado apenas como resposta ao Ano Internacional da Alfabetização criado pela UNESCO.

O PNAC enfrentou desafios significativos na implementação, como por exemplo: as desigualdades Regionais, pois o analfabetismo no Brasil não era uniformemente distribuído, sendo mais prevalente em algumas regiões, como nas Regiões Norte e Nordeste. Isso exigia estratégias adaptadas para atender às necessidades específicas de diferentes áreas do país. Ademais, a falta de infraestrutura educacional, incluindo a disponibilidade de escolas e recursos didáticos, variava consideravelmente em diferentes partes do país.

Outro exemplo de programa de alfabetização para a EJA na década de 1990 foi o Programa Alfabetização Solidária (PAS). O PAS teve início em 1997, durante o

¹¹ União, Estados e Municípios, além do Distrito Federal (DF).

primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, e foi uma iniciativa voltada para o combate ao analfabetismo no país.

O contexto da criação do PAS envolvia uma preocupação com os altos índices de analfabetismo que persistiam no Brasil. Tinha por proposta alfabetizar jovens e adultos nas cidades que, segundo o IBGE, possuísem os maiores índices de analfabetismo (Menezes; Santos, 2002). O programa foi concebido como uma resposta a essa realidade, com o intuito de mobilizar a sociedade civil, setor privado e governo em uma parceria solidária para enfrentar o desafio da alfabetização.

O Programa Alfabetização Solidária (PAS) recebeu críticas, argumentava-se que o PAS, ao concentrar-se na mobilização de voluntários para a alfabetização, não abordara profundamente as questões estruturais do sistema educacional. Alegava-se, também, que a iniciativa poderia não ter impacto duradouro se não fossem realizadas mudanças mais amplas na infraestrutura educacional do país. Durante sua existência, refletiu diferentes perspectivas sobre a abordagem adotada e os resultados alcançados, recebeu elogios por sua tentativa de mobilizar a sociedade civil na luta contra o analfabetismo.

Nos dois primeiros anos da década de 2000, as políticas públicas educacionais se mantiveram devido a continuidade do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Entretanto, a taxa de analfabetismo no país ainda era um considerável desafio.

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, houve uma ênfase renovada na expansão do acesso à educação e na redução das desigualdades sociais. Lula implementou programas como o 'Programa Bolsa Família' e ampliou investimentos em educação. Embora não tenha havido uma ruptura abrupta, a gestão de Lula promoveu uma abordagem mais enfática na inclusão social e educacional, visando atender às demandas de segmentos historicamente excluídos, incluindo jovens e adultos trabalhadores.

Como forma de atender a esta demanda, o governo criou em 2005, através da Lei 11.129/05, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (Projovem). O programa fora criado com o objetivo de elevação do grau de escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental, a qualificação profissional voltada a estimular a inserção produtiva cidadã e o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício da

cidadania e intervenção na realidade local. Dessa proposta nasce o Projovem Campo – Saberes da Terra e sua oferta na modalidade EJA – Campo.

3.4 O direito à Educação de Jovens e Adultos e à Educação do Campo na legislação: pontos de diálogos

A EJA é um campo denso e complexo em suas relações sociais, culturais e políticas vivenciadas nos diferentes espaços sociais. É um projeto de educação que ao longo da história tem sido marcado por tensões, conflitos, interesses e contradições quanto a criação, promoção e execução de políticas públicas que sejam efetivas para a aprendizagem de jovens e adultos.

Quando se trata da EJA para as populações de áreas rurais, precisamos fazer uma interlocução com o marco normativo da Educação do Campo de modo a identificar as interlocuções entre os marcos normativos das duas áreas para assegurar o direito à escolarização.

Segundo Oliveira e Barbosa (2011), já durante a década de 1990 os movimentos sociais do campo desencadearam lutas pela melhoria da educação, em nível nacional. Eles exerceram pressão junto

[...] ao Estado com vistas à proposição de políticas públicas voltadas para a educação dos povos do campo, deslocando a ênfase de uma educação rural, fundada em um modelo de educação urbana para pensar a educação de campo na perspectiva do direito à educação, construída pelos sujeitos do campo e voltada à consideração da sua diversidade cultural, articulando as especificidades da EJA aos aspectos distintivos da educação do campo (OLIVEIRA; BARBOSA, 2011, p.421).

De acordo com Molina (2006), a educação no campo tem como base a luta de movimentos sociais camponeses, pela construção de uma sociedade sem desigualdades e com justiça social. Ela se configura como uma reação organizada dos camponeses, ao processo de expropriação de suas terras e de seu trabalho, pelo avanço do modelo agrícola hegemônico na sociedade brasileira, estruturado a partir do agronegócio.

A luta dos trabalhadores, para garantir o seu direito à escolarização e ao conhecimento é também uma estratégia de resistência, de manutenção de seus territórios de vida, trabalho, identidade e uma reação ao histórico descompromisso e

inadequação da escola tradicional que perpetua a condição precária de escolarização da juventude rural¹ e agrava a desigualdade social (MOLINA, 2006). Essa disputa vai se expressar também na legislação brasileira, conforme veremos a seguir:

a) Constituição Federal de 1988

O direito à educação é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento social, cultural e econômico de um país compreendendo que as políticas públicas e a sua efetivação possuem o sentido de minimizar as desigualdades. No caso do Brasil, esse direito está assegurado na Constituição Federal de 1988, considerada um marco na garantia dos direitos e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Sousa, 2018).

Vejamos alguns artigos constitucionais que contribuíram para a efetivação desse direito, conforme nos mostra o quadro 7.

Quadro 7 — Artigos da CF/1988 que asseguram o direito da EJA e Educação do Campo

Artigo	Síntese
Artigo 205	Assegura, de maneira geral, o direito à educação para todos, incluindo a EJA e a Educação do Campo, respeitando as particularidades e necessidades dessas modalidades, e enfatizando a responsabilidade compartilhada entre o Estado, a família e a sociedade na promoção desse direito fundamental.
Artigo 208	Reforça a responsabilidade do Estado em fornecer educação de qualidade para todos, incluindo medidas específicas para garantir o acesso, atendimento às diversidades, inclusão de pessoas com deficiência e consideração das peculiaridades da Educação do Campo.
Artigo 214	Estabelece parâmetros para o financiamento da educação, garantindo que uma parcela significativa dos recursos públicos seja direcionada para a manutenção e desenvolvimento do ensino, com atenção especial à educação básica. Embora não trate diretamente da EJA e da Educação do Campo, esses princípios são fundamentais para sustentar a qualidade e a oferta dessa modalidade educacional.

Fonte: Pesquisa documental, organizado pelo autor, 2022.

Nesse contexto, a promoção do acesso universal e gratuito à educação é fundamental como direito de todos e não deve ser um privilégio de poucos, independentemente de sua origem socioeconômica. Nessa perspectiva, a educação

precisa ser entendida como um instrumento de emancipação e conscientização. As leis educacionais devem ser orientadas para o desenvolvimento de pensamento crítico, capacidade analítica e compreensão das estruturas sociais, visando à transformação da sociedade. Portanto, é incumbência do Estado providenciar a oferta de educação em todas as suas esferas, cada uma com suas responsabilidades legais específicas, o que inclui a implementação de programas suplementares.

A constituição de 1988, vai definir também a necessidade de uma Lei da Educação do País, e a obrigatoriedade da formulação de Plano Nacional de Educação com metas que busquem superação da exclusão escolar.

b) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 1996

A Educação do Campo muitas vezes é pouco contemplada na legislação devido a uma série de desafios e características específicas que podem não ter sido totalmente consideradas no momento da elaboração das leis educacionais. Isso envolve não apenas transmitir conhecimento, mas também promoção de transformação social, e a emancipação das classes populares, sobretudo, no campo.

Em muitos casos, as políticas educacionais concentram-se nas necessidades e demandas das áreas urbanas, onde a maioria das instituições de ensino está localizada. Isso pode levar a uma negligência das peculiaridades e desafios enfrentados no campo. Ademais, a falta de representação adequada de comunidades rurais nos processos decisórios pode contribuir para a ausência de políticas educacionais direcionadas às suas necessidades.

A partir da década de 1990, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi oficialmente reconhecida como uma modalidade de ensino com características próprias e específicas. No contexto da Educação do Campo, a legislação, mais especificamente em seu artigo 28, estabelece que "Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente". Isso sinaliza a necessidade do reconhecimento da importância de ajustes e flexibilizações nos sistemas educacionais para atender de maneira efetiva às particularidades do campo.

3.5 Planos Nacionais de Educação: a inserção da EJA e da Educação do Campo

A Constituição Federal determina em seu art. 214, inciso I, como um dos objetivos do Plano Nacional de Educação a integração de ações do Poder Público que conduzam à erradicação do analfabetismo. Trata-se de tarefa que exige uma ampla mobilização de recursos humanos e financeiros por parte dos governos e da sociedade. Iremos tecer considerações sobre o Plano Nacional de Educação (2001-2011) e o vigente (2014-2024).

- Plano Nacional de Educação – 2001-2011

Para Di Pierro (2015) o monitoramento dos progressos realizados em direção às metas do PNE 2001-2011, é também, em certa medida, uma avaliação do governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, já que seus dois mandatos transcorreram em oito dos dez anos de vigência da Lei n.º 10.172/2001, lei que estabeleceu o PNE em questão. Esse plano tinha como objetivo principal orientar as políticas educacionais para a década de 2001 a 2011. Entre as metas estabelecidas, estavam questões relacionadas à expansão do acesso à educação básica, à melhoria da qualidade do ensino, à formação de professores, à valorização dos profissionais da educação, entre outros pontos.

É possível distinguir dois traços principais nas políticas de EJA do Governo Federal nesse período. O primeiro, essencialmente positivo e distintivo do governo anterior, foi a mudança da posição relativa da EJA na política educacional, atribuindo-se maior importância a esse campo, tanto no discurso quanto no organograma do governo e em suas ações.

O segundo traço dessa administração federal foi a proliferação de iniciativas de EJA geridas em diferentes instâncias de governo e precariamente articuladas entre si, entre as quais: o Programa Brasil Alfabetizado, coordenado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (MEC); o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM, gerido pela Secretaria Nacional de Juventude; o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, mantido pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC; o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, coordenado pelo Ministério do

Desenvolvimento Agrário; e o Exame Nacional de Certificação de Competências, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP).

Os dados relativos à taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade no Brasil, durante o período de 2004 a 2013, demonstram que o percentual de alfabetização vem crescendo gradualmente, num total de três p.p. durante a série histórica, saindo de um patamar de 88,5% em 2004 para 91,5% em 2013, sendo a região Sul (95,4%) a que estava mais próxima de atingir a meta estabelecida pelo PNE.

Embora as estatísticas populacionais registrem um crescimento no número de pessoas que participam de programas de alfabetização, inclusive com programas específicos destinados a população do campo – Pronera e Projovem Campo Saberes da Terra, isso pode representar a ampliação do engajamento de estados, municípios e outras instituições da sociedade nas campanhas lideradas pelo governo federal no período, assim, os residentes em áreas rurais que apresentavam os menores percentuais de pessoas alfabetizadas (saiu de 74,2% para 79,2%), foram o que registraram o maior aumento absoluto na taxa de alfabetização no período analisado, cinco p.p. (PNAD/IBGE, 2013).

De acordo com Munarim, (2011), as disputas em torno dos projetos foram explicitadas a partir da Vigência do Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei n.º 10.172/2001, compreendendo uma década de duração. Esse cenário é caracterizado, conforme o autor, pela forte presença da perspectiva neoliberal que permeou as políticas de educação do período anterior.

Essa disputa de concepção no âmago do Estado brasileiro torna-se evidente a partir da vigência, em janeiro de 2001, do Plano Nacional de Educação (PNE Lei n.º 10.172/2001 –, que se esgota em 31 de dezembro de 2010. De maneira explícita ou implícita, é contra esse PNE que se dirigiram por todo o período as lutas das organizações e movimentos sociais pela instituição de políticas de Educação do Campo (Munarim, 2011, p. 52).

- Plano Nacional de Educação – 2014-2024

O PNE 2014-2024 foi instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Ele estabeleceu diversas metas e estratégias para o desenvolvimento da educação no Brasil ao longo de um período de 10 anos. Para a modalidade de Educação de Jovens

e Adultos foram estabelecidas duas Metas de um total de vinte, representadas no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Metas Educação de Jovens e Adultos PNE 2014-2024

Meta 9 - Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e erradicar, até o final da década, o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional até o final da década.

- Resultado Parcial.
- Crescimento das taxas de alfabetização da população de 15 anos ou mais, visto que ela se moveu de 88,5% , em 2004, para 92, % em 2022.
- Os residentes em áreas rurais apresentaram o maior índice de crescimento de 5.5.p.p.

Meta 10 - oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

- Resultado parcial.
- 0,5% dos alunos da EJA Ensino Fundamental faziam Educação Profissional de forma integrada em 2020.
- 3.6% dos alunos da EJA Ensino Médio faziam Educação Profissional no ensino médio.

Fonte: Pesquisa documental, organizado pelo autor, 2023.

Embora as metas estipulem percentuais específicos para a elevação das taxas de alfabetização, a erradicação do analfabetismo e a redução das taxas de analfabetismo funcional no país, assim como para promover uma educação mais abrangente e integrada, é imperativo levar em conta algumas particularidades.

As taxas de analfabetismo variam significativamente entre as regiões brasileiras, dados do (PNAD/IBGE, 2022), nos mostram que 5,6% das pessoas com 15 anos ou mais de idade, equivalente a 9,6 milhões de pessoas, eram analfabetas no Brasil. Desse total, 55,3% (5,3 milhões de pessoas) viviam na Região Nordeste e 22,1% (2,1 milhões de pessoas), na Região Sudeste.

Na zona rural, a taxa de pessoas não alfabetizadas é de 14,7%. Na zona urbana é de 4,1%. A taxa de pessoas não alfabetizadas pretas (7,4%) e pardas (7,1%) é mais que o dobro das pessoas brancas (3,2%). O cenário é ainda pior entre os mais pobres, dos quais 9,1% não são alfabetizados, comparado com 0,1% entre os mais ricos. (PNAD/IBGE, 2022).

Embora o PNE tenha estabelecido diretrizes e metas relevantes para a modalidade de jovens e adultos, é importante destacar que a sua implementação

enfrentou desafios e obstáculos ao longo do período. Questões como falta de recursos financeiros, dificuldades de gestão e desigualdades regionais. Essa realidade se torna ainda mais visível na esfera da Educação do Campo.

Para alcançar essas metas, o PNE previa ações como a expansão da rede de educação, construção de novas escolas, a implementação de políticas de inclusão e acessibilidade, o fortalecimento da formação continuada dos professores, a valorização da carreira docente, a adequação dos currículos escolares às necessidades atuais, o aumento dos investimentos em educação, entre outras medidas

Apesar das limitações, o PNE tem representado um marco importante na busca por uma educação de qualidade no Brasil. Seu conteúdo tem servido como base para a formulação de políticas educacionais nos níveis federal, estadual e municipal, e explicitando os desafios que tem para as políticas educacionais para estas modalidades.

c) Normativas da Educação do Campo

O direito à educação é considerado um pilar fundamental para o desenvolvimento social e uma garantia constitucional. No entanto, ao longo dos anos, uma sombra persistente paira sobre a garantia desse direito no contexto da Educação do Campo em nosso país. A negação sistemática do acesso à Educação do Campo reflete não apenas a ausência de políticas eficazes, mas também uma negligência histórica que perpetua desigualdades. Enquanto alguns centros urbanos desfrutam de infraestrutura educacional robusta, comunidades rurais muitas vezes enfrentam escolas precárias, falta de recursos e uma desconexão alarmante entre o currículo oferecido e as realidades do campo. Esta disparidade estrutural, longe de ser corrigida, tem sido tolerada por décadas.

A Educação do Campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana (Brasil, Parecer nº 36/2001/MEC/CNE/CEB).

No entanto, práticas agrícolas sustentáveis, tradições culturais e a sabedoria acumulada ao longo de gerações frequentemente são marginalizadas em currículos que não reconhecem a riqueza do saber local. Essa atitude desrespeitosa contribui para a alienação dos estudantes em relação ao próprio processo educacional.

O termo “Educação do Campo” nos termos em que reza as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo passa a ter um sentido mais amplo em relação a própria Educação rural: o campo visto como um espaço de possibilidades a partir da sua heterogeneidade e multiculturalidade que abrange a realidade concreta dos sujeitos que aí moram, vivem e trabalham.

É importante fazer uma distinção dos termos “rural” e “campo”. Conforme Paraná (2006), a concepção de rural representa uma perspectiva política presente nos documentos oficiais, que historicamente fizeram referência aos povos do campo como pessoas que necessitam de assistência e proteção, na defesa de que o rural é o lugar do atraso. Trata-se do rural pensado a partir de uma lógica economicista, e não como um lugar de vida, de trabalho, de construção de significados, saberes e culturas.

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo como um conjunto de orientações e diretrizes estabelecidas tem por objetivo promover a educação de qualidade nas escolas localizadas em áreas rurais e atender às especificidades e necessidades dos estudantes do campo. Conforme ressalta, o Parágrafo Único do Art. 2.º da Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002, a identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (Brasil, 2002).

Silva (2006), chama a atenção para o papel que os movimentos sociais desempenham ao apresentarem demandas ao poder público de luta pelos seus direitos: à terra, à produção, à água, à floresta, à escola, aos direitos humanos, sociais e políticos. O que implica em mudanças e renovação do sistema político em suas regras, normas e procedimentos. Como por exemplo, podemos citar as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo que reconhecem que as escolas do campo enfrentam desafios e características particulares, como a

diversidade cultural, a presença de comunidades tradicionais, a relação com o meio ambiente, o trabalho agrícola e a distância geográfica etc. Portanto, buscam garantir que a educação nessas escolas seja adequada e contextualizada para atender às demandas dessas realidades.

A Resolução n.º 2, de 28 de abril de 2008, estabelece as diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, ressaltando a responsabilidade dos Entes Federados quanto ao oferecimento e nível de qualidade, sobretudo, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos das populações rurais.

Art. 1.º A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida – agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros.

§ 1.º A Educação do Campo, de responsabilidade dos Entes Federados, que deverão estabelecer formas de colaboração em seu planejamento e execução, terá como objetivos a universalização do acesso, da permanência e do sucesso escolar com qualidade em todo o nível da Educação Básica.

§ 2.º A Educação do Campo será regulamentada e oferecida pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, nos respectivos âmbitos de atuação prioritária.

§ 3º A Educação do Campo será desenvolvida, preferentemente, pelo ensino regular.

§ 4.º A Educação do Campo deverá atender, mediante procedimentos adequados, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, as populações rurais que não tiveram acesso ou não concluíram seus estudos, no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio, em idade própria. (BRASIL, 2008).

Estes artigos evidenciam a Educação do Campo como uma modalidade da educação que precisa estar presente em todas as etapas da Educação Básica, reafirma a responsabilidade do estado e enfatiza a necessidade de adequação para sua oferta na modalidade da Educação de Jovens e Adultos.

Munarim (2011) enfatiza que, posteriormente a esse momento de conquista legal e legítima, vieram por intermédio do movimento da luta dos (as) trabalhadores (as) outros instrumentos normativos de grande relevância, entre os quais ele destaca: Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de Educação

do Campo e PRONERA. Por meio deste, conforme o autor, é possível dizer que se tem no Brasil uma política pública, no seu sentido de política permanente, porque é materializada no escopo do Estado Brasileiro.

O Decreto nº 7.352 é uma peça fundamental no arcabouço normativo que busca assegurar o direito à educação no campo e a promoção da Educação de Jovens e Adultos (EJA), estabelecendo critérios para a destinação de recursos e orientando a execução de ações voltadas para a melhoria da qualidade da educação no campo. O decreto reforça a necessidade de promover a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no campo, reconhecendo que o acesso à educação não deve ser limitado à faixa etária convencional. Essa ênfase na EJA é fundamental para atender aqueles que, por diversos motivos, não tiveram acesso à educação formal em sua juventude ou que lhes fora negado esse direito, exacerbado pela invisibilidade política dessas comunidades.

d) Marco normativo da Educação de Jovens e Adultos

A necessidade da política pública para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é decorrente da organização social desigual do país, pois a estrutura econômica e histórica produziu mazelas sociais e, nesse contexto, o direito à educação foi negado a muitos. O cenário nos mostra que os marcos legais imprimem a ordem do direito e, quando fazemos uma leitura do tempo de sua implantação, entendemos que são recentes. As primeiras normas reguladoras se apresentaram quando o país viveu a reabertura democrática o marco inicial se fez na Constituição Federal de 1988, artigo 205, 207 e 208 como direito dos sujeitos jovens, adultos e idosos a Educação, depois, na Lei Federal de nº 9394/96(LDB), no artigo 37, como modalidade de ensino, ao colocar que:

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida (BRASIL, 1996).

Em relação as normatizações estabelecidas algumas merecem destaque, conforme sistematizado no quadro 8.

Quadro 8 — Marco normativo da Educação de Jovens e Adultos

LEI	EMENTA
PARECER CNE/CEB 11/2000 E RESOLUÇÃO CNE/CEB 1/2000 - Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos	Como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio.
RESOLUÇÃO 003/2010, DE 15 DE JUNHO DE 2010	Estabelece Diretrizes Operacionais para a duração dos cursos presenciais e a distância, assim como idade mínima para ingresso nos cursos de EJA, bem como para certificação dos exames, mais conhecidos como exames de supletivo
RESOLUÇÃO N.º 01/2021 DE 25 DE MAIO DE 2021	Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância.

Fonte: Pesquisa documental, organizado pelo autor, 2022.

Ao longo histórica, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi concebida com o propósito de atender especificamente a parcela da população composta por pessoas com mais de 29 anos, com objetivos de enfrentar e remediar as questões sociais relacionadas à erradicação do analfabetismo e níveis de escolarização nas camadas mais vulneráveis da sociedade.

O Parecer CEB nº 11/2000 prevê as Diretrizes Curriculares para a EJA, com foco na alfabetização de adultos, percebendo a modalidade enquanto uma dívida social, a sombra do ensino fundamental e ensino médio. Presumindo a mesma idade de ingresso que a LDB, propondo as funções básicas da EJA (equalização, reparação e qualificação) e realizando uma importante diferenciação entre classe de aceleração e EJA. Todavia, algo permaneceu tensionado neste debate no que se referia a inclusão da juventude, principalmente na faixa etária de 15 a 18 anos.

A atual situação delineia uma intrincada dinâmica de migração desfavorável, impactando jovens com idades situadas entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos, dentro do contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Essa realidade configura um

fenômeno notório denominado "juvenilização da EJA", caracterizado pela presença de jovens com idades entre 15 e 24 anos. Tal faixa etária é reconhecida tanto pela Organização Mundial da Saúde (OMS) quanto pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Miron; Schardosim, 2021).

O direito à educação escolar pública está relacionado aos demais direitos sociais e humanos. Como direito público subjetivo de todos, a educação transforma-se num instrumento importantíssimo para afirmar a cidadania, autonomia e a democracia. A história da educação de jovens, adultos e idosos se mistura com o lugar social historicamente reservado aos camponeses, trabalhadores, pobres, negros, subempregados e privados de direitos básicos.

Cerca de um mês após a publicação da resolução 02/2010, o MEC publica, por meio da Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação a Resolução 003/2010, de 15 de junho de 2010, tendo como objetivo. Com a Resolução 03/2010 tem-se a aprovação das Diretrizes Operacionais prevendo a idade mínima de acesso de 15 anos, enfatizando as funções da EJA e o desdobramento da modalidade em outros turnos, o que possibilitou a formulação de diferentes propostas de atendimento, que não estivesse restrito as escolas em turno noturno. Em seu artigo 2.º, encontramos uma diretriz importante, que foi a colocação da EJA como política de Estado e não apenas de Governo.

No que concerne às Diretrizes Operacionais elaboradas em 2021 para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), particularmente no que diz respeito ao seu alinhamento com a Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), observa-se a emergência de debates e controvérsias em diversos setores. As críticas voltam-se tanto para o alinhamento da EJA à BNCC quanto para o referencial político e pedagógico desta última, associado ao gerencialismo educacional.

Uma das principais fontes de discordância reside na natureza da BNCC, centrada na Educação de Crianças e Adolescentes, suscitando dúvidas sobre sua adequação aos adultos e idosos que compõem o público da EJA, podendo não contemplar adequadamente as características e necessidades específicas dos alunos dessa modalidade.

Além disso, críticas são direcionadas ao enfoque gerencialista da educação, associado à BNCC, o qual pode ser percebido como limitador da autonomia pedagógica dos educadores da EJA. Essa abordagem gerencialista, segundo alguns

críticos, tende a padronizar os processos educacionais, desconsiderando as particularidades e diversidades presentes na aprendizagem de jovens e adultos.

As políticas públicas, particularmente as direcionadas para o campo da educação de jovens, adultos e idosos, ainda não contemplam de fato e verdadeiramente o sujeito do campo como protagonista do processo de desenvolvimento como condição para a participação na construção de uma sociedade mais justa, solidária, pacífica, sustentável e que a diversidade que nos forma, de fato, se constitua na riqueza que nos identifica como brasileiros.

Assim, concordamos com Oliveira (2018), ao afirmar que os índices de analfabetismo e baixo número de escolarização da população jovem e adulta brasileira não se explica pela ausência de marcos legais, pois o nosso país possui uma legislação que lhes dá respaldo, entretanto, o que tem faltado é a materialização e efetivação daquilo que vem sendo estabelecidos em convenções, acordos internacionais e Leis criadas para esse fim. Para a autora, os limites estão, portanto, no campo das políticas educacionais e no controle ainda limitado exercido sobre elas pela sociedade civil e pelo judiciário.

4. O PROGRAMA PROJovem CAMPO SABERES DA TERRA NA PARAÍBA

Neste capítulo, dedicamos nossa atenção à estruturação do Programa Projovem Campo - Saberes da Terra, explorando seus elementos pedagógicos e administrativos. Nosso enfoque versa de maneira particular para os progressos alcançados e os desafios enfrentados durante a execução da edição de 2018 na Paraíba.

Inicialmente, buscamos situar a proposta pedagógica e curricular do Programa para que possamos compreender como no seu processo de organização esta dimensão foi se entrelaçando com a sua gestão.

4.1 Proposta pedagógica e curricular do Programa Projovem Campo Saberes da Terra

O princípio fundamental do Projovem Campo Saberes da Terra é o da integração entre a Educação Básica, a Qualificação Profissional e a Ação Comunitária, representa a síntese das propostas dos movimentos sociais e a proposta educativa de uma Educação do Campo voltada para o campo e que respeita suas culturas e modos de vida. Devido a isso, a Pedagogia da Alternância foi à metodologia de trabalho adotada para a execução do projeto.

O objetivo geral do Projeto é desenvolver políticas públicas de Educação do Campo e de Juventude que oportunizem a jovens agricultores (as) familiares excluídos do sistema formal de ensino a escolarização em Ensino Fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, integrado à qualificação social e profissional (Brasil, 2009 p. 48).

Em sua apresentação, o Programa Projovem Campo – Saberes da Terra (2009) define como sua meta:

[...] o acesso e a qualidade da educação para uma parcela da população historicamente excluídas do processo educacional, respeitando as características, necessidades e pluralidade de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica, territorial e produtivas dos povos do campo (BRASIL, 2009 p. 48).

O Projovem Campo Saberes da Terra, alicerça seu currículo tanto da formação dos(as) educadores(as) quanto do(a) educando(a) nos pressupostos da Educação

Popular, enquanto teoria da Educação e prática pedagógica. Dessa forma, a proposta de currículo interdisciplinar e integrado apresenta possibilidades no atendimento às necessidades por áreas de conhecimento e de integrar o tempo escola e trabalho na formação do jovem e adultos do campo. Permitindo, com isso, uma prática pedagógica interdisciplinar e voltada para as práticas de vivências dos educandos.

O Projeto de Base e cadernos pedagógicos elencam como fundamentos de sua proposta pedagógica os seguintes princípios:

- A Escola formadora de sujeitos articulada a um projeto de emancipação humana;
- A Valorização dos diferentes saberes no processo educativo.
- A compreensão dos tempos e espaços de formação dos sujeitos educativos;
- A escola vinculada à realidade dos sujeitos;
- A Educação como estratégia para o desenvolvimento sustentável;
- O trabalho como princípio educativo;
- A pesquisa como princípio educativo.

Um novo olhar sobre o campo e seus sujeitos passa a ser adotado pelo Programa, assim,

[...] o campo compreendido a partir do conceito de territorialidade é o lugar marcado pelo humano e pela diversidade cultural, étnico-racial, pela multiplicidade de geração e recriação de conhecimentos-saberes que são organizados com lógicas diferentes, de lutas, de mobilização social, de estratégias de sustentabilidade. Espaço emancipatório, quando associado à construção da democracia e de solidariedade de lutas pelo direito à terra, à educação, à saúde, à organização da produção e pela preservação da vida. (BRASIL, 2008).

Nesse contexto, a riqueza da diversidade nos territórios do campo, que abrangem desde as vastas extensões de terras agrícolas até as águas e florestas exuberantes, é acentuada pela multiplicidade de formas como a vida é sustentada por meio do trabalho. Essa diversidade intrínseca caracteriza o campo como um cenário dinâmico, onde se desdobram diversas modalidades de competição, conflito e disputa, ecoando as complexas dinâmicas sociais em diferentes facetas.

Assim, não seria suficiente conceber uma proposta de escolarização para jovens e adultos sem que esta estivesse cuidadosamente articulada com a realidade

concreta do campo. A interconexão entre a educação e a vivência cotidiana dos povos do campo torna-se fundamental e imprescindível, considerando não apenas as particularidades geográficas, mas também as diversas atividades econômicas e sociais que moldam a identidade de população.

Entender o campo como um modo de vida social contribui para autoafirmar a identidade dos povos do campo, para valorizar o seu trabalho, a sua história, o seu jeito de ser, os seus conhecimentos, a sua relação com a natureza e como ser da natureza. Trata-se de uma valorização que deve se dar pelos próprios povos do campo, numa atitude de recriação da história. Em síntese, o campo retrata uma diversidade sociocultural, que se dá a partir dos povos que nele habitam: assalariados rurais temporários, posseiros, meeiros, arrendatários, acampados, assentados, reassentados atingidos por barragens, pequenos proprietários, vileiros rurais, povos das florestas, etnias indígenas, comunidades negras rurais, quilombos, pescadores, ribeirinhos e outros mais. Entre estes, há os que estão vinculados a alguma forma de organização popular, outros não. São diferentes gerações, etnias, gêneros, crenças e diferentes modos de trabalhar, de viver, de se organizar, de resolver os problemas, de lutar, de ver o mundo e de resistir no campo (PARANÁ, 2006, p. 26-27).

Nesta visão ampliada, a Educação do Campo busca abraçar e valorizar a diversidade de práticas e saberes que permeiam esses diferentes cenários, reconhecendo que o campo é uma tessitura complexa e multifacetada da vida brasileira. Com efeito, os movimentos de resistência e de luta pelo direito à educação, sobretudo, a Educação do Campo, traz a autoria dos movimentos sociais populares: sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, pastorais sociais vinculadas a Teologia da Libertação, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Movimento dos Atingidos por Barragens, entre outros em reafirmar a legitimidade da luta por políticas públicas educacionais que atendam à população camponesa enquanto sujeitos de direitos nas diferentes fases de sua vida (Arroyo, 2007).

4.1.1 A organização curricular

Partindo desses princípios, o currículo do ProJovem Campo – Saberes da Terra, foi elaborado levando em consideração a organização socioprodutiva da agricultura familiar e de seus sujeitos, estabelecendo ligações entre os saberes da

escolarização geral e os da qualificação social e profissional em diálogo com os saberes populares.

A Organização Curricular do Programa, conforme o Projeto Político Pedagógico, baseia-se em uma formação Integrada, quer dizer, atende à formação geral aliada à qualificação social e profissional através de percursos formativos. A estrutura curricular “orienta-se pelo diálogo constante com a realidade, na interação dos sujeitos com a comunidade, estruturando-se em questões desencadeadoras que articulam os conteúdos a partir da realidade prática dos alunos” (Brasil, 2008, p. 50).

a) Eixos temáticos

Os Eixos Temáticos agregam conhecimentos da formação profissional e das áreas do conhecimento para a elevação da escolaridade. Objetivam a formação de jovens agricultores que se apropriem dos conhecimentos humanos e, que compreendam a tecnologia, as ciências e a cultura como partes de uma única realidade criada pela capacidade do ser humano pensar e atuar sobre o mundo, pela sua capacidade de produzir cultura, técnicas e conhecimentos (Brasil, 2008).

Nesta perspectiva, a organização curricular está fundamentada no eixo curricular articulador Agricultura Familiar e Sustentabilidade que dialoga com os eixos temáticos: Agricultura Familiar: Identidade, Cultura, Gênero e Etnia; Desenvolvimento Sustentável e Solidário com Enfoque Territorial; Sistemas de Produção e Processos de Trabalho no Campo; Economia Solidária e Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas. Conforme demonstrados na Figura 6.

Figura 6 - O Eixo Articulador e os Eixos Temáticos



Fonte: Brasil, 2008.

O Projovem Campo – Saberes da Terra, trazem esses Eixos Temáticos como áreas temáticas fundamentais, uma vez que articula situações da realidade dos agricultores familiares cuja transformação requer um processo de aprendizado, reflexão e ação em múltiplas dimensões, conforme podemos observar no texto dos cadernos pedagógicos do projeto:

A dimensão social se refere à prática histórica dos/as agricultores/as familiares, que [se] constitui como sujeitos de direito, afirmativos de suas identidades [...] **A dimensão acadêmica** possibilita o diálogo de saberes e potencializa a produção de conhecimento, articulando saberes, comprometidos com a transformação da realidade existente. **A dimensão tecnológica** afirmar e reinventa os saberes dos/as agricultores/as familiares, o acúmulo e o legado de gerações anteriores, que foram capazes de criar formas sustentáveis de manejo produtivo e comercial, atualizando os saberes e as práticas na perspectiva de uma agricultura familiar sustentável (**Grifo nosso**) (Brasil, 2008, p. 15).

Esta perspectiva, quando considerada em sua totalidade, emerge como um terreno fértil para disputas e conflitos em diversos cenários. As comunidades rurais

frequentemente se deparam com problemas relacionados ao acesso a um processo educacional que transcenda meras técnicas tradicionais de ensino, mas que possam adentrar as complexidades das questões sociais e econômicas que permeiam sua realidade. Transformar tais situações requer, portanto, um enfoque articulado, fundamentado em um processo amplo de aprendizado, reflexão e ação que abranja múltiplas dimensões.

O Eixo Articulador e os Eixos Temáticos, estão intrinsecamente ligados ao Arco Ocupacional de Produção Rural Familiar que representa o alicerce fundamental para a formação social e profissional dos jovens agricultores participantes do Programa.

O Programa prevê e estabelece como princípio de que a aprendizagem acontece quando os conhecimentos são organizados e requerem uma reflexão de modo que a educação seja contextualizada e integrada ao modo de vida dos educandos, considerando-se o aluno como sujeito protagonista de sua formação, formação essa humana e cidadã. O programa tem carga horária de 1.600 horas, a serem cumpridas ao longo de 12 meses ininterruptos, sendo 1.200 presenciais e 400 não presenciais. As presenciais estão divididas em Formação Escolar, 800 horas; Qualificação Profissional, 350 horas; e, Ação Comunitária, 50 horas (Brasil, 2009).

b) Áreas de Conhecimento

O Projeto Político-Pedagógico do Programa apresenta o currículo organizado por área de conhecimento, são elas: Linguagens e Códigos; Ciências da Natureza e da Matemática; Ciências Humanas e Sociais. Essas áreas materializam cada eixo temático em conteúdos que se estruturam em três dimensões: conteúdos educativos: partir do estudo da realidade, da pesquisa da realidade; conteúdos instrumentais: o que trabalhar a partir de cada eixo temático em cada área de conhecimento; e, conteúdos operativos: ação, intervenção na realidade, elaboração de projetos a ser desenvolvido em cada situação.

c) Qualificação social e profissional

O Projovem Campo – Saberes da Terra possui dois grandes objetivos, o primeiro deles consiste na elevação da escolaridade dos agricultores familiares de 18

a 29 anos e que não conseguiram concluir o Ensino Fundamental, por inúmeros motivos.

O percurso formativo do Projovem Campo Saberes da Terra, foi estruturado por três dimensões educativas: a alfabetização articulada com o ensino fundamental, a alternância dos tempos educativos e a qualificação social e profissional baseada no arco ocupacional produção rural familiar.

A qualificação social e profissional baseia-se na perspectiva de que a produção rural familiar, é um modo de vida e uma profissão. Neste sentido, existem conhecimentos que estão presentes no trabalho, na vida, na comunidade, na organização (qualificação social) e conhecimentos que precisam ser aprendidos/aperfeiçoados para profissão (qualificação profissional). Portanto, o jovem egresso do Programa, recebe a certificação de conclusão do Ensino Fundamental e de qualificação social e profissional inicial¹².

Na análise do documento Base do Projeto do Saberes da Terra (Brasil, 2008), identificamos que o entendimento que os sujeitos jovens e adultos vivem esse mundo do trabalho e que possuem necessidades de diálogo com o mesmo numa abrangência social, problematizar a intencionalidade formativa é significativo quando se pensar uma articulação Educação Trabalho, sem que a Educação se submeta ao trabalho, mas a proposta da escolarização contemple essa dimensão como espaço educativo e gerador de conteúdo a serem estudados pelas diferentes áreas de conhecimento que constitui o currículo do Programa.

Nesse contexto, a qualificação social e profissional proposta pelo Programa Projovem Campo – Saberes da Terra se fundamenta na vigorosa integração de conhecimentos e experiências, unindo diversos elementos como saberes e práticas, espaços e momentos, sujeitos individuais e coletivo, escola e comunidade. Essa abordagem se estrutura em torno de dois pilares fundamentais: os Tempos Formativos, que compreendem o Tempo Escola e o Tempo Comunidade, e a pesquisa como princípio educativo (Brasil, 2008).

A qualificação social e profissional baseia-se na perspectiva da agricultura familiar, é ao mesmo um modo de vida e uma profissão. Neste sentido, existem conhecimentos que estão presentes no trabalho, na vida, na comunidade, na

¹² Considerando que na legislação brasileira, a formação técnico-profissional ocorre em nível médio ou profissional tecnológico, essa formação no ensino fundamental é considerada como uma formação inicial.

organização (qualificação social) e conhecimentos que precisam ser aprendidos/aperfeiçoados para profissão (qualificação profissional). E tem como pressuposto que na formação do jovem agricultor, necessário se faz a articulação dos saberes populares advindos do cotidiano do trabalho e os conhecimentos científicos provenientes dos estudos do arco ocupacional.

Nessa perspectiva, o Arco Ocupacional é composto por um conjunto de cinco ocupações e serve como eixo orientador e facilitador do processo de formação social e profissional, variando o(s) foco(s) de acordo com as características de cada realidade e turma. Essa composição pode ser vista no Quadro 9 abaixo.

Quadro 9 — Arco Produção Rural Familiar

ARCO	OCUPAÇÕES
Produção Agrícola Familiar	Sistemas de cultivo
	Sistemas de criação
	Extrativismo
	Agroindústria
	Aquicultura

Fonte: Brasil, 2008.

Tais conhecimentos acerca do Arco Produção Familiar, constituem os saberes dos indivíduos que vivem e trabalham no campo e dialogam com os saberes científicos, técnicos e tecnológicos gerados por meio de processos de pesquisa, registro e reflexão. Essa interação visa a criação de novos conhecimentos e a integração de diversas perspectivas. Portanto, promovem a articulação entre os saberes populares e os científicos e a conexão entre os conteúdos da educação formal e a formação profissional (Brasil, 2008).

d) Percurso formativo

Quanto ao Percurso Formativo, o Projovem Campo - Saberes da Terra apresenta dois (02) elementos metodológicos que norteiam e orientam as atividades pedagógicas. São eles: os Tempos Formativos, baseados na Pedagogia da Alternância, (um dos pilares metodológicos da organização do trabalho pedagógico) – Tempo-Escola e Tempo-Comunidade; e, a Pesquisa como princípio educativo. Segundo documentos orientadores da organização pedagógica do programa, tanto o

Tempo-Escola quanto o Tempo-Comunidade são desenvolvidos para propiciarem as seguintes aprendizagens:

- Desenvolver diferentes modalidades de expressão: leitura, escrita, audição, fala, teatro, desenhos, movimento corporal;
- Refletir sobre as diversidades étnicas, culturais, de gênero; identificar os mecanismos de desigualdades étnico-raciais existentes na sociedade brasileira;
- Criar mecanismos que possibilitem a reconstrução da identidade pessoal: suas histórias familiares, pessoais, suas formas de resistência ao longo de suas vidas, a construção do sujeito de direitos. Descobrir-se como ser histórico;
- Fortalecer o espírito coletivo: trabalhar em grupos, grandes e/ou pequenos, mais do que individual, sem descartá-lo, porém, uma vez que, também, é importante Superar os valores de dominação: a sala de aula deve desenvolver-se enquanto um exercício e uma aprendizagem de democracia e da suplantação de valores e preconceitos que fortaleçam as desigualdades (gênero, geração, classe, raça/etnia, identidade sexual, religiosidade etc.);
- Constituir fóruns de discussão e avaliação com a participação de todos;
- Expandir a solidariedade na ajuda mútua para aprendizagem e no desenvolvimento de tarefas de várias naturezas e troca de informações nas pesquisas.
- Distender a autonomia, por meio do estímulo à pesquisa, à elucidação às dúvidas, à construção de propostas, às iniciativas em sala de aula e fora dela, ao trabalho em grupo (Brasil, 2008).

No entanto, questões relacionadas a falta de infraestrutura educacional, como por exemplo, escolas em boas condições estruturais e equipadas, transporte adequado, acesso à tecnologia, além da ausência de políticas específicas para o campo impactam negativamente a qualidade da educação oferecida.

4.2 As Edições do Escola da Terra na Paraíba

As Edições do Escola da Terra na Paraíba emergem como uma proposta educacional na dinâmica das condições sociais e econômicas presentes na realidade

do campo brasileiro. Nesse contexto, a análise das edições do Programa nos permitirá compreender não apenas as Edições do Escola da Terra como uma entidade isolada, mas como um produto das contradições e desafios inerentes ao contexto educacional e social da Paraíba.

4.2.1 A Edição Piloto de 2005

Em 2005, inauguraram-se as primeiras experiências do Programa Saberes da Terra, estendendo-se ao ano subsequente, 2006. A implementação do Projeto Piloto abrangeu 12 (doze) estados da federação: Bahia, Paraíba, Pernambuco, Maranhão, Piauí, Rondônia, Tocantins, Pará, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina. Em parceria com as secretarias estaduais de educação, UNDIME e movimentos sociais do campo articulados nesses estados, associações, dentre outros grupos organizados na luta por políticas públicas para o campo.

Esta primeira edição do Programa introduziu novidades nos projetos de Educação de Jovens e Adultos até então existentes, apresentando-se como um marco inovador. Ao propor uma abordagem específica para a escolarização dos jovens e adultos do campo gerida em parceria entre o poder público e os movimentos sociais do campo.

O diferencial desta edição também se refletiu na proposição de um currículo organizado por área de conhecimento, adotando a alternância de tempos e espaços formativos. Além disso, a valorização e o diálogo entre os saberes populares e os conhecimentos científicos sistematizados destacaram-se como elementos centrais, promovendo uma abordagem mais integrada e inclusiva. Essa integração foi ainda mais fortalecida pela combinação entre escolarização e formação profissional, consolidando um modelo educacional abrangente procurando alinhar-se às necessidades específicas das comunidades camponesas.

Nesse contexto, foram realizadas uma série de atividades e ações pioneiras que não apenas delinearam uma proposta educativa específica para a Educação do Campo, mas também lançariam as bases para a expansão posterior desse programa (Brasil, 2009).

Destacam-se, entre essas iniciativas pioneiras, as seguintes:

- A formação de cinco mil educandos, com certificação correspondente ao ensino fundamental e qualificação profissional;

- Formação continuada de seiscentos profissionais da educação – professores, educadores, instrutores, técnicos e gestores – durante a implementação e execução do Programa;
- Construção, em parceria com estados, municípios e movimentos sociais, de uma metodologia de Educação de Jovens e Adultos, integrada à qualificação profissional, realizando práticas pedagógicas integradas à Agricultura Familiar, à Economia Solidária e ao Desenvolvimento Sustentável contextualizadas nas diferentes realidades e necessidades regionais e culturais.
- A construção de metodologias para a elaboração de material didático pedagógico que possa ser replicado de acordo com o contexto de cada estado ou região;
- Produção de Cadernos Pedagógicos que tratam dos Eixos Temáticos do Programa em três estados participantes;
- Quatro Seminários Nacionais de Formação das equipes pedagógicas estaduais.

Durante a fase inicial do projeto piloto do Saberes da Terra, o foco primordial foi aprofundar a compreensão das necessidades, desafios e riquezas culturais presentes em diversas comunidades rurais escolhidas para a implementação do programa. Nessa perspectiva, um dos objetivos centrais consistiu em realizar um mapeamento abrangente dos conhecimentos tradicionais existentes nessas localidades, documentando práticas relacionadas à agricultura, medicina natural, técnicas artesanais, culinária, rituais e outras expressões culturais singulares.

Nessa primeira edição do Programa, na Paraíba, foram organizadas 24 turmas em 12 cidades distribuídas em todo o território paraibano¹³. As turmas eram formadas com o número de alunos que variavam entre 20 e 24 educandos, sob a responsabilidade da Secretaria de Educação do Estado. Nesse sentido, com relação a implementação do Projeto

Na Paraíba, o Programa Saberes da Terra teve a abertura do projeto, em sua primeira edição, em julho de 2005. O marco inicial do Programa foi o Encontro de Formação dos

¹³A distribuição de turmas de acordo com as cidades do Estado da Paraíba: Em Borborema cinco (05), Coremas quatro (04), Cuité dois (02), Gado Bravo um (01), Itabaiana dois (02), Lagoa de Dentro um (01), Logradouro um (01), Pilões três (03), Prata dois (02), Taperoá um (01) e Caiçara um (01). (OLIVEIRA, 2015).

coordenadores, instrutores e professores envolvidos, contando com 50 educadores participantes do encontro. Esse encontro ocorreu em João Pessoa e contava com representantes de todos os municípios do estado que tinham fechado parceria para o funcionamento de turmas do Programa (OLIVEIRA, 2015, p. 112).

Ainda, nesse sentido, coube ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR/PB¹⁴ fazer a ministração dos cursos profissionalizantes para os alunos (Oliveira, 2015).

Essa forma de organização da gestão do programa na Paraíba junto com o SENAR, assumindo a atribuição da formação do Programa, destocou tanto das orientações construídas nacionalmente, que incumbia as Universidades Federais como responsáveis por esse processo, do mesmo modo em relação à fundamentação do projeto político pedagógico que se baseava na teoria da educação popular freiriana, portanto, totalmente contrária à fundamentação da educação tecnicista, adotada pelo SENAR (Oliveira, 2015).

O Programa Saberes da Terra chega a Paraíba como uma novidade na Educação de Jovens e Adultos, por ser uma proposta específica para jovens e adultos camponeses do Estado, por sua perspectiva de continuidade entre alfabetização e escolarização nos anos iniciais do ensino fundamental, na articulação entre escolarização e qualificação social e profissional. A singularidade dessa iniciativa é evidenciada pela experiência bem-sucedida do projeto piloto do Programa em um grupo de mulheres da comunidade Chã de Jardim, durante os anos de 2005 e 2006, no município de Areia, Paraíba.

O relato desse processo destaca não apenas os resultados tangíveis, mas também o impacto positivo nas vidas dessas mulheres, demonstrando como a abordagem integrada de uma Programa pode ser transformadora para as populações do campo.

¹⁴ O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, instituição de educação profissional, criado pela Lei n.º 8.315, de 23 de dezembro de 1991. Organização de administração privada, tem como objetivo a execução, em nível nacional, de duas vertentes de trabalho: a Formação Profissional Rural – FPR e a Promoção Social – PS de trabalhadores e pequenos produtores rurais. Ambas as vertentes de trabalho apresentam o caráter educativo não-formal, participativo e sistematizado, abrangendo eventos programados no intuito de atender às necessidades e aos interesses específicos de cada comunidade rural. Em nível nacional, está vinculado à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA e é administrado por um Conselho Deliberativo, constituído por representantes dos Produtores e Trabalhadores Rurais e do Governo Federal, (Cunha, 2005).

Nesse sentido, a professora da turma evidencia como os estudos sobre a agricultura familiar e a economia solidária suscitaram, na comunidade, uma mobilização para identificar as potencialidades de geração de renda de forma coletiva e solidária, vejamos:

O programa teve muito sucesso aqui na comunidade, a gente ganhou prêmio, eu fui pra Brasília representando o programa e tive a oportunidade de ir palestrar e mostrar como era o programa até na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro por duas ou três vezes. Dentro da sala de aula surgiu também a oportunidade de fazer um artesanato na palha da bananeira, cada aluna tinha uma horta, um viveiro, sua própria compostagem. Nesse Programa, Saberes da Terra, não tinha uma ajuda de custo para esses alunos, apenas no Projovem Urbano. Cada aluno tinha seu cartão e no final do mês eles recebiam um ajuda de custo. Realizávamos o tempo comunidade onde montava-se feiras para vender os produtos que eles cultivavam. Ainda hoje a comunidade tem um artesanato na palha da bananeira que foi fruto do Programa Saberes da Terra (FALA DE E1, 2023).

Essa primeira experiência do Programa Saberes da Terra na Paraíba, foi marcada por muitos embates e contradições. Segundo Oliveira (2015, p. 114), “o projeto piloto no estado enfrentou vários problemas no seu funcionamento em geral, o que deu ao caso da Paraíba uma especificidade na implantação, com bastante evasão e com grandes dificuldades de implementação do método”. Com relação isso ela ainda destaca que:

Deparamo-nos aqui com dois problemas-chave na implementação desse programa no estado: o distanciamento da proposta de uma Educação do Campo vinculada aos movimentos sociais; e uma proposta político-pedagógica pronta e colocada de “cima pra baixo”, posta de uma escala geográfica de poder para outra, do nível nacional para o local, o que faz com que os interesses na escala da comunidade se percam durante o processo de implantação, assim, esta proposta educativa chega até as comunidades de forma amarrada, engessada, acrítica e distanciada dos seus próprios sujeitos (OLIVEIRA, 2015, p. 117-118).

Embora o projeto piloto tenha sido limitado, em termos de abrangência geográfica, número de comunidades envolvidas e proposta de educação ele desempenhou um papel fundamental na consolidação do Programa Projovem Campo - Saberes da Terra. A partir dessa experiência inicial, foram identificados pontos fortes

e desafios a serem superados, o que possibilitou o aprimoramento e a expansão posterior do programa para outras regiões do país.

No ano de 2007, o Ministério da Educação, por meio da SECAD, participou do processo de construção do programa integrado de juventude conduzido pela Secretaria Nacional de Juventude-Presidência da República, no qual foram integrados seis Programas já existentes: Agente Jovem do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; ProJovem da Casa Civil; Saberes da Terra e Escola de Fábrica do Ministério da Educação; Consórcio Social da Juventude e Juventude Cidadã do Ministério do Trabalho e Emprego.

4.3 O Programa Projovem Campo - Saberes da Terra na Paraíba - edição 2008

Com a mudança do Programa Saberes da Terra para Projovem Campo - Saberes da Terra, o MEC anunciou o lançamento do novo programa e abriu inscrições para todos os estados interessados em sua implementação e com um recorte etário específico voltado para jovens e adultos com idades entre 15 a 29 anos. Após a aprovação dos projetos e a organização das turmas pelos estados, a Paraíba aparece fazendo parte dessa edição, demonstrando interesse em oferecer o Programa com uma vinculação mais direta aos municípios (Oliveira, 2015).

Quando foram aprovados os projetos e os estados organizaram as turmas, a Paraíba apareceu como um dos que voltaram a se inscrever no intuito de ofertar o Programa com uma vinculação direta aos municípios e estados, e com o recorte etário para juventude.

Nesse sentido, Apolônio (2014, p.136), afirma que “[...] foram aprovados projetos de 19 estados e 19 instituições de ensino superior públicas, os quais estão sendo executados com a meta de atender a 35 mil jovens agricultores”. Nessa nova edição do Programa, a Secretaria de Educação da Paraíba firmou uma parceria formal com a Universidade Federal da Paraíba – UFPB para a realização da formação dos educadores(as) e coordenadores(as) do Programa.

Assim, essa veio a ser uma mudança importante na implementação da edição de 2008, ao retomar a proposta original do Programa, que era o fato de a formação continuada ser realizada pelas Universidades com participação dos movimentos sociais e dos fóruns ou comitês estaduais de Educação do Campo (Oliveira, 2015).

Além disso, durante esse biênio (2008-2010) também foram realizadas a construção de metodologias para a elaboração do material didático-pedagógico levando em consideração o contexto de cada estado ou região. Do mesmo modo a produção de Cadernos Pedagógicos que tratam dos Eixos Temáticos em três estados participantes do Projeto, além de quatro Seminários Nacionais de Formação das equipes pedagógicas estaduais.

Segundo Schmidt, Lima e Sechim (2010), a coletânea dos Cadernos Pedagógicos produzida para o Programa Projovem Campo tinha como objetivo contribuir para um processo de estudo produtivo e agradável, possibilitando uma metodologia de estudos e construção de saberes. Para os autores,

[...] Os cadernos são subsídios pedagógicos, que não dão conta de todas as questões do processo pedagógico nas salas de aula, pois que devem ser complementadas com metodologia que, além dos Cadernos, utilize também o Acervo Bibliográfico de cada escola e do Laboratório, sendo este a vida da comunidade e do entorno, o que possibilitará o desenvolvimento das habilidades intelectuais (elevação da escolaridade), profissionais (técnicas necessárias ao manejo das diferentes ocupações do Arco Ocupacional (Produção Rural Familiar) e socioambientais (intervenção na comunidade e na sociedade) para a auto formação e a transcendência social de todos os sujeitos educativos no seu crescimento humano pessoal, profissional e coletivo (SCHMIDT; LIMA; SECHIM, 2010, p. 13).

Os cadernos pedagógicos oferecem não apenas informações, mas também metodologias que consideram as particularidades dos sujeitos do campo, promovendo uma aprendizagem mais significativa, considerando a realidade alinhada com as vivências dos alunos(as) envolvidos (Brasil, 2009).

A Secretaria Estadual de Educação conduziu, no âmbito do Comitê da Educação, uma análise sobre a edição do Programa. Como parte desse processo, forma-se uma comissão de acompanhamento, composta por representantes dos movimentos sociais (MST, CPT, RESAB¹⁵) indicados em reunião ampliada do Comitê Estadual de Educação do Campo no Estado.

¹⁵ A RESAB é um espaço político de articulação de política regional da sociedade civil organizada, congregando educadores/as e instituições Governamentais e Não Governamentais que atuam na área de educação no Semiárido brasileiro sem preconceitos de raça, sexo, origem política, social, cultural ou econômica com o intuito de elaborar políticas públicas no campo educacional do Semiárido Brasileiro [...] busca contribuir para a implementação de ações integradas para o Semiárido Brasileiro, fortalecendo inserções de natureza política, técnica e organizacional, emanada das entidades que atuam no nível local apoiando a difusão de métodos, técnicas e procedimentos que contribuam para

Assim, se constitui a comissão de gestão do Programa Projovem Campo – Saberes da Terra no estado da Paraíba. Essa comissão tinha diferentes atribuições na gestão do Programa, vejamos, quais sejam:

- Coordenação Geral: Composta por dois coordenadores gerais, um designado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e outro pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba (SEEC-PB), responsáveis pelo gerenciamento do projeto. Suas responsabilidades incluíam supervisionar o funcionamento, trâmites administrativos e o processo de implementação do projeto.
- 08 professores formadores: responsáveis pelos momentos de formação dos professores nos diferentes polos existentes no estado.
- 05 Coordenadores de Polo: responsáveis por acompanhar e gerir as turmas. Suas atribuições abrangiam o monitoramento das atividades, condução do processo de avaliação, controle da frequência dos participantes, prevenção da evasão, bem como a elaboração de planos estratégicos em colaboração com os professores.
- Educadores(as): os docentes que integraram as diversas turmas do Projovem Campo – Saberes da Terra, atuaram em quatro grandes áreas do conhecimento: ciências linguísticas, ciências da natureza, ciências humanas e formação profissional.

A implementação dessa edição, na Paraíba, foi marcada por relações conflituosas na esfera do poder político estatal, sobretudo, por conta da cassação¹⁶ do mandato do Governo Estadual em 2009. Isso desarticulou todas as etapas construídas até então, inclusive, as turmas que já estavam compostas tiveram que aguardar o desfecho desse cenário político para iniciar as aulas. Esse contexto trouxe também um clima de incertezas em relação aos rumos que o Programa poderia tomar com a posse do novo governo, pois seria necessário reorganizar toda a estrutura que já havia sido montada, tais como: Formações de coordenadores e professores;

uma Educação para a Convivência com o Semiárido” (Diretrizes da Educação para a Convivência com o Semiárido Brasileiro, 2006)

¹⁶ Em 2009 o Governador Cássio Cunha Lima eleito nas eleições de 2008, teve o seu mandato cassado. Assumi o Governador Maranhão, eleito como segundo colocado nessa mesma eleição.

articulações com a Universidades; e, o direcionamento dos recursos financeiros do Programa (Oliveira, 2015).

Segundo Oliveira (2015), primeiro, a questão era a necessidade de se refletir sobre o descaso de ambos os governadores, Cássio Cunha Lima e, posteriormente, José Maranhão e suas secretarias em relação a efetivação desse Programa no estado, pois o poder público não deu a devida atenção, conforme destaca a autora:

[...] trataram o mesmo de forma secundária em sua agenda política, e outra a do mal uso dos recursos públicos, ou do uso deles a favor de interesses de uma classe oligárquica que sempre usou a máquina pública a seu favor. O que nos leva diretamente a pensar também na fragilidade de um programa de ação social que é apenas um programa de Governo e não um Decreto, um Artigo, uma Lei, uma Política Pública, que deve ser cumprida mesmo com a troca de mandato dos governantes, o que deixa a efetividade do programa à mercê da troca de governos e desinteresses políticos no seu jogo de poder [...] (OLIVEIRA, 2015, p. 123).

Esse tensionamento e indefinições do rumo do programa, mencionado por Oliveira, geraram atrasos no cronograma, a organização precisou ser revista, o edital de professores teve que ser reformulado, bem como o atraso no processo de matrícula das turmas. Em suma, a efetivação da edição de 2008 do Projovem Campo Saberes da Terra na Paraíba só ocorreria em 2010 e com o funcionamento das turmas de forma precária (Oliveira, 2015)¹⁷.

4.4 O Programa Projovem Campo - Saberes da Terra na Paraíba, Edição 2014.

Em 2014, a gestão e coordenação do Programa foi transferida da Secretaria de Juventude para a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) do MEC.

No Estado da Paraíba, a implementação do Programa ProJovem Campo Saberes da Terra teve início em 22 de setembro de 2015, com uma previsão de duração de 24 meses, equivalentes a dois anos. Este programa, voltado para a inclusão de jovens em âmbito nacional, trouxe uma inovação: a introdução da figura

¹⁷ Nesse mesmo período começávamos a atuar no Projovem Campo – Saberes da Terra como professor em uma turma na localidade, Sítio Lagoa Salgada, no município paraibano de Montadas.

do tradutor e intérprete de Libras. A perspectiva seria aprimorar o atendimento e promover o respeito à diversidade linguística e sociocultural dos alunos surdos matriculados no programa.

Os tradutores e intérpretes seriam selecionados conforme a necessidade específica de cada um dos Núcleos. A proposta do Programa era contemplar 26 cidades divididas em dois polos localizados em áreas distintas do estado da Paraíba (Apolônio, 2019).

A participação neste programa, nessa etapa, era realizada através da adesão conforme estipulado na Resolução CD/FNDE/MEC n.º 11, datada de 16 de abril de 2014. Esta resolução disponibilizava vagas para municípios que apresentassem o maior número de escolas situadas no campo desde que também fizessem parte dos Territórios da Cidadania (Apolônio, 2019).

O Programa estabelecia metas a serem alcançadas:

A meta a ser atingida, nessa etapa de 2014, pela adesão estadual, era de 15 estados com 18.360 jovens atendidos, e [...] atender 304 municípios com 26.895 jovens [...], a SECADI pretendia atingir um total de 54.255 jovens nessa etapa do programa (APOLÔNIO, 2019, p. 134).

Os dados da finalização desta edição, 2014, evidenciaram que houve a adesão de 279 municípios e 13 estados, com 36.627 jovens agricultores matriculados (Brasil/MEC, 2016, p.51), o que demonstrou que o atendimento ficou abaixo da meta estabelecida, tanto no número de adesão ao programa quanto de estudantes matriculados.

Notadamente se observa as dimensões desse Programa em relação a sua abrangência no território nacional, algo que representa o envolvimento de vários setores da sociedade. O Projovem Campo – Saberes da Terra, reuniu em sua proposta a articulação de diversas entidades presentes na sociedade, como os movimentos sociais do campo, as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, entre outras.

Conforme Apolônio (2019), dados de relatórios do Programa, obtidos junto à Secretaria Estadual de Educação, apontam para um montante de R\$ 12.321.600,00 em recursos financeiros disponíveis para atender o período de duração de todo o programa, que engloba os anos de 22/09/14 até 22/09/17, com um total de matrículas de 1.739 de um total de 2.000 vagas ofertadas nessa edição, no estado da Paraíba.

É notável a alocação de vultosos recursos financeiros no âmbito do Programa. Contudo, é evidente que nem a totalidade desses recursos foi efetivamente utilizada ao longo das várias edições do Programa, o que culminou na necessidade de conceber uma edição especial do Projovem Campo - Saberes da Terra voltada para os estados que apresentaram excedentes orçamentários. A Paraíba figurou entre os estados com excedentes financeiros, o que possibilitou a sua adesão à edição de 2018 do Programa.

Outrossim, a superação de obstáculos é essencial para que se possa adotar uma abordagem de Educação do Campo que leve em consideração as necessidades e realidades específicas dos sujeitos de direito do campo. Por isso, é indispensável a permanente luta e mobilização dos movimentos sociais do campo e do envolvimento da comunidade local nas decisões educacionais que possibilitem a implementação de programas flexíveis à realidade campesina.

5. O PROJovem CAMPO SABERES DA TERRA EDIÇÃO DE 2018 NA PARAÍBA.

No dia 21 de setembro de 2017, através da Resolução nº 13, o MEC, em colaboração com o FNDE e o Conselho Deliberativo definiram critérios e diretrizes para os estados e municípios que demonstrassem interesse em participar da iniciativa e disponibilizassem recursos provenientes de edições anteriores para o financiamento da chamada 'edição especial' do Programa Projovem Campo – Saberes da Terra. As diretrizes formam as seguintes:

Art. 1.º Autorizar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a utilizarem os saldos financeiros do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, nas modalidades Urbano e Campo, nas ações da edição 2021, da respectiva modalidade.

§ 1.º Consideram-se saldos financeiros as disponibilidades, inclusive os rendimentos de aplicações financeiras, que são oriundas das transferências anteriores do Projovem Urbano e Projovem Campo – Saberes da Terra, e existentes nas contas-correntes específicas dos entes federados.

§ 2.º Podem ser utilizados apenas os saldos financeiros não comprometidos com despesas de edições anteriores.

§ 3.º Não haverá repasse de recursos para execução das ações da edição 2021 do Projovem Urbano e Projovem Campo – Saberes da Terra (BRASIL, 2017).

Para a presente edição, apenas os entes federados com saldo em conta igual ou superior a R\$ 122.400,00 (cento e vinte e dois mil e quatrocentos reais) foram elegíveis. Caso algum ente federado não desejasse participar da edição especial do programa, mas estivesse comprometido com pagamentos de edições anteriores ainda em andamento, a sobra de recurso deveria ser transferida pelo estado, Distrito Federal ou município para o responsável pelo financiamento das ações da edição especial, a saber: em uma nova conta corrente, aberta pelo FNDE (Brasil, 2017).

De acordo com o Artigo 15 da Resolução n.º 13, datada de 21 de setembro de 2017, os recursos destinados a edição especial do Projovem Campo – Saberes da Terra, poderiam apenas ser empregados em diferentes categorias de despesas, que incluem:

I – complementação de remuneração de servidores do quadro efetivo da rede de ensino, caso seja necessário adequar sua carga horária à exigida no Projovem Campo – Saberes da Terra, ou pagamento de profissionais contratados para atuarem no Programa, de acordo com as funções relacionadas e nas condições estabelecidas no Anexo V a esta Resolução;

- II – pagamento de instituição formadora ou formador(es) para o desenvolvimento da formação continuada dos professores ou educadores, quando necessário, ou pagamento de complementação dos formadores do quadro efetivo da secretaria de educação para adequação da carga horária exigida pelo Programa, de acordo com as orientações do Projeto Pedagógico Integrado e do Plano Nacional de Formação, observados os perfis e condições estabelecidas no Anexo V;
- III – custeio da formação continuada para os professores ou educadores, formadores e gestores locais, conforme Projeto Pedagógico Integrado e orientações da SECADI/MEC;
- IV – pagamento de auxílio financeiro aos professores ou educadores, durante a primeira etapa de formação, quando selecionados e ainda não contratados, de até 30% (trinta por cento) do valor da remuneração mensal bruta a ser paga aos professores ou educadores do Projovem Campo – Saberes da Terra;
- V – aquisição de gêneros alimentícios exclusivamente para fornecer lanche ou refeição aos jovens matriculados no Programa, até que o ente executor passe a receber os recursos procedentes do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE;
- VI – aquisição de gêneros alimentícios para fornecer lanche ou refeição aos filhos dos jovens, atendidos nas salas de acolhimento, durante todo o período do curso do Projovem Campo – Saberes da Terra;
- VII – custeio de locação de espaços e equipamentos, aquisição de material de consumo e pagamento de monitores para desenvolver as atividades técnicas específicas da qualificação profissional quando o EEx não desenvolvê-las em articulação com os cursos do Pronatec; e
- VIII – pagamento do transporte do material didático-pedagógico do Projovem Campo – Saberes da Terra do município, onde será entregue pelo governo federal, até as escolas de sua base territorial (BRASIL, 2017).

A questão financeira foi uma dificuldade e uma restrição ao crescimento do programa, pois somente os municípios e estados que tivessem sobras de recursos de edições anteriores, poderiam participar desta edição, visto que o governo não faria repasse para esta edição, o que resultou numa diminuição da Programa nos Estados e Municípios e no número de atendimento aos jovens da agricultura familiar.

Em 2018, a Secretaria de Estado da Educação – SEE, lançou um Edital destinado à realização de um Processo Seletivo Simplificado visando a contratação de pessoal por tempo determinado de 24 meses para exercer as funções de Educadores das Áreas de Conhecimentos no Programa.

Esse processo seletivo possuía caráter, tanto eliminatório quanto classificatório, compreendendo três etapas distintas, a saber: inscrição online, análise de títulos e entrevista oral. No que diz respeito às atribuições, os pré-requisitos da qualificação necessária para a contratação e os detalhes sobre a remuneração oferecidos no Processo Seletivo Simplificado ver quadro 10.

Quadro 10 — Das funções - pré-requisitos da formação e remuneração

Função	Formação e pré-requisitos	Salário
<p>EDUCADORES POR ÁREAS DE CONHECIMENTO</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Curso completo de Licenciatura Plena em uma das áreas de conhecimento de interesse do candidato, conforme currículo previsto neste Programa; - Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (Licenciatura em Letras); - Ciências Humanas (Licenciatura em História, Geografia, Filosofia ou Sociologia); - Ciências da Natureza e Matemática (Licenciatura em Biologia, Ciências, Matemática, Física ou Química); - Disponibilidade para participar da formação continuada, planejamento e execução das atividades previstas no Programa; - Participação em movimentos sociais do campo e/ou ter experiências em Educação de Jovens e Adultos; - Residir em um dos municípios pertencentes ao Núcleo escolhido para atuar. 	<p>R\$1.700,00</p>
<p>EDUCADORES/AS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Formação superior em Cursos de graduação da área das Ciências Agrárias; - Disponibilidade para participar da formação continuada, planejamento e execução das atividades previstas no Programa; - Participação em movimentos sociais do campo e/ou entidades comunitárias; - Experiências em Projetos Educacionais/Populares; - Excepcionalmente, na falta de profissionais com formação superior, admitir-se-ão técnicos da área das Ciências Agrárias ou educadores/as com nível médio e com reconhecido saber em Agricultura familiar; - Residir em um dos municípios pertencentes ao Núcleo escolhido para atuar. 	<p>R\$1.700,00</p>

<p>PROFESSORES ACOLHEDORES (EDUCADORES) DE ACOMPANHAMENTO DO ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Diploma do curso em nível Médio, modalidade normal (Magistério) ou Diploma do Curso Superior em Pedagogia ou Psicopedagogia; - Planejar as atividades a serem executadas no período de atendimento das crianças; responsabilizar-se pelo cuidado e pelo desenvolvimento de atividades com as crianças; - Organizar e cuidar dos materiais utilizados e relatar necessidade de reposição e manutenção dos mesmos; - Registrar as atividades realizadas e manter as famílias e a coordenação do Programa informadas sobre a situação das crianças; - Residir em um dos municípios pertencentes ao Núcleo escolhido para atuação. 	<p>R\$1.000,00</p>
<p>EDUCADOR/PROFESSOR PARA ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Formação em Pedagogia ou Psicopedagogia, com formação continuada em educação especial; - Disponibilidade de tempo para trabalhar em regime de alternância; - Residir em um dos municípios pertencentes ao Núcleo escolhido para atuação. 	<p>R\$1.000,00</p>
<p>TRADUTOR(A) COM CERTIFICAÇÃO NO PROLIBRAS OU LICENCIATURA EM LETRAS/LIBRAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Certificação no Prolibras ou Licenciatura em Letras/Libras; - Disponibilidade de tempo para trabalhar em regime de alternância; - Residir em um dos municípios pertencentes ao Núcleo escolhido para atuação. 	<p>R\$1.000,00</p>

Fonte: Pesquisa documental, Diário Oficial do estado da Paraíba, sistematizado pelo autor, 2018.

Conforme estabelecido no Processo Seletivo Simplificado, os candidatos selecionados seriam convocados de acordo com a demanda de cada um dos polos de atuação do Projovem Campo – Saberes da Terra espalhados pelos municípios atendidos pelo Programa na Paraíba.

5.1 Dimensões da Organização e Operacionalização do Programa

Através da análise dos resultados obtidos durante a coleta das falas dos participantes nas entrevistas, foi possível identificar categorias centrais que fundamentam os alicerces do Projovem Campo – Saberes da Terra, edição 2018 na Paraíba. Estas categorias se desdobram nas Dimensões da Organização e na Operacionalização do Programa, destacando aspectos essenciais que norteiam e sustentam a efetividade do programa no contexto específico da Paraíba. As categorias foram agrupadas por similaridade, conforme demonstradas na Figura 7.

Figura – 7 Dimensões da Organização e Operacionalização do Programa



Fonte: Pesquisa de Campo - 2023, sistematizado pelo autor.

5.1.1 Seleção de Pessoal

O processo da organização da ‘Edição Especial’ do Programa Projovem Campo – Saberes da Terra, no estado da Paraíba, foi composto por uma seleção simplificada com vista à contratação de merendeiras, professores, e equipe técnica de capacitação dos professores. No entanto, essa seleção trouxe uma peculiaridade, como por exemplo:

[...] como foi uma edição especial não houve processo seletivo para formadores, o processo foi por indicação das pessoas que já tinham experiência com coordenação e com formação de professores, portanto, não se teve uma clareza num perfil que entendesse do campo (FALA C1, COMITÊ CAMPO, 2023).

Ao pesquisar sobre o processo da seleção de pessoal em outras edições do Programa, verificou-se uma série de fatores que se apresentaram como obstáculos reais na sua execução, desde a demora do repasse das verbas federais para os estados e municípios como a burocracia estatal nos processos de organização da seleção e contratação de pessoal, entre outros fatores (Apolônio, 2019; Oliveira, 2015).

A conjuntura organizacional na seleção de pessoal para a Edição Especial do Programa Projovem Campo – Saberes da Terra, edição 2018 na Paraíba, revela a presença de contradições e antagonismos inerentes à estrutura capitalista. A dificuldade identificada no processo de adesão ao programa, especialmente na articulação com entidades, movimentos sociais e sindicais do campo, aponta para questões fundamentais, a saber:

A influência das relações de produção capitalista tende a gerar obstáculos à implementação de programas sociais, uma vez que as dinâmicas econômicas predominantes podem entrar em conflito com os objetivos de inclusão e desenvolvimento de propostas como por exemplo, o do Projovem Campo. A articulação com entidades e movimentos sociais também é afetada pela lógica de classes, refletindo a tensão entre interesses distintos.

Além disso, a dificuldade identificada na seleção de pessoal sugere a presença de estruturas hierárquicas e desigualdades no acesso às oportunidades, refletindo a própria natureza do sistema capitalista, onde a distribuição desigual de recursos e oportunidades é intrínseca.

5.1.2 Adesão e Parcerias na gestão

Durante todas as entrevistas com os participantes da pesquisa, a categoria 'adesão e parcerias' desempenhou um papel central na definição dos princípios subjacentes ao processo de organização que moldaram os 'Entes executores' do Projovem Campo - Saberes da Terra na Paraíba.

Conforme o Decreto n.º 6.629/2008, em seu Artigo 36, Parágrafo 4.º, que delinea as atribuições dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação ao Projovem Campo – Saberes da Terra, o inciso IX destaca a necessidade de estabelecer uma articulação entre essas entidades governamentais, entidades, movimentos sociais e sindicais do campo para a execução. Com relação à execução do Projovem Campo - Saberes da Terra, edição 2018 na Paraíba, segundo o relato de uma participante, narrou que: “[...] quem participou no início foi o estado, quer dizer que assumiu a estrutura do Programa” (Fala de CA, coordenação de Polo, 2023).

Nessa perspectiva, a fala evidencia que o Estado se constituiu na figura central da articulação organizacional do Programa, portanto, uma gestão concentrada no poder público, o que contraria fundamentos do Programa que prevê uma organização de gestão participativa entre poder público e sociedade civil.

A pesquisa conduzida por Apolônio (2019), destaca que a dimensão da 'parceria' no contexto do Programa Projovem Campo – Saberes da Terra, em sua edição de 2014, enfrentou desafios significativos em sua implementação. Isso ocorreu, principalmente, por divergências de concepção político-pedagógica e metodológica entre os parceiros municipais; falta de apoio oportuno do MEC/SECADI e da própria SEE/PB, que resultou em atrasos nos repasses; indisponibilidade de material didático e transporte para acompanhar o programa; bem como a demora na contratação de pessoal de apoio.

Conforme Silva (2018, p.36): “a fragilidade das políticas educacionais do campo evidencia como predominam os interesses capitalistas nos direcionamentos das ações estatais, inclusive no direcionamento das políticas educacionais”. Ainda com relação a isso, Holfing (2001, p. 38), ressalta que “o processo de definição de políticas públicas para uma sociedade reflete os conflitos de interesses, os arranjos feitos nas esferas de poder que perpassam as instituições do Estado e da sociedade como um todo”. Sendo assim, com o Programa não seria diferente, haveria de ter disputas de interesses a influenciarem o seu planejamento e execução.

O Programa Projovem Campo – Saberes da Terra, resultante das mobilizações e organizações sociais em sua busca por mudanças no contexto do campo brasileiro, tem enfrentado, ao longo de sua trajetória, uma série de desafios relacionados a articulações, mediações e contradições em sua implementação, organização e gestão, pois conforme percebemos na fala abaixo, a participação dos movimentos

sociais diminuiu significativamente a partir da “Edição Especial” – 2018, conforme evidenciado na fala da participante:

Os movimentos sociais não tiveram participação nenhuma, quer dizer, o Estado quem definiu tudo nessa edição de (2018-2020). Tivemos a participação de uma pessoa que é do setor de educação do MST e outra mais ligada aos assentamentos e à CPT. Do ponto de vista de decisões, a gente não tinha poder nenhum, éramos apenas executores, só tínhamos que executar (FALA P2, Movimentos sociais, 2023).

Conforme exposto acima, constatamos algumas divergências com relação a dinâmica da ausência dos Movimento Sociais na ‘Edição Especial’ do Projovem Campo – Saberes da Terra, seja por falta direta de representação do Comitê do Campo, seja devido à própria postura do Estado na condução do Programa.

5.1.3 Acompanhamento e monitoramento do Programa

O monitoramento e acompanhamento de programas educacionais voltado para o campo brasileiro, ainda é um grande desafio. A estrutura socioeconômica capitalista, com suas desigualdades fundamentais, gera disparidades entre diferentes atores, como entidades governamentais, empresas e comunidades locais da cidade, e também, do campo, resultando em conflitos de interesses.

As políticas educacionais muitas vezes refletem as ideologias dominantes, podendo negligenciar especificidades, sobretudo, no contexto da Educação do Campo, o que pode levar a abordagens padronizadas que não atendem adequadamente às necessidades e a eficácia de programas como o Projovem Campo.

A pesquisa realizada por Apolônio (2019) destaca que as dificuldades financeiras do Programa Projovem Campo - Saberes da Terra, presentes na Edição de 2014, podem ser atribuídas, em parte, às mudanças na gestão estadual. Essas alterações refletiram-se na não disponibilização adequada de material didático para todas as turmas e alunos matriculados, na ausência de recursos logísticos, como transporte para o acompanhamento das turmas pelos coordenadores, e na demora na contratação de pessoal de apoio. Algo que ocorreu com a Edição de 2018 do Programa na Paraíba, e confirmados em entrevista pelos participantes da pesquisa.

5.1.4 Formação da Equipe Coordenadora e planejamento do trabalho

Na análise conduzida por Apolônio (2019) acerca da implementação do Programa Projovem Campo – Saberes da Terra na Paraíba, emerge uma lacuna crítica relacionada à ausência de um planejamento estratégico robusto por parte do Estado. Esta deficiência torna-se evidente quando se considera a dimensão do programa como uma política pública destinada a capacitar os jovens e assegurar a continuidade de sua participação efetiva nas atividades educacionais.

O grande desafio em romper um projeto que já estava todo desenhado, todo articulado com turmas formadas pela coordenação a partir das diretorias regionais de educação, os professores selecionados sem considerar o perfil requisitado pelo programa. O Programa Projovem – Campo ganhou o desenho de uma política pública do Estado, tudo era feito a partir daí, nós fomos convidados para executar, não teve questionamentos, não tinha resposta política mesmo, a lógica da política estatal: ela não explica nada a ninguém o que ela quer fazer, isso foi gerando uma concentração nas decisões e encaminhamentos diferentes da proposta político – pedagógica do Projeto Base do Programa (FALA CA, coordenação de Polo, 2023).

Nesta “Edição Especial”, o Programa foi assumindo cada vez um formato único e exclusivamente de uma ação governamental no que diz respeito à escolarização de jovens e adultos e se distanciando dos princípios e fundamentos previstos no seu projeto base, que tem como referencial a Educação Popular e a Educação do Campo, conseqüentemente, requisita um perfil dos educadores(as), dos educandos(as) e do currículo a ser vivenciado nas salas de aula.

A mudança de orientação do governo nacional, no período, relegou ao segundo plano a ação de educação de jovens e adultos do campo, o que explicita e evidencia a contradição existente na sociedade capitalista que se reflete na implementação de políticas públicas destinadas à classe trabalhadora, conforme coloca Silva (2018),

O Estado e a Sociedade Civil são perpassados por correlações de forças de projetos societários distintos, o que faz com que a política educacional seja parte constitutiva deste conflito, e define o papel do Estado com os direitos sociais, dentre estes os da Educação que foram ao longo dos últimos anos materializados em diferentes programas e ações – numa perspectiva de construção de uma política pública (SILVA, 2018, p. 34).

Desse modo, o Estado serve aos interesses da classe capitalista, agindo como um instrumento de coerção e regulação social. Isso garante que as relações de produção capitalistas sejam mantidas e protegidas, que haja manutenção do *status quo* vigente e dominante. Sendo assim, as ações estatais, de acordo com Marx, muitas vezes servem aos interesses da classe dominante, isso se dá, inclusive, na promoção e execução de políticas que favorecem o capital em detrimento dos trabalhadores. Para Hofling (2001),

“[...] é possível se considerar Estado como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período (HOFLING, 2001, p. 31).

Ainda nesse sentido, Saviani (2008), destaca que a política educacional compreende as decisões deliberadas que o Poder Público, representado pelo Estado, fórmula e implementa em relação à educação. Essas decisões englobam uma ampla gama de questões, desde a definição de diretrizes curriculares até a alocação de recursos financeiros, que representa um paradoxo em relação à histórica resistência que as elites dirigentes opõem à manutenção da educação pública.

5.2 Dimensões político-pedagógicas e educacionais do Programa

No que diz respeito à categoria 'Dimensões Político-Pedagógicas e Educacionais do Programa', a estruturação das subcategorias foi cuidadosamente elaborada com base nas similaridades entre as temáticas que foram mencionadas nas respostas dos entrevistados, como o detalhadamente descrito a seguir:

- Coordenação e formação de formadores;
- Processo ensino-aprendizagem;
- Projeto Político Pedagógico do Programa.

5.2.1 Coordenação e formação dos educadores(as)

Desde a edição de 2014 que o processo de formação de educadores(as), do Programa, já apresentava dificuldades para sua concretização, inclusive com contratação de empresa apenas para realização de uma formação no início do programa, como aponta uma entrevista de participante da pesquisa,

Aqui no estado, não teve a formação continuada não, só a de cinco dias, a inicial. Foi feito por uma empresa que é chamado Funetec e que teve responsabilidade por essa formação, só a inicial porque depois não teve as continuadas, né. É por isso há carência dos educadores (FALA P2, Movimentos sociais, 2023).

Assim, as formações, que deveriam ser ofertadas de modo contínuo, ficariam a desejar se não fosse a pressão do Comitê estadual de Educação do Campo, que a partir de então, foi organizada uma Comissão Pedagógica do Programa, formada pela coordenação geral; coordenadores de turma; Gerencia de Educação de Jovens e Adultos; Federação de Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba (FETAG); Universidade Federal da Paraíba – UFPB; e, Rede de Educação do Semiárido Brasileiro – Resab. Essa comissão construiu um cronograma de formação continuada de educadores, em alternância de tempos com carga horária total de 360 horas.

Essa comissão reorganizou o trabalho, a partir dos encontros pedagógicos com estudos sobre os eixos temáticos e conteúdos relacionados as áreas de conhecimento. Na “edição especial”, foi reformulada esta coordenação que passou a ser composta pela Coordenação Geral do Programa; Coordenação Administrativa e Coordenação Pedagógica. Sobre esse aspecto ressalta uma entrevistada na pesquisa que:

Havia muita conversa, muito planejamento, planejamento semanal, literalmente, entre os coordenadores, Coordenação Pedagogia a e Coordenação Administrativa. Era um planejamento onde você não podia adentrar muito a reflexão (FALA CA, coordenação de Polo, 2023).

O relato de CA (coordenação de Polo), mostrou-se conflituosa com relação aos planejamentos realizados entre as coordenações, a fala que marca esse descontentamento foi a parte em que se fala: “Era um planejamento onde você não podia adentrar muito a reflexão”. Esse fato permitiu-nos caminhar para a seguinte linha de interpretação: a de que o planejamento, que deveria ser o meio para que as

questões fundamentais para o desenvolvimento do Projovem Campo, mostrou-se falho, engessado, fechado às discussões, algo já pré-determinado, sem muito espaço e chances de ser questionado.

Nessa edição do programa, por ser uma edição especial, teve um esforço muito grande dos coordenadores, formadores e professores, sobretudo, quando veio a pandemia e os problemas com relação aos recursos.

O Programa teve que se estender por meio de atividades não presenciais utilizando uma plataforma que comporta aulas de forma digital e online, o Meet, da empresa Google.com. Com isto, o uso de plataforma digital, alcançou-se um déficit de aprendizagem, pois ficou mais difícil, embora os estudantes tivessem feito um esforço muito grande.

5.2.2 Processo ensino-aprendizagem

A categoria 'Processo Ensino-Aprendizagem', é angular na construção de conhecimento, habilidades e valores entre os sujeitos envolvidos no processo, sejam eles do campo ou da cidade. Essa categoria abrange a complexa interação entre o ideário de sociedade que se pretende construir, métodos de ensino, recursos educacionais e as experiências e conhecimentos dos educandos.

O processo ensino-aprendizagem, sobretudo, quando se trata em atender a população camponesa, se constitui em meio a muitos entraves. A organização da conjuntura ensino-aprendizagem de um programa educacional voltado para o povo do campo implica em construir estratégias pedagógicas, avaliação, desempenho e adaptações que precisam estar alinhadas com a realidade desses sujeitos de direitos.

Desse modo, compreender o processo de ensino-aprendizagem dos povos do campo é fundamental para garantir que as oportunidades educacionais atendam às necessidades específicas dessas comunidades, pois esse processo deve ser abordado considerando características, desafios e necessidades específicas desses sujeitos.

Diante dessa realidade, Arroyo (2007), ressalta que:

Os movimentos sociais reivindicam que nos programas de formação de educadoras e educadores do campo sejam incluídos o conhecimento do campo, as questões relativas ao equacionamento da terra ao longo de nossa história, as tensões

no campo entre o latifúndio, a monocultura, o agronegócio e a agricultura familiar; conhecer os problemas da reforma agrária, a expulsão da terra, os movimentos de luta pela terra e pela agricultura camponesa, pelos territórios dos quilombos e dos povos indígenas. Conhecer a centralidade da terra e do território na produção da vida, da cultura, das identidades, da tradição, dos conhecimentos. Um projeto educativo, curricular, descolado desses processos de produção da vida, da cultura e do conhecimento estará fora do lugar. Daí a centralidade desses saberes para a formação específica de educadoras e educadores do campo (ARROYO, 2007, p. 166).

Considerando o caso da 'Edição Especial' do Projovem Campo, C1 (campo) pontuou que "Alguns estudantes entravam e realmente eles não sabiam ler. Nesse sentido, foi feito um trabalho de alfabetização em alguns para que eles conseguissem a questão da certificação que era até o Nono Ano". Situação parecida foi constatado por CP (GEEJA): "tinha uma das comunidades dos municípios, assim, constatei que existia estudantes que não tinham a capacidade de escrita e nem de leitura, assim ficava muito difícil deles acompanharem".

Nessa edição do programa, por ser uma edição especial, ela teve um esforço muito grande dos coordenadores, dos formadores e dos professores, sobretudo quando veio a pandemia e problemas com relação aos recursos tecnológicos e financeiros. O Programa teve que adaptar as aulas por meio de atividades não presenciais, utilizando a sala de reunião do Google.com, o MEET.

As intervenções governamentais em programas voltados para a população camponesa devem ser cuidadosamente planejadas e implementadas, levando em consideração uma série de fatores que podem afetar o sucesso e a eficácia dessas iniciativas. Considerando elementos como pano de fundo indisponíveis, políticas de inclusão social de grupos vulneráveis, como povos indígenas, mulheres, jovens e pessoas com deficiência de modo a garantir a sustentabilidade financeira deles é essencial.

5.2.3 Projeto Político Pedagógico do Programa

Essa categoria traz em seu conteúdo a relevância que delinea as diretrizes, metas e estratégias que norteiam a organização e desenvolvimento do Projovem Campo – Saberes da Terra em suas várias edições. Este projeto é a espinha dorsal

que busca atender às necessidades específicas propostas no Programa, levando sempre em conta os desafios, as potencialidades e a diversidade desse contexto.

O Projeto Político Pedagógico do Programa se orienta pelos seguintes pressupostos:

A educação como direito dos jovens do campo; A educação de jovens na modalidade de EJA como elemento constitutivo da política pública nos sistemas de ensino; A educação de jovens como estratégia de fortalecimento do desenvolvimento sustentável com enfoque territorial; A escolarização, o trabalho e a qualificação social e profissional como direitos dos jovens do campo; A educação como afirmação, reconhecimento, valorização e legitimação das diferenças culturais, étnico-raciais, de geração, de gênero, de orientação sexual e sócio-ambiental; A existência de sujeitos sociais que possuem projetos políticos e pedagógicos próprios (BRASIL, 2008, p.21-21).

Esses são alguns dos principais princípios a serem considerados no planejamento e intervenções governamentais em programas voltados para a população do campo. A abordagem deve ser sempre capaz de atender às necessidades locais e buscar melhorar as condições de vida e a prosperidade das populações camponesas. Sobre esses aspectos, CP (GEEJA) entende que:

[...] um dos principais desafios está nas gênesis mesmo da mobilização, atualização do material à pesquisa que falava do perfil dos jovens e adultos do campo. O material muito bom, mas é necessário atualizar, então, isso é importante nas edições do programa: ser um programa mais vivo. Bem, uma opinião muito pessoal, assim, ter uma metodologia inicial e continuada a essa identidade da educação do campo (FALA CP -GEEJA, 2023).

Na fala do participante da pesquisa, é possível identificar uma sutil, porém impactante contradição entre a implementação da 'Edição Especial' do Projovem pelo Estado e os princípios fundamentais estabelecidos no Projeto Político-Pedagógico do Programa. Isso sugere que o alinhamento entre a execução prática e os princípios orientadores do programa está em descompasso.

Quando ocorre um descompasso entre a execução prática de um programa e seus princípios orientadores, surgem desafios significativos que podem minar a eficácia e os impactos positivos esperados. Esta discrepância muitas vezes reflete falhas na implementação, gestão ou falta de comprometimento com os objetivos fundamentais do programa.

5.2.4 Desafios da “Edição Especial-2018” do Programa Saberes da Terra na Paraíba

Na análise documental e nas entrevistas realizadas identificamos as seguintes categorias, no que se refere aos desafios da “Edição Especial” do Programa, conforme nos mostra a Figura 8.

Figura 8 – Desafios da Edição Especial do Programa Saberes da Terra na Paraíba, edição 2018



Fonte: Pesquisa de Campo – 2023, sistematizado pelo autor.

a) Financiamento

Conforme o estudo de Apolônio (2019), a edição de 2014 do Projovem Campo – Saberes da Terra na Paraíba, foi designado o ativo de R\$ 12.110.205,00. Nesse trabalho, constatou-se que a Secretaria de Educação do estado da Paraíba não teria especificado claramente a utilização das verbas destinadas ao Programa.

Nesse contexto, no que tange aos repasses dos recursos públicos, notou-se atraso de repasses na bolsa dos alunos, atraso nos repasses de recursos para as merendas e lanches dos alunos. O que se configura em um potencial problema administrativo no processo da gestão dos recursos públicos na 'Edição Especial' do Projovem Campo na Paraíba, pois

o repasse dos recursos acontecia por intermédio de uma cooperativa que ganhou a licitação. Essa cooperativa era do Rio Grande do Norte que ganhou o processo de licitação e executou o Programa. Então, o nosso contato financeiro era com a cooperativa e não com o estado, era a cooperativa que fazia toda a dinâmica dos recursos para o almoço, alimentos para merenda escolar, pagamento dos formadores que eram nossa categoria, os coordenadores, tudo era cooperativa e a gente foi contratado por MEI. Os professores, formadores, merendeiras todos tinham que ter o MEI, então o pagamento era através desse MEI, era nota fiscal avulsa, nem tirava na prefeitura (FALA C1, campo, 2023).

Portanto, ausência de um mecanismo eficaz de prestação de contas de recurso destinados a programa como o Projovem Campo pode resultar em uma fiscalização inadequada dos gastos. Isso cria um ambiente em que a alocação de recursos pode ocorrer sem uma análise rigorosa e independente, resultando em desperdício e subutilização de recursos.

b) O Projovem Campo – Saberes da Terra no contexto da pandemia do Covid-19

A pandemia de COVID-19 teve um impacto significativo no setor educacional em todo o mundo. As medidas de distanciamento social e os bloqueios impostos para conter a propagação do vírus resultaram no fechamento de escolas e universidades, afetando milhões de estudantes, professores e funcionários com cortes de orçamento e a interrupção de projetos de pesquisa.

Muitas instituições precisaram se adaptar rapidamente para oferecer ensino remoto, utilizando plataformas online, videoconferências e recursos digitais. Isso trouxe desafios, especialmente para aqueles que não tinham acesso à tecnologia adequada ou uma conexão confiável com a internet.

A transição para o ensino remoto destacaram as desigualdades existentes no acesso à educação. Alunos de famílias de baixa renda ou áreas com infraestrutura

limitada foram os mais prejudicados. Professores precisaram adaptar seus métodos de ensino, aprender a usar novas tecnologias e enfrentar desafios adicionais ao lidar com as demandas do ensino remoto.

A situação trouxe à tona problemas como a falta de recursos digitais nas comunidades camponesas e periféricas, a dificuldade de aprendizagem das pessoas com deficiências, dos adultos e idosos e o impacto na saúde mental das pessoas.

A pandemia da Covid-19 impôs desafios significativos na gestão de programas educacionais voltados para jovens e adultos, sobretudo no campo. A necessidade de adaptar-se a uma nova realidade de restrições e medidas de distanciamento social trouxe uma série de dificuldades que afetaram profundamente a continuidade e o desenvolvimento organizacional da 'Edição Especial' do Projovem Campo, pois as atividades passaram a depender da tecnologia da internet e atividades remotas, realidade expressa na fala abaixo:

Com a Covid, aí a coisa desanda literalmente, passar a dar aula pelo celular. O dinheiro começou a desaparecer, tinha um recurso na hora "h"? Não tinha, e no final eles estavam cortando tudo. Não se conseguia mais acompanhar as atividades, os contatos ficaram muito difíceis por acesso ao celular, a computador, a internet (FALA CA, coordenação de Polo, 2023).

Uma das principais barreiras enfrentadas na gestão desse programa foi a falta de acesso à tecnologia e conectividade em muitas comunidades camponesas, conforme relatada na fala abaixo:

As atividades passaram a ser não presenciais, por meio do Meet. Com isso já deu um déficit de aprendizagem, já ficou mais difícil, mas os estudantes fizeram um esforço muito grande e a gente percebeu que foi até importante a gente manter o programa mesmo na pandemia" (FALA CP, GEEJA, 2023).

Em agosto de 2020, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), realizou o estudo "Acesso Domiciliar à Internet e Ensino Remoto Durante a Pandemia", o qual evidenciou que em torno de seis milhões de educandos, desde a pré-escola até a pós-graduação, não tinham acesso à internet banda larga ou 3G/4G, em suas residências. Esse estudo também apontou que alunos do ensino fundamental são os mais afetados, juntamente com os anos iniciais e os anos finais, o que somava mais de 4,35 milhões de estudantes sem acesso adequado à internet de qualidade,

sendo, desse montante, 4,23 milhões de escolas públicas. No ensino médio eram 780 mil adolescentes sem internet em casa.

A constatação de que a maioria expressiva dos estudantes sem acesso adequado à internet de qualidade está nas escolas públicas ressalta a disparidade entre o setor público e privado. Isso sugere a necessidade urgente de políticas e investimentos para reduzir essa lacuna digital e garantir que todos os alunos tenham oportunidades iguais de aprendizado, independentemente da sua origem socioeconômica.

c) Foco do Programa no público jovem da agricultura familiar

Os jovens da agricultura familiar são agentes de desenvolvimento e de conhecimentos e habilidades específicas, a não consideração desses princípios orientadores pode levar a métodos de ensino que não atendem às suas necessidades, comprometendo a qualidade e a relevância da educação oferecida.

Na edição de 2018 do Projovem Campo – Saberes da Terra na Paraíba, a ausência de uma articulação com as organizações sociais, e com o próprio comitê de Educação do Campo que se encontrava fragilizado contribuíram para que o programa fugisse da sua proposta original. Muitos municípios paraibanos não estruturaram todas as suas salas de aula em comunidades rurais, mas sim, nas sedes dos municípios, com jovens que não estavam vinculados ao campo nem às atividades produtivas desenvolvidas no território camponês e da agricultura familiar, conforme nos mostra a fala abaixo:

A gente observa uma contradição muito grande na execução do projeto, a maioria dessas turmas não funcionavam no campo, mas funcionavam justamente em escolas na cidade, só tinha uma turma no campo que era a de Pitimbu”. Tal situação foi lembrada na fala de P1 (movimentos sociais): “muitas turmas do Projovem campo na cidade confundindo com o Projovem Urbano” (FALA CA, coordenação Polo, 2023).

Em relação as falas dos participantes da pesquisa, pode-se perceber a desvinculação da organização das turmas com os princípios norteadores do Projovem Campo, como por exemplo, as turmas deveriam funcionar em escola localizadas no campo. Situação essa que aponta para outra contradição gritante, o fechamento das escolas no campo, que ainda hoje, é uma prática muito comum, segundo Oliveira

(2015). Fato interessante, uma temática que pode ser explorada em outros estudos sobre o Projovem Campo.

O estudo de Apolônio (2019), confirma essa discrepância:

[...] é mais um desses programas sociais baseados em educação para juventude que têm sua finalidade distorcida, pois, embora o programa seja baseado em uma prática pedagógica a qual pretende que o aprendizado adquirido em sala de aula seja aplicado na comunidade de origem, incentivando o protagonismo do educando, verificamos que não é possível, pois os alunos não são agricultores familiares e não poderão colocar em prática o aprendizado técnico adquirido no programa (APOLÔNIO, 2019, p.162).

A abordagem dessas questões demandam uma análise mais detalhada com relação a concepção de políticas educacionais eficazes e inclusivas no âmbito da organização e implementação de projetos político-pedagógicos voltados para a EJA do campo. A desvinculação entre a estrutura organizacional e os princípios norteadores do Projovem Campo apresenta um risco significativo, pois pode comprometer a execução adequada do programa, deixando de atender às necessidades específicas dos jovens camponeses.

Esses princípios, precisam estar relacionados à realidade do campo, englobam métodos de ensino adaptados às características locais e abordagens pedagógicas contextualizadas. A sua não observância na estruturação pode resultar em um descompasso entre o programa educacional e a realidade dos estudantes.

d) Afastamento dos movimentos sociais da gestão do Programa

A exclusão dos movimentos sociais da gestão do Programa Projovem Campo – Saberes da Terra na Paraíba, em sua edição de 2018, configurou uma situação alarmante, visto que esses movimentos frequentemente desempenham o papel legítimo de representantes das comunidades e grupos marginalizados. A falta da sua participação na administração do programa resultou em tomadas de decisão que não conseguiram captar de maneira apropriada as necessidades e aspirações delineadas para a Educação do Campo, gerando impactos adversos na efetividade e legitimidade do projeto.

A Edição Especial aprofundou o afastamento dos movimentos sociais da organização e gestão do Programa, sobre esse aspecto, P1 (Movimentos sociais) ressaltou que “O Projovem Campo é resultado de uma luta de inclusão do camponês, e não é dar voz ao campo, é escutar o camponês que tem voz. É a valorização dos sujeitos ativos da história e das lutas sociais”. Como autores desta proposta, pontuou como uma perda para a proposta do Programa.

e) Fragilidade da equipe e dos educadores(as) na apropriação da proposta

A execução da proposta pedagógica e curricular acontece por meio da realização de atividades educativas em diferentes tempos e espaços formativos, os jovens iniciam a escolarização pelo tempo escola, tempo correspondente a permanência do jovem no ambiente escolar com vivências pertinentes aos assuntos dos eixos temáticos e como continuidade à sua formação, o jovem vivencia o tempo comunidade, que correspondente ao período em que eles realizam fora do ambiente escolar pesquisas, estudos e experiências técnico–pedagógicas, partilhando seus conhecimentos e experiências adquiridas na escola.

Essa questão requisita várias outras dentre elas acompanhamento, monitoramento, formação e financiamento para o desenvolvimento destas ações. Vejamos o que nos coloca a fala abaixo sobre esse aspecto:

O programa... ele tende a decrescer... agora... mesmo que a gente faça um esforço enorme..., mas, sem esses dois pontos... monitoramento e formação... sem formação... que foi que a gente fez... vamos para os monitoramentos..., mas, aí veio a ordem do secretário... monitoramento, tem que ser no mínimo com antecedência de 1 mês, para marcar carro. Tem a questão econômica do estado... que não tem quantidade de carro. E aí tem as prioridades das prioridades... essa semana, a gente tem viagem, mas a gente não sabe se vai ter... por conta de carro. E aí vem a questão: tem cidades que não gera diária... quem vai por meia diária... São R\$ 40... uma diária... uma diária completa é R\$ 80... depende da distância... aí para gente aqui... é sempre a dificuldade que a gente tem... quando a gente pega uma gerente que tem o perfil, senão, aí a gente se sente órfão... porque não tem como a gente estar lá, não. Não tem apoio... não tem como a gente estar lá... (FALA P2, Movimentos sociais, 2023).

Programas que buscam integrar tempos escolares e comunitários muitas vezes exigem investimentos adicionais em termos de recursos financeiros e humanos. Em regiões do país, a dispersão geográfica das comunidades agrícolas familiares enfrenta desafios significativos de mobilidade e da invisibilidade das políticas públicas, afetando a integração efetiva desses dois ambientes de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou compreender avanços e desafios na organização do Projovem Campo Saberes da Terra – edição 2018, na Paraíba. Nesse contexto, foram traçados objetivos específicos que orientaram a investigação, visando a abordagem da nossa questão central.

As conquistas legais obtidas pelos trabalhadores no curso da luta pela Educação do Campo, conforme afirma Munarim (2011), tem andado em descompasso com a sua efetivação. Consideramos válido destacar que essa morosidade na materialização das políticas não tem encontrado justificativa na ausência de aportes teóricos e práticos. O fato de os próprios governos terem conhecimento das experiências educativas concretas que os(as) trabalhadores(as) desenvolvem enquanto lutam, evidenciam que a causa está nas contradições do próprio Estado.

O estudo apontou que o processo de organização da ‘Edição Especial’ do Projovem Campo – Saberes da Terra, na Paraíba, foi marcado por muitos desafios. Nos aspectos de adesão ao programa, identificamos que os principais representantes das questões sociais ligados à educação popular e Educação do Campo, os Movimentos Sociais, ficaram de fora do processo, principalmente na primeira edição de 2005 e na edição especial de 2018. Ademais, os dados da pesquisa apontaram que a conjuntura estatal direcionou a atuação no programa Projovem Campo – Saberes da Terra, como parte da sua orientação política, como um programa construído, implementado e com gestão concentrada no Estado, não levando em consideração a proposição inicial de ser um programa que deveria ser elaborado a várias cabeças, com a parceria entre Estado, movimentos sociais e Universidade públicas.

Com o propósito de desvelar o complexo processo de organização da edição 2018 do Projovem Campo – Saberes da Terra no estado da Paraíba, e ao avaliar meticulosamente os dados provenientes das entrevistas, é possível, em uma análise preliminar, inferir que o programa possivelmente enfrentou desafios no engajamento de parcerias devido a uma gestão que não se mostrou plenamente eficaz na garantia das articulações essenciais para a concretização do projeto.

O Projeto é resultado das sementes que foram plantadas ao longo da história, através das lutas de homens e mulheres em movimentos sociais de educação popular, movimentos sociais de luta pela terra, das produções teóricas da área da Educação

do Campo e gestores governamentais. Programas, que como observamos na presente pesquisa, passa por arranjos e articulações que envolvem atores e instrumentos políticos com diferentes modos, estilos e problemas de natureza distintas.

Ao longo do trabalho, foi possível identificar a interface entre Educação de Jovens e Adultos com a Educação do Campo, sobretudo, no que se refere aos seus fundamentos, marcos legais e teóricos que fundamentaram e orientaram as formulações do Projeto Político-pedagógico do Programa, que foram: a luta por políticas pública voltadas para a população camponesa, a efervescência política e social em torno de temáticas como a Reforma Agrária e a Educação do Campo, no contexto dos anos 1990, em todo o Brasil.

Considerando os resultados dessa pesquisa, pode-se perceber, que ao longo dos anos, sobretudo nos governos do PT, o país tem avançado na criação de políticas específicas que buscam atender às necessidades educacionais das populações camponesas e de outros grupos como pescadores, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas, reconhecendo as peculiaridades e desafios enfrentados por esses sujeitos de direito que vivem e sobrevivem de atividades do campo ou similares.

A legislação educacional brasileira é composta por significativo arcabouço de fundamentos, princípios e marcos legais, explícitos em documentos, como a Constituição Brasileira, que em seu Artigo 205, estabelece a educação como um direito de todos e um dever do Estado, indicando claramente a necessidade de proporcionar oportunidades educacionais para jovens e adultos, independentemente de sua localização geográfica, etnia, ideologia, sexo, idade etc. Nesse contexto, a LDB (lei n.º 9.394/96), constitui um marco importante ao estabelecer a EJA como modalidade de ensino, abrangendo, assim, também, o público do campo. Além de documentos como, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo; Diretrizes Complementares, Normas e Princípios para o Desenvolvimento de Políticas Públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, formulada em 2008, dentre outros documentos e marcos legais.

Programas como o Pronera, também se destaca como uma iniciativa que visa ampliar o acesso à educação do e no campo, buscando superar as desigualdades históricas e proporcionar uma formação mais alinhada com as realidades e demandas específicas do campo.

Contudo, apesar dos avanços, desafios persistem. A infraestrutura precária em algumas localidades, o fechamento de escolas, a falta de professores capacitados e estratégias pedagógicas adequadas às particularidades das populações camponesas são obstáculos a serem superados. É fundamental não apenas consolidar e aprimorar a legislação educacional voltada para jovens e adultos do campo, mas também assegurar sua efetiva aplicação no chão da escola, lá nas comunidades.

Ao pesquisarmos a organização da 'Edição Especial' do Projovem Campo na Paraíba, pode-se notar a dimensão logística que está por trás desse projeto. Algo que envolve diretamente o seu Executor parceiro, o estado da Paraíba, por meio de sua Secretaria de Estado da Educação e órgãos subordinados (Gerência Executiva de Educação de Jovens e Adultos – GEEJA; Coordenação Programa Projovem Campo – Saberes da Terra). Além de contar com uma diversidade de profissionais, entre eles: professores, graduados das Ciências Agrárias, Técnico da área das Ciências Agrárias, tradutores e intérpretes de Libras, merendeiras, faxineiros, porteiros, entre outros profissionais.

Ao aprofundarmos nossa análise nas respostas dos participantes da pesquisa, percebemos que a organização da 'Edição Especial' do Projovem Campo na Paraíba encontrou algumas limitações, uma vez que os resultados da pesquisa apontaram para questões recorrentes no programa, tais como a demora na seleção de pessoal, na formação de turmas, na organização da capacitação de formadores, nos repasses de recursos, disparidades entre a organização do programa por parte do estado com a proposta originária do Projovem Campo.

Durante a nossa trajetória investigativa, nos deparamos com algumas limitações com relação a prazos e acesso a dados e informações, a exemplo, o Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (Simec), onde fizemos um cadastro, mas não tivemos retorno por parte desse órgão público, dificultando o acesso às informações sobre número de alunos matriculados, valores de recursos para financiamento da 'Edição Especial' do Projovem Campo, entre outros.

A intencionalidade de contribuir para o debate teórico da temática Educação do Campo, especialmente a Educação de Jovens e Adultos do Campo, está intrinsecamente ligado ao meu contexto social como agricultor familiar, minha experiência profissional como professor que leciona em escolas localizadas no campo.

Ao longo do trabalho fomos compreendendo e refinando conceitos que em nossa prática profissional é como divisor de águas, mas também complementar e confrontar diferentes perspectivas, contribuindo para uma análise mais abrangente e fundamentada sobre a temática Educação de Jovens e adultos do e no Campo

O que se infere a partir desses dados é o fato de que ainda não há um processo consolidado de avaliação externa e mesmo interna a se considerar as Resoluções do FNDE sobre Prestação de Contas, que explicita de forma abrangente os resultados e as falhas do programa, do ponto de vista da estrutura organizacional e financeira de execução.

Em um processo dialético, no qual o Estado sempre esteve em disputa, consideramos que a administração federal do presidente Lula, nos dois primeiros mandatos, ou seja eleição e reeleição, foi perpassada sobremaneira por esses aspectos, marcado por intensas lutas de classes e de suas frações, como categorizou Poulantzas (1978). Em especial, por se tratar de um governo de coalizão, a correlação de forças/interesses e anseios divergentes é ainda mais exacerbada.

Portanto, o programa é uma estratégia que visa contribuir para a estimulação da agricultura familiar, com base no desenvolvimento sustentável, ajudando na construção de sujeitos conscientes de seus direitos e deveres, no âmbito de sua interação com a terra onde reside. Desse modo, confirma-se que o ProJovem Campo-Saberes da Terra é um programa direcionado a construção do conhecimento científico em interação com a formação profissional. Dessa forma, a escolarização fundamental dos jovens agricultores/as familiar e integrada à qualificação social e profissional torna-se uma estratégia político pedagógica para garantir os direitos educacionais dos povos do campo por meio da criação de políticas públicas nos sistemas de ensino que sejam estimuladoras da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável como possibilidades de vida, trabalho e constituição dos sujeitos cidadãos do campo (Brasil, 2009)

A SECAD retrata essa atenção às especificidades do público da EJA. Com a sua criação, alguns programas de alfabetização e de educação básica passaram a ser alocados, sobretudo, na Diretoria de Políticas de Educação de Jovens e Adultos (DPEJA). Porém, muitos outros programas continuaram ou foram dispostos em outras secretarias ou ministérios. Dentre eles, podemos citar o ProJovem, o Proeja e o Pronera. Em um olhar menos atento, o fator positivo da diversidade pode prevalecer, no entanto, em uma observação mais cauta, as características mais evidentes são de

ações dispersas, fragmentadas e de fôlego curto. A falta de uma coordenação interministerial é flagrante, mesmo após o advento da SECAD.

Ou seja, existe um rol de problemas, quantitativos e qualitativos, associado à limitada capacidade de investimento de muitas esferas administrativas. A manutenção do mecanismo que permite livre investimento onde o administrador julgar prioritário (ou se sinta mais pressionado a atender), pode prejudicar a EJA, que corre sério risco em suas parcas receitas.

Na escala estadual na Paraíba, o ProJovem Campo, apresentou problemas em sua estrutura de implantação antes mesmo de chegar até as comunidades. Foi apresentado no segundo capítulo, ainda voltado para a descrição e análise primeira do nosso objeto, as dificuldades e limites na chegada de um programa na escala estadual, e as relações políticas que determinam o seu funcionamento ou não nessa escala. Foi relatado com a representação e transcrição da fala dos próprios sujeitos os problemas vivenciados nessa implantação. A priori, esses sujeitos acreditaram, principalmente coordenadores e professores, que esse era um caminho possível de se fazer a Educação do Campo que eles vinham reivindicando na forma de Políticas Públicas eficientes.

Com a chegada desse programa na escala da comunidade o estranhamento dos sujeitos a serem atendidos, em relação a esse Programa, se tornou elemento central para os problemas vivenciados na sua implantação, marcado pela evasão dos alunos, desistência dos professores e pelo desacreditar dos coordenadores no Programa.

Finalizamos o texto, e reafirmamos a pesquisa em Educação de Jovens e Adultos do Campo como uma contribuição significativa para o Programa de Pós-Graduação em Educação da UFCG, como uma instituição comprometida com a excelência acadêmica e a produção de pesquisa relevante. Portanto, reforçamos o compromisso desta pesquisa em não apenas contribuir para o avanço do conhecimento acadêmico, mas também em inspirar novas investigações e estudos que continuarão a enriquecer o cenário educacional e a missão da UFCG na formação de pesquisadores competentes e comprometidos com a transformação social.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, L. **O Ensino de conteúdos estatísticos no Projovem Campo - Saberes da Terra em Pernambuco**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática e Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática e Tecnológica, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

ALMEIDA, L. **Projovem Campo - Saberes da Terra Capixaba**: propostas de elevação de escolaridade e de qualificação social e profissional e seus resultados em duas comunidades do campo no espírito santo. 2014. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2014.

ANDRADE, F.A. **A influência mexicana na educação brasileira**: as missões culturais de educação como modelo para as missões rurais de educação **Educar em Revista, Curitiba**, v. 38, e84525, 2022.

APOLONIO, E. **Políticas Públicas para Juventude**: O caso do Projovem Campo – Saberes da Terra na Paraíba Edição 2014. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara), São Paulo, 2019.

ARROYO, Miguel. **Educação de Jovens e Adultos**: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio (org.). **Diálogo na Educação de Jovens e Adultos**. Edição 4. Belo Horizonte, 2011. Capítulo 1, p. (19 – 50).

ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas de formação de educadores(as) de campo. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n72/a04v2772.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2021.

ARROYO, M. G; CALDART, R. S. MOLINA, M. C. (Orgs.) **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo, SP: Edições 70, 2016.

BEISIEGEL, C. R. Mudança social e mudança educacional. In: _____. **Estado e educação popular**: um estudo sobre educação de adultos. São Paulo: Pioneira, 1974.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Ed. 17. Brasília, DF: Centro de Documentação e Informação/Coordenação de Publicações, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil** de 05 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 17 out. 2022.

BRASIL. **LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 17 out. 2022.

BRASIL. **Medida Provisória nº 411, de 28 de dezembro de 2007**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dá outras providências.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº3 de 2010**. Dispõe sobre Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos. DOU de 09 de junho de 2010

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Caderno Pedagógico Educadoras e Educadores. Agricultura Familiar Identidade, Cultura, Gênero e Etnia. **Coleção Cadernos Pedagógicos ProJovem Campo-Saberes da Terra**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC. **Projeto Base ProJovem Campo – Saberes da Terra**. Programa Nacional de educação de jovens agricultores(as) familiares integrados à qualificação social e profissional. Brasília: MEC/Secad; Setec, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização. **Cadernos Pedagógicos do ProJovem Campo – Saberes da Terra: Projeto Político Pedagógico**. Brasília: 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. Referências para o apoio ao desenvolvimento territorial, 2004 (Mimeo).

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2022. – Brasília, DF: Inep, 2022. 572 p.: il

BRASIL. **Projovem Campo – Saberes da Terra**. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/projovem-campo--saberes-da-terra>. Acesso em: 21 mai. 2021.

BRASIL. Senado Federal. Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 24 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 1998.

BRASIL, IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua**, 2022 — Educação.

BRASIL. MEC. Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania: marcos de referência. Brasília: **SENEB**, 1991.

CALDART, ROSELI SALETE. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun.2009.

CALDART. R. S. ELEMENTOS PARA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO E PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO. **Revista Trabalho Necessário**, v. 2, n. 2, 14 dez. 2004.

CALDART, Roseli Salette. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: CALDART, Roseli Salette et al. (org.). **Por uma educação do campo: identidade e políticas públicas**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 18-30.

CARVALHO, Rosângela Tenório. Discursos pela Interculturalidade no Campo Curricular na Educação de Jovens e Adultos no Brasil nos anos 1990. NUPEP/UFPE: **Coleção Teses e dissertações**. Recife. Edições Bagaço, 2004.

CENSO AGROPECUÁRIO 2017/IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Resultados Definitivos 2017. Rio de Janeiro – RJ. IBGE, 2019. ISSN: 01036157.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição** elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez Editora, 1985.

DI PIERRO, M. C.; JOIA, O. ; RIBEIRO, V. M. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. **Caderno Cedes**, Campinas, SP, n. 55, p. 58-77. 2001.

DI PIERRO, M. C.; HADDAD, S. Transformações nas políticas de educação de jovens e adultos no Brasil no início do terceiro milênio: uma análise das agendas nacional e internacional. **Cadernos Cedes**, v. 35, n. 96, p. 197-217, 2015.

FAVERO, Osmar (Org.) **A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988**. 2. ed., ver. ampl. São Paulo: Autores Associados, 2001. p. 69-80

FERRARO, Alceu. **História inacabada do analfabetismo no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2009. (Biblioteca Básica da história da educação brasileira

FONEC. **Nota Técnica sobre o Programa “Projovem Campo-Saberes da Terra”**. Brasília. Mimeo. 2011.

FONSECA, Maria Teresa Lousa. **A Extensão Rural no Brasil: um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Ed. 17. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FERREIRA, M. 1960 - **A Educação Popular na Práxis do Projovem Campo – Saberes da Terra no Espírito Santo**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, Vitória, 2015.

FERNANDES, L. **Projovem Campo – Saberes da Terra**: um olhar crítico sobre a contribuição do programa para a permanência dos jovens no meio campestre. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS), Programa de Pós-Graduação em Educação, Santa Maria, 2015.

FREIRE, Paulo. *Ação Cultural para a liberdade*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção O Mundo, hoje; v. 36).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. (Coleção educação e Comunicação, v. 18).

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. **Educação de jovens e adultos**: teoria prática e proposta. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GUGELMIN, G. **Educação do Campo**: Uma Análise do Diálogo entre Saber Escolar e Saber Local no Contexto do Programa. 2014. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2014.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M.C. Escolarização de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n.14, p. 108-130, maio/ago. 2000.

HOLFING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas(públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

JACOMELI, Mara Regina Martins. As políticas educacionais da Nova República: do governo Collor ao de Lula. **Revista EXITUS**, v. 01. n. 01. Jul./Dez. 2011. p. 119-128.

LIBÂNIO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira e TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 10ª. Ed., São Paulo: Cortez, 2012.

KOSÍK, Carel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1969.

LUDKE, M; ANDRÉ M.E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUSTOZA, K. **Quando a educação é tomada como “Ato Subvertido”**: a Campanha de Educação Popular– CEPLAR e as Ligas Camponesas na Paraíba. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED – da Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Paraíba, 2018.

KOLLING, Edgar; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. (Orgs). **Educação do Campo: Identidade Políticas Públicas**. Brasília, DF: **Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo**, 2002. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 4.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo C. C.; Sérgio L. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MINAYO, Maria Cecília Souza (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes 1994.

MELO, A.S.T.; RODRIGUES, J.L. **Paraíba: desenvolvimento econômico e a questão ambiental**. In. Antônio Sérgio Tavares de Melo, Janete Lins Rodrigues. Editora Grafset, edição, Nº 3, João Pessoa, PB, p. 8-16; p. 82-89, 2012.

MELO, I. Os saberes da formação de professores da Educação de Jovens e Adultos do Campo do estado de Pernambuco. 2019. **Tese (Doutorado em Educação)** - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. “Alfabetização Solidária” (verbete). Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002.

MOLINA, Mônica Castagna. **Legislação Educacional do Campo**. In Dicionário da Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MOLINA, M. C. e FERNANDES, B. M. **O Campo da Educação do Campo**. do Campo. Vol 05. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo. 2005.

MOURA, R. **1964 - Pedagogia da Alternância: limites e perspectivas do Projovem Campo em Minas Gerais**. 2011. Dissertação (Mestrado em Magister Scientiae) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2011.

MUNARIM, Antônio. Elementos para uma política pública de Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica (Org.). **Educação do Campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília, MDA, 2006.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular: 2011.

OLIVEIRA, M. **As políticas públicas em Educação do Campo, entre a subordinação e a autonomia: o Projovem Campo – Saberes da Terra e sua implantação na Paraíba no contexto da questão agrária**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

PORCARO, Rosa Cristina. **A história da educação de jovens e adultos no Brasil**. Viçosa: Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa, 2007. Disponível em: Acesso em: 06/06/2023.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. Curitiba, 2006.

REGO, P. **Educação de Jovens e Adultos em assentamentos rurais na Paraíba: um novo campo de organização e participação**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE – da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. In: **Revista de Educação PUC-Campinas, Campinas**, n. 24, p. 7-16, junho 2008.

SÁNCHEZ GAMBOA. S.; SANTOS FILHO, C. (Org.). **Pesquisa educacional: qualidade-quantidade**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. Ed. 21. São Paulo: Cortez, 2001.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M de; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. 3ª ed. Rio de Janeiro; DP&A, 2004.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. Perspectiva – **Revista do Centro de Ciências da Educação da UFSC**, Florianópolis, v. 23, p. 427-446, 2005.

SILVA, Conceição Cristina Pereira da. A prática educativa da extensão rural no campo da reforma agrária: aproximações com a educação popular. 2017. 201 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

SILVA, Lourdes Helena da. Educação do campo e pedagogia da alternância: a experiência brasileira. In: **Revista de Ciências da Educação**, n. 5, p. 105-112, 2008.

SILVA, Maria do Socorro. Educação do campo e políticas educacionais: avanços, contradições e retrocessos **Revista Educação e Políticas em Debate** – v. 7, n.1, p. 23 - 41 – jan./abr. 2018.

SILVA, Lugares institucionais do pensar e fazer da Educação do Campo: uma rede constituída de várias redes. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 6, n. 2, p. 227-245, jul./dez. 2015.

SOUZA, K. **Educação do Campo e Emancipação Humana: contribuições do Projovem Campo – Saberes da Terra** (edição 2008) em Pernambuco. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

SOUSA, M.P; TRITÃO, I.N.N. **Educação de Jovens e Adultos: um marco de resistência na educação**. VI Congresso Nacional de Educação, 2018.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VANSUITA, A. **Educação de Jovens e Adultos do campo**: um estudo sobre o Pronera em Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE – da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

VENTURA, Jaqueline. A trajetória histórica da educação de jovens e adultos trabalhadores. In: TIRIBA, Lia; CIAVATTA, Maria (Orgs.). **Trabalho e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Liber Livro e Editora UFF, 2011. pp. 57- 97.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO CENTRO DE HUMANIDADES UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Pesquisa: “A implementação do Programa Projovem Campo – Saberes da Terra na Paraíba

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Como e quando se deu o seu primeiro contato com o programa?
2. Quem participou desse processo de adesão ao Programa?
3. Foi o mesmo processo de adesão em todas as edições do Programa? A Paraíba participou de todas elas?
4. A gestão do Programa no Estado da Paraíba se modificou ao longo das edições?
5. As atribuições de quem realizava a gestão do Programa se modificou ao longo das várias edições?
6. Quais os processos de divulgação e informação do Programa no Estado?
7. Como se deu os processos de seleção (da coordenação pedagógica, da coordenação local, dos educadores e dos educandos)? Os procedimentos se modificaram nas diversas edições do Programa?
8. Como se organizava o processo de formação das coordenações locais e das educadoras e educadores?
9. Quem era responsável no Programa pela organização e gestão
 - a) Financiamento e gastos
 - b) Recursos materiais
 - c) Contratação dos educadores
 - d) Pagamento das bolsas

- e) Elaboração de material didático
- f) Serviços de transporte
- g) Formação

10. Como se dava o processo de monitoramento e avaliação
11. Quais as contribuições deste Programa para Educação de Jovens e Adultos do Campo?
12. Como se deu a participação dos municípios na gestão do Programa/
13. Quais os principais avanços que você identifica no Programa no Estado da Paraíba
14. Quais os principais desafios?
15. Atualmente tem turmas do Programa em funcionamento no Estado? Como ocorre e onde?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO (MODELO)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA PROJovem CAMPO – SABERES DA TERRA NA PARAÍBA: AVANÇOS E CONTRADIÇÕES

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa acima citado, desenvolvido sob responsabilidade de Sérgio Pereira de Araújo, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. O presente documento contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você.

Eu,

profissão _____, residente e domiciliado na _____, portador da Cédula de identidade, RG _____, e inscrito no CPF/MF _____ nascido(a) em ____ / ____ / _____, abaixo assinado(a), concordo de livre e espontânea vontade em participar como voluntário(a) do estudo intitulado: (A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA PROJovem CAMPO – SABERES DA TERRA NA PARAÍBA: AVANÇOS E CONTRADIÇÕES). Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas.

Estou ciente que:

O objetivo geral da pesquisa é analisar a implementação do Projovem Campo - Saberes da Terra no estado da Paraíba, nas suas edições de 2014 e 2018: avanços e desafios. Temos como objetivos específicos: Identificar a interface entre a Educação de Jovens e Adultos e a Educação do Campo, inclusive no que se refere aos seus fundamentos, princípios e marcos legais; caracterizar o Programa Projovem Campo – Saberes da Terra como uma das políticas da Educação do Campo considerando seus condicionantes históricos, políticos e educacionais; analisar a implementação do Projovem Campo Saberes da Terra na Paraíba, quais as mudanças ocorridas nas edições de 2014 e 2018, no que se refere a organização e gestão do Programa.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE**



Algumas razões me orientaram a escolher pesquisar a temática abordada nesse projeto de pesquisa, dentre elas, o meu pertencimento social ao campo como um agricultor familiar e a minha formação acadêmica e profissional, que com muito esforço, e interrupções de estudo, consegui concluir a Licenciatura em História, o que me possibilitou ser educador do Projovem Campo Saberes da Terra, na sua edição de 2008, em Montadas, município paraibano, o que despertou o nosso interesse em aprofundar os estudos e as pesquisas sobre a Educação do Campo, especialmente a Educação de Jovens e Adultos do Campo.

A pesquisa a ser realizada parte de uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e explicativo, tendo como procedimentos metodológicos adotados para a coleta de dados o estudo da produção acadêmica que analisa a Educação de Jovens e Adultos do e no Campo no país, sobretudo na Paraíba. É nesse sentido que o estudo elencou dois procedimentos de coleta de dados, na tentativa de se chegar à essência do objeto estudado, que são os seguintes: a análise documental e as entrevistas semiestruturadas.

Através da análise documental, pretende-se analisar documentos primários, leis e normatização educacional do Campo e da Educação de Jovens e Altos do Campo que instituíram iniciativas de Programas como, o Projovem Campo – Saberes da Terra

no país e no estado estudado, buscando compreender a origem, os critérios estabelecidos na materialização desse Programa e outras questões consideradas fundamentais na pesquisa.

No intuito de alcançar os objetivos, nos propomos realizar entrevistas semiestruturada com os Membros da Gerência Estadual de Educação de Jovens e Adultos do Estado – GEEJA, de Membros da Coordenação Pedagógica do Programa e de Membros do Comitê Estadual de Educação do Campo (representante dos movimentos sociais). Essas entrevistas serão realizadas com aproximadamente 6 participantes, objetivando coletar informações pertinentes sobre o processo de implementação do Programa Projovem Campo – Saberes da Terra, em especial, na Paraíba.

Se você decidir integrar este estudo, você participará de uma entrevista individual que durará aproximadamente 1 hora, e no caso de utilizarmos recursos como filmagens, fotos e gravações, será necessário à sua expressa autorização.

Como toda pesquisa que envolve seres humanos está sujeita a riscos e benefícios, a nossa não é diferente. O risco pode ser desde o impacto emocional e mental, até à saúde física. Por esses motivos, como forma de minimizar possíveis dissabores buscaremos assegurar que os participantes estejam cientes de que se dados serão tratados de forma confidencial e que se optar por não participar da pesquisa não sofrerão nenhum tipo de punição. As pesquisas realizadas com seres humanos são cruciais para avanços da ciência e

Endereço: Rua Profª. Maria Anita Furtado Coelho, S/N, Sítio Olho D'Água da Bica, Bloco: Central de Laboratórios de Análises Clínicas (LAC), Cuité – PB, CEP: 58.175-000
Telefone: (83) 3372-1900 Ramal: 1835
E-mail: cep.ces.ufcg@gmail.com



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE**



desenvolvimento da sociedade. Estudos feitos com participantes humanos ajudam a entender melhor como as relações sociais se materializam em novos conhecimentos. A participação em pesquisas oferece aos participantes a chance de compartilhar suas experiências e contribuir como a produção do conhecimento científico.

Ademais, reitera-se o caráter responsável da indelegável e intransferibilidade com todas as informações inerentes aos participantes da referida pesquisa e a garantia do recebimento de uma via desse TCLE, sobretudo, o respeito e a confidencialidade no sigilo das informações prestadas por cada participante na pesquisa.

Para participar deste estudo o Sr.(a) não terá nenhum custo (se houver, indicar "FORMA DE RESSARCIMENTO"), nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, diante de eventuais danos, identificados e comprovados, decorrentes da pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização. Caso de sentir-se prejudicado (a) por participar desta pesquisa, poderá recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Educação e Saúde da Universidade Federal de Campina Grande, localizado na Rua Profª. Maria Anita Furtado Coelho, S/N, Sítio Olho D'Água da Bica, Bloco: Central de Laboratórios de Análises Clínicas (LAC), 1º andar, Sala 16. CEP: 58175 – 000, Cuité-PB, Tel: 3372 – 1835, E-mail: cep.ces.ufcg@gmail.com; também poderá contactar o pesquisador responsável, por meio do endereço, e-mail e telefone.

Após leitura e compreensão deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, entendo que a minha participação é voluntária, e que posso retirá-la a qualquer momento da pesquisa, sem prejuízo algum.

Você concorda em participar da pesquisa?

- () Concordo em participar voluntariamente desta pesquisa;
() Não concordo em participar desta pesquisa;

Você tem interesse pelo conhecimento dos resultados da pesquisa?

- () Desejo conhecer os resultados desta pesquisa
() Não desejo conhecer os resultados desta pesquisa.

Campina Grande, PB 29 de maio de 2023

() Participante da pesquisa / () Responsável

Endereço: Rua Profª. Maria Anita Furtado Coelho, S/N, Sítio Olho D'Água da Bica, Bloco: Central de Laboratórios de Análises Clínicas (LAC), Cuité – PB, CEP: 58.175-000
Telefone: (83) 3372-1900 Ramal: 1835
E-mail: cep.ces.ufcg@gmail.com

ANEXO – PARECER DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA

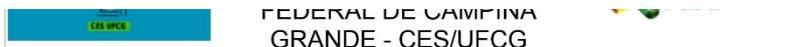
Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2065102.pdf	31/07/2023 18:18:34		Aceito

Endereço: Rua Prof. Maria Anita Furtado Coelho, S/N, Sítio Olho D'Água da Bica, Bloco: Central de Laboratórios de
 Bairro: DISTRITO DE MELO CEP: 58.175-000
 UF: PB Município: CUIATE
 Telefone: (83)3372-1835 E-mail: cep.ces.ufcg@gmail.com

Página 06 de 07



Continuação do Parecer: 6.223.745

Outros	CARTARESPOSTA.pdf	31/07/2023 18:17:42	Sérgio Pereira de Araújo	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	31/07/2023 18:15:15	Sérgio Pereira de Araújo	Aceito
Cronograma	Cron.pdf	31/07/2023 18:13:02	Sérgio Pereira de Araújo	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLLe.pdf	31/07/2023 18:08:06	Sérgio Pereira de Araújo	Aceito
Outros	termo_de_compromisso_dos_pesquisadores.pdf	04/07/2023 10:43:39	Sérgio Pereira de Araújo	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	03/07/2023 17:09:06	Sérgio Pereira de Araújo	Aceito
Outros	termo_de_anuencia.pdf	03/07/2023 17:06:39	Sérgio Pereira de Araújo	Aceito
Outros	Instrumento_coleta_de_dados.pdf	29/05/2023 15:20:05	Sérgio Pereira de Araújo	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CUIATE, 07 de Agosto de 2023

Assinado por:
 Vanessa de Carvalho Nilo Bitu
 (Coordenador(a))

Endereço: Rua Prof. Maria Anita Furtado Coelho, S/N, Sítio Olho D'Água da Bica, Bloco: Central de Laboratórios de
 Bairro: DISTRITO DE MELO CEP: 58.175-000
 UF: PB Município: CUIATE
 Telefone: (83)3372-1835 E-mail: cep.ces.ufcg@gmail.com

Página 07 de 07